

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA**

**A INFÂNCIA E A CIDADE:
SENSO MORAL E CONSCIÊNCIA ÉTICA NA PERCEPÇÃO SOCIAL
DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM CIDADES
AMAZONENSES NO PERÍODO DE 2017 A 2023**

DÉBORA DE FREITAS PINTO DE LIMA

Manaus
2024

DÉBORA DE FREITAS PINTO DE LIMA

**A INFÂNCIA E A CIDADE:
SENSO MORAL E CONSCIÊNCIA ÉTICA NA PERCEPÇÃO SOCIAL
DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM CIDADES
AMAZONENSES NO PERÍODO DE 2017 A 2023**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Área de Concentração: Processos Socioculturais na Amazônia. Linha de pesquisa: Processos Sociais, Ambientais e Relações de Poder.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Matos de Noronha

Manaus – AM
2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L732i Lima, Debora de Freitas Pinto de
A infância e a cidade : senso moral e consciência ética na percepção social de crianças em situação de rua em cidades amazonenses no período de 2017 a 2023 / Debora de Freitas Pinto de Lima . 2024
114 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Nelson Matos de Noronha
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Espaço público. 2. crianças em situação de rua. 3. Políticas Públicas. 4. Amazonas. I. Noronha, Nelson Matos de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

A INFÂNCIA E A CIDADE:

**SENSO MORAL E CONSCIÊNCIA ÉTICA NA PERCEPÇÃO SOCIAL
DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM CIDADES
AMAZONENSES NO PERÍODO DE 2017 A 2023**

Dissertação apresentada ao, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Amazonas.

Área de concentração: Processos Socioculturais na Amazônia.

Linha de pesquisa: Processos Sociais, Ambientais, e Relações de Poder.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Nelson Matos de Noronha (Presidente)

Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM)

Professora Dra. Evelyn Lauria Noronha – Universidade do Estado do Amazonas (UEA) -
Membro

Professor Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos

Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM) -
Membro

Professora Dra. Carolina Gonçalves Brandão Universidade do Estado do Amazonas (UEA) -
Suplente

Elenise Faria Scherer (Suplente)

Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM)

Data da defesa: 26/01/2024

AGRADECIMENTOS

Até aqui, o Senhor permitiu a minha chegada, por sua graça e misericórdia consegui cumprir essa jornada que foi tão sonhada, mas também muito desafiadora. Passaram-se um pouco mais de dois anos construindo este artesanato ao qual tanto me dediquei e tão prazerosa foi a jornada.

Agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Nelson Matos de Noronha, pelo apoio e contribuição que se deram de grande valor. Além das orientações, sabedoria e generosidade. Meu respeito e admiração pelo professor que deu a oportunidade de realizar esta pesquisa.

Gratidão pelo Alay Pereira, meu esposo e parceiro de vida, que esteve (e ainda continua) ali do meu lado como maior incentivador na minha vida, dando todo o apoio moral e financeiro para que fosse possível me manter na pós-graduação. Sabemos que viver apenas de bolsa tem seus desafios e dificuldades, principalmente quando se tem família.

Sou grata pela vida da minha filha, Aline, que veio de forma tão inesperada, mas tão necessária. Ela é a razão pela qual acordo todos os dias com vontade de viver e de lutar, ela é a pessoa que me tornou tão responsável, tão motivada e tão corajosa. Um pequeno ser humano, mal sabe o quão é importante para mim, um amor que dói a alma.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia e aos colegas do programa que estiveram durante a caminhada da pesquisa. À CAPES que foi fundamental durante o período da pesquisa e à FAPEAM, que teve a contribuição pelo custeamento para a vinda do professor Dr. Walter Omar Kohan, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, para compor a banca do Exame de Qualificação.

Aos meus pais, madrasta, irmãs e sobrinha que estão comigo desde o começo da jornada acadêmica. À Letícia, que é a minha rede de apoio paga, sou grata pelo cuidado e carinho que teve pela minha filha enquanto eu precisava estudar. Aos amigos que, de forma direta ou indireta, estiveram comigo.

Aos que se foram, também sou grata. A maternidade trouxe um choque de realidade para o qual as pessoas não estão preparadas e, por esse motivo, elas acabam rompendo vínculos. Não é o fim do mundo, são ciclos que se fecham e que faz parte da vida.

No mais, eu peço desculpas e compreensão àqueles que muitas das vezes precisei recusar convites e ligações. Conciliar a maternidade com a pós-graduação não é uma tarefa fácil. Mas que no final valeu cada esforço e dedicação.

“[...] O mestre da criança é a própria criança.”
Florestan Fernandes

RESUMO

As crianças em situação de rua podem ser vistas em todos os lugares, principalmente nos logradouros públicos, e o preconceito contra elas existe, independentemente de sua faixa etária. Como as outras crianças, elas possuem suas diversidades culturais, mas o que as torna incomuns é a extrema pobreza. Esta pesquisa consiste em estudar a realidade social das crianças em situação de rua no contexto amazônico. Para alcançar um resultado satisfatório, empreendemos uma abordagem bibliográfica, o que exigiu compulsar um conjunto de teses e dissertações recentes, autores e documentários normativos de referência no domínio do tema abordado. A pesquisa adotou uma perspectiva interdisciplinar com o fito de que se estenda e se aprofunde o conhecimento das diversas esferas da realidade onde a percepção social das crianças em situação de rua em cidades amazonenses constitui objeto de inquietação para o senso moral e da consciência ética.

Palavras-chave: Espaço público; crianças em situação de rua; Políticas Públicas, Amazonas.

ABSTRACT

Homeless children can be seen everywhere, especially in public places, and prejudice against them exists, regardless of their age group. Like other children, they have their cultural diversities, but what makes them unusual is their extreme poverty. This research consists of studying the social reality of street children in the Amazon context. To achieve a satisfactory result, we undertook a bibliographical approach, which required compiling a set of recent theses and dissertations, authors and normative reference documentaries in the field of the topic addressed. The research adopted an interdisciplinary perspective with the aim of extending and deepening the knowledge of the different spheres of reality where the social perception of street children in Amazonian cities constitutes an object of concern for the moral sense and ethical conscience.

Keywords: Publicplace; stretchildren; Publicpolicy, Amazonas.

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CACS	Centro Acadêmico de Ciências Sociais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Centro POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONIC	Congresso Nacional de Iniciação Científica
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DEPCA	Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MPAM	Ministério Público do Amazonas
NOB	Norma Operacional Básica
NAF	Núcleo de Apoio à Família
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PPGSCA	Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia
ONGs	Organizações Não Governamentais
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEDCA	Secretaria Executiva de Direitos da Criança e Adolescente
SEJUSC	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania
SEMASC	Secretaria da Mulher, Assistência Social e Cidadania
SP	São Paulo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TJAM	Tribunal de Justiça do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Equipe da SEJUSC	27
Figura 2 - Pessoa em Situação de Rua na Capa da Página SP Invisível.....	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Unidades de Atendimentos em Manaus e algumas cidades da região metropolitana	47
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1.....	19
A INFÂNCIA E A SITUAÇÃO DE RUA.....	19
1.1 – O que dizem a lei e os especialistas?	19
1.2 – A criança como situação de rua	25
1.3 – UMA NOVA REALIDADE.....	31
CAPÍTULO 2.....	38
POR TRÁS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	38
2.1 – Políticas Sociais.....	38
2.2 CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E A SUA FUNÇÃO	45
2.3 -- DIRETRIZES NACIONAIS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA.....	53
CAPÍTULO 3.....	68
A RUA, A PINTURA E O FUTURO.....	68
3.1 – CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO.....	69
3.2 – As Crianças em Situação de Rua no Contexto Amazônico	77
3.3 – Para Além da Percepção.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
MEMORIAL RESUMIDO	100
REFERÊNCIAS.....	103
APÊNDICE	111
APÊNDICE A – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	112
ANEXO	113
ANEXO A – DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO.....	114

INTRODUÇÃO

A trajetória de meus estudos acerca da população em situação de rua começou na graduação. Ao cursar Ciências Sociais na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, tomei parte de uma pesquisa que teve início em 2016, no âmbito da Iniciação Científica. O projeto tinha como tema *População em situação de rua em Coari e Tefé*. Fui orientada pela professora do Departamento de Geografia, Dra. Paola Verri de Santana, que tinha como meta realizar um mapeamento da população em situação de rua nos municípios citados.

Desde então, venho estudando os municípios de Coari e Tefé. Passei a fazer parte do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira – NEPECAB. Surgiu, então, a possibilidade de realização do trabalho de campo a partir da observação das praças e das pessoas que ali circulavam, as noites mal dormidas. Esta experiência foi um marco para o início de uma caminhada para o mundo da pesquisa.

No ano de 2017, submeti o segundo projeto, *Análise comparativa da assistência social em Coari e Tefé*. Com a sua aprovação, demos continuidade à pesquisa anterior. Na ocasião, elegemos como objetivo compreender e analisar a presença do Estado, mediante a oferta de casas de acolhimento de pessoas em situação de rua. A Iniciação Científica é o primeiro passo para se tornar pesquisador. É indispensável ressaltar que os dois projetos de iniciação científica foram contemplados com bolsa CNPq.

Os estudos sobre a população em situação de rua foram muito relevantes na estruturação de minha trajetória acadêmica. Eles se desdobraram na construção da monografia de final de curso e na elaboração dos projetos posteriores. Por isso, acreditamos no que disse Wright Mills (2009, p. 22) sobre o trabalho do sociólogo “Isso significa que deve aprender a usar sua experiência de vida em seu trabalho intelectual: examiná-la e interpretá-la continuamente”.

O preconceito contra crianças em situação de rua em nossa sociedade é uma realidade intrigante. Muitas delas são descritas como marginais, doentes mentais, sujas, delinquentes, violentas. Apesar de sua infância e de não terem culpa de suas condições de higiene nem das vestimentas que usam, são mais mal afamadas do que os adultos pobres que portam o estigma da imundície.

Na extrema pobreza, elas não têm acesso ao banho diário nem podem usar roupas limpas para as diferentes ocasiões do dia a dia. Para as necessidades fisiológicas, o banheiro lhes falta; ordinariamente, estão descalças e, quando encontram um par de sapatos, estes são, invariavelmente, maiores de que os seus pés. Isso inclui os calçados que, como é possível ver,

não são apropriados ao tamanho dos pés ou, quando não os possuem, andam com os pés nus pelos espaços públicos.

Afinal, de quem estamos falando? Sim, embora o senso comum represente uma intolerância com o outro, estamos falando de crianças: aquelas que vivem nas ruas por um tempo determinado ou indefinidamente; aquelas que, esporadicamente, dormem nas calçadas e/ou as que possuem uma casa para morar, mas preferem perambular pelas praças e travessas da cidade. Falamos dessas pessoas que, mesmo sem gozarem do apreço da opinião pública, frequentam os cruzamentos dos sinais de trânsito, as feiras e outros locais propícios para a mendicância.

Algumas ainda contam com as presenças da mãe e/ou do pai ao passo que outras sofrem os efeitos da ruptura do vínculo familiar e passam a viver sob a tutela de outros parentes naturais ou legais.

Na escala social onde se encontram, atuam os fatores que determinam essa condição em que vivem. Muitos sequer possuem documentos de identificação, o que pode excluí-los das políticas públicas e do mapeamento social do Estado. Esse apagamento paulatino inicia lá atrás, quando a família se abala com as separações, a violência, o alcoolismo, o uso de entorpecentes, mas, também, com o desemprego e a falta de trabalho e renda, a migração, a falta conhecimento do idioma local, a baixa escolaridade e a escassez de outros equipamentos de políticas públicas e assistência social.

A sociologia, com Durkheim (2007), já tornou patente que o meio exerce uma coerção relevante, a qual obriga as pessoas a se adaptarem às normas e regras sociais da localidade, ainda que estas lhes pareçam estranhas. As maneiras coletivas de agir e pensar podem, portanto, ser reconhecidas como uma realidade exterior aos indivíduos e estreitamente associadas às formas de coerção social que eles sofrem.

Segundo Graeff (2011, p. 59), do ponto de vista das pessoas que vivem nessa situação, viver na rua é uma forma de luta contra a precariedade moral.

É importante saber a diferença entre a moral e a consciência ética para entender os problemas enfrentados pelas crianças em situação de rua. Em primeiro lugar, quando falamos de moral, segundo Assmann (2014, p. 83-84), é sobre um conjunto de atitudes que estão ligadas às regras, como manter uma casa arrumada ou uma boa postura em sociedade para que ocorra uma boa convivência.

Agir de forma que convém pelo que é certo e não por haver alguém que esteja vigiando ou para não sofrer consequências é uma atitude na qual o autor irá chamar de consciência ética, o qual diz que ela é “o estudo do comportamento humano, investigação sobre o que é bom e o

que é mau, e sobre o modo de se estabelecerem, histórica e teoricamente, normas válidas para todos” (Assmann, 2014, p. 82-83).

A moral também irá trazer a existência do senso moral, que é a sensibilidade pelo próximo que se encontra em situação de vulnerabilidade. As crianças em situação de rua estão em constante luta pela sobrevivência, através da mendicância e pela resistência de ocuparem o espaço público.

[...] moral é um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc. (Foucault, 1984, p. 26).

O que Foucault quis dizer é que a moral é o comportamento real dos indivíduos, no que diz respeito às regras e aos valores impostos. Não se trata de um código de regras, mas é a maneira como as pessoas se submetem ou obedecem a um princípio de conduta. Mas “Este conjunto de regras pode ser formulado em códigos mais explícitos ou até escritos, mas também transmitido de maneira difusa, podendo assim haver regras que nem sempre são coerentes entre si” (Assmann, 2014, p. 83).

Nessa realidade, nos deparamos com a luta pela sobrevivência: frio, calor, perigos urbanos e violência. Ou seja, não se trata somente de uma luta pela sobrevivência, mas contra o desrespeito da sociedade. Visto que toda sociedade precisa viver com dignidade e esperança, de forma que possibilite uma boa convivência em conjunto, tolerante e solidária.

Isso acaba interferindo na constituição de identidade dessas pessoas, uma vez que a construção de si vem do resultado das relações sociais. As vias públicas têm sido a moradia dessa população, mas a forma como cada um irá se integrar para fins de sobrevivência se desdobrará a partir de outros espaços urbanos, como praças, sinais de trânsito, feiras, centros da cidade.

A probabilidade de serem barrados em órgãos públicos, restaurantes e hospitais é alta devido ao impacto causado por sua aparência. O preconceito se revela quando as pessoas demonstram atitudes que favorecem a exclusão desses sujeitos de determinados lugares. Norbert Elias (2000, p. 112) vai chamar os grupos estigmatizados de os *Outsiders*¹, um termo pelo qual a sociedade denomina como inferiores pessoas em situação de vulnerabilidade,

¹ Na obra de Norbert Elias (2000) “*Os estabelecidos e os outsiders*”, o termo em inglês tem como característica relacionar os não membros da “boa sociedade”, ou seja, significa que estão fora de uma sociedade que possui ocupações de poder, prestígio e posições.

taxadas como ruins, isto é, moralmente desqualificadas. Bourdieu afirma que os grupos ou indivíduos são objetivamente definidos a partir do que supostamente são.

Porque os indivíduos ou os grupos são objetivamente definidos não somente pelo o que são, mas também pelo que supostamente são, por um ser percebido que, embora dependa estreitamente de seu ser, não é jamais totalmente redutível a esse ser, a ciência social deve levar em conta as duas espécies de propriedades que lhe estão objetivamente vinculadas: por um lado, propriedades materiais que, começando pelo corpo, se deixam enumerar e medir como qualquer coisa do mundo físico, e, do outro, propriedades simbólicas que não são mais do que propriedades materiais quando são percebidos e apreciados em suas relações mútuas, isto é, como propriedades distintas (Bourdieu, 2009, p. 226).

Ruas, praças, escolas, hospitais, bancos são equipamentos pelos quais a área urbana se compõe como espaço público e, conseqüentemente, são lugares privilegiados para o trânsito das pessoas, para suas trocas e para a formação de seus diferentes modos de ser. O espaço público é:

Fisicamente, o espaço público é, antes de mais nada, o lugar, praça, rua, shopping, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa. [...] Poderíamos dizer que o espaço público é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígios, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade (Gomes, 2006, p. 164).

Para as crianças em situação de rua, a realidade é outra nesses lugares. Elas os veem como áreas propícias para a mendicância. Ao lado dos adultos que fazem as vezes de seus tutores, em seu mundo interior, elas se adaptam e reinventam esses espaços.

Sabemos dos riscos e desafios que a rua proporciona. Um indivíduo que já tem a experiência de vida sabe mensurar essa realidade. No pensamento de uma criança, que ainda está criando memórias para a vida futura, ela vai enxergar esse cenário de maneira diferente. Principalmente quando o que está em questão é o ambiente em que ela vive. Para elas, a praça vem a se tornar um lugar lúdico, como diz Walter Benjamin:

Neles, estão menos empenhadas em reproduzir as obras dos adultos do que estabelecer entre os mais diferentes materiais, através daquilo que criam em suas brincadeiras, uma relação nova e incoerente. Com isso, as crianças formam o seu próprio mundo de coisas, um pequeno mundo inserido no grande (Benjamin, 2009, p. 104).

Quando observamos uma criança pedindo esmolas, também nos deparamos com algumas brincadeiras, como pular dos bancos e/ou pega-pega. Percebemos, então, a recriação do seu imaginário naquele espaço, fazendo com que o lugar não se torne entediante. Por outro lado, elas se encontram na obrigação de contribuir com os responsáveis para suprir os meios de sobrevivência do grupo familiar. Se levarmos em consideração o conceito de solidariedade social, segundo Durkheim (1983, p. 34), podemos admitir que, em outras sociedades, se trata da ideia de retribuição ou ato de favores e que pode ser aplicada de formas diferentes e para vários outros grupos.

Nos estudos de Silva e Avelar (2014, p. 70), vimos que, quando circulam pelos espaços públicos, a mãe é a figura adulta cuja presença mais se destaca no convívio com as crianças. Ao contrário, segundo as autoras, a figura paterna muitas vezes se encontra em situações como o alcoolismo, desemprego ou é desconhecida. Face a essa ausência, a atividade de mendicância infantil contribui na renda familiar, somando com a remuneração auferida pela mãe, para suprir as necessidades domésticas.

Essa atividade, além de confirmar que ali se trata de um compromisso referente a levar dinheiro e outros insumos de primeira necessidade, denota o esforço da criança em situação de rua para fortalecer os laços familiares. Aparentemente, isso acaba gerando, para a criança, um sentimento de obrigatoriedade referente a garantir a sua própria sobrevivência, como vestir, calçar e ter um lugar para dormir.

Ora, apesar da existência do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, como política normativa integral, cujo objetivo é garantir o direito da criança e do adolescente, não se sabe até onde esses sujeitos possuem o conhecimento dessas normas e se esses direitos são alcançados. Portanto, questionamos: por que os direitos das crianças não se tornam efetivos? Por que as crianças continuam andando nas ruas? Por que permanecem nas ruas apesar do reconhecimento legal de seus direitos? São questionamentos que pretendemos responder ao longo da pesquisa.

A propósito, Max Weber (2013, p. 25) um dos intelectuais mais influentes para a constituição da moral contemporânea, afirma que o trabalho tem que ser executado como um fim absoluto, fundado em si mesmo, uma vocação, pois é necessário para o capitalismo como modo de vida. Para o trabalhador, o ato de faltar ao trabalho gera um peso na consciência, que vai aparecer no processo de racionalização, principalmente no campo do trabalho. Uma disciplina gerada pela Reforma Protestante.

Na prática, uma pessoa que vive em situação de rua é considerada como um indivíduo que não se interessou em estudar nem em trabalhar e, por isso, não seria merecedora de usufruir

do mínimo necessário para assegurar a sua dignidade: comer, vestir, ter um teto para dormir, atendimento à saúde básica ou segurança.

Portanto, o capitalismo atual, que se desenvolveu a ponto de dominar a vida econômica, educa e seleciona os sujeitos econômicos de que precisa por um processo de sobrevivência econômica dos mais bem adaptados (Weber, 2013, p. 58).

Devido às circunstâncias impostas pelas medidas sanitárias no estado do Amazonas, durante os anos de 2020 a 2022, a condução da pesquisa passou a ser eminentemente bibliográfica e documental. Devido à impossibilidade de acesso aos sujeitos da pesquisa, buscamos os dados empíricos em fontes secundárias, nas quais também procuramos materiais para a problematização do senso moral e da consciência ética expressos nos discursos acadêmicos sobre as relações entre a infância e a cidade no contexto amazônico de nossos dias.

A utilidade da pesquisa sociológica, como instrumento da prática social, só aumenta se o pesquisador não se engana projetando aquilo que deseja, aquilo acredita que deve ser, em sua investigação do que é e foi (Elias, 1994, p. 235).

O objetivo geral da pesquisa foi estudar a criança em situação de rua no contexto amazônico. Essa disposição se desdobrou em três desígnios específicos: o primeiro foi pesquisar a relação da criança em situação de rua com os espaços urbanos; o segundo foi verificar as políticas sociais que se aplicam a esses sujeitos e o terceiro foi analisar o modo de vida presente das crianças em situação de rua.

Pesquisar sobre essas crianças decorre de uma inquietação de que a rua não é um lugar saudável para o ser humano viver. O que requer discutir sobre os lugares sociais ocupados pelas crianças na sociedade, pois nem o senso moral nem a consciência ética devem ignorar a desigualdade estrutural vivida por essas crianças, como a ausência de políticas públicas, a discriminação e o preconceito, obstáculos que elas têm enfrentado pelo fato de estarem em situação de rua.

As pesquisas recenseadas aqui, muitas vezes, se concentram na metrópole de Manaus. O que contribui para os estudos focados na Amazônia. Nossas reflexões, entretanto, visam chamar a atenção para as cidades do interior do Amazonas, pois, acreditamos que analisar a percepção da criança que está diretamente a circular pelos espaços públicos desse universo abrirá portas para discussões e reflexões sobre as políticas públicas voltadas para essa realidade. O que se deve levar em consideração é como a criança em situação de rua enfrentará, na sua relação com as pessoas, o seu cotidiano. Sabe-se que o indivíduo, embora busque a autonomia,

no que tange às suas atividades pessoais, permanece dependente dos demais seres humanos. Ao falar ou expressar suas emoções, é necessário a presença de outra pessoa para que elas produzam o efeito desejado, o qual é o afeto mútuo.

A dissertação está estruturada em três capítulos cuja articulação deverá conduzir ao objetivo geral da investigação. Cada capítulo se deterá no exame das questões referentes aos objetivos específicos do projeto inicial. O primeiro capítulo analisa a relação da criança em situação de rua nos espaços urbanos. No decorrer desse capítulo, destacam-se algumas observações a propósito do conceito de população em situação de rua a partir de normativas e de pesquisas desenvolvidas por outros autores. Eventos empíricos, como a própria pandemia e a exposição das vulnerabilidades sociais, serão destacados ao longo do capítulo.

No eixo central desse tópico, as notas sobre as crianças em situação de rua serão tomadas com base nos relatos de teor descritivo que serão apresentados posteriormente a partir de observações pessoais e das testemunhas apresentadas pelos autores de teses e dissertações levantadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFAM e no Repositório Institucional da UEA.

O segundo capítulo verifica as políticas sociais. Nesta abordagem, prevalecerá uma perspectiva voltada ao funcionamento dessas políticas e às unidades públicas que atendem a essa população, como é o caso do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, para destacar o seu conceito e sua funcionalidade. Além disso, deveremos levar em consideração as diretrizes voltadas ao tema desta pesquisa.

O terceiro capítulo analisa o modo de vida presente das crianças em situação de rua. A partir de um levantamento bibliográfico, adotamos a abordagem qualitativa, por meio das análises de duas teses² e três dissertações³ que trabalham com a temática criança em situação de rua. Mediante este procedimento, tecemos considerações sobre os modos pelos quais as crianças expressam suas visões a propósito de seu modo de vida, com destaque para as suas experiências com a arte.

Alguns autores foram fundamentais ao longo da pesquisa, em especial para o terceiro capítulo, Walter Benjamin⁴, em seu livro *Reflexões Sobre a Criança, o Brinquedo e a*

² Tese *A cidade percebida pelas crianças a partir de vivências artísticas* por José Cavalcante Lacerda Junior e a tese *A rua como lar: invisibilidade de pessoas em situação de rua no centro de Manaus* por Noélio Martins Costa.

³ Dissertação *Vozes infantis na escola: experiências e saberes sobre ciência a partir das culturas infantis* por Rosária Jordão Dutra; dissertação *Rede de proteção a crianças e adolescentes em situação de violência sexual na cidade de Manaus*, por Erinelma de Azevedo Almeida e dissertação *Entre vulnerabilidade e resiliência: risco, proteção e subjetividade em adolescentes que vivem em situação de rua em Manaus*, por Larissa Cristina Nascimento de Souza.

⁴ Livros *O flâneur* e *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*, de Walter Benjamin.

Educação, Florestan Fernandes⁵, em seu livro *As Trocinhas do Bom Retiro: Contribuição ao Estudo Folclórico e Sociológico do Grupos Infantis*, Rosa Iavelberg⁶ em seu livro *O Desenho Cultivado das Crianças: Prática e Formação de Educadores* e Maria Filomena Gregori⁷ *Desenhos Familiares: Pesquisa sobre Família de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua*.

É desta forma que me vejo quando faço minhas leituras e resenhas. Tracei o caminho das pedras, de forma que pudesse falar a mesma língua daqueles com quem estou dialogando virtualmente enquanto sigo suas palavras.

⁵ Livro *As Trocinhas do Bom Retiro: contribuição ao estudo folclórico e sociológico dos grupos infantis*, de Florestan Fernandes.

⁶ Livro *O desenho cultivado das crianças: prática e formação de educadores*, de Rosa Iavelberg.

⁷ Livro *Desenhos familiares: pesquisa sobre família de crianças e adolescentes em situação de rua*, de Maria Filomena Gregori.

CAPÍTULO 1

A INFÂNCIA E A SITUAÇÃO DE RUA

1.1 – O que dizem a lei e os especialistas?

Os chamados “em situação de rua” não estão em todos os lugares justamente: a situação de rua supõe a vida na área urbana, em condições específicas. Quando nos deparamos com a infância que se encontra nessa condição, vêm muitos questionamentos: onde dormem? Se tem alguma moradia provisória? Quem é o responsável? Se tem acesso ao ensino básico, ao sistema único de saúde, à alimentação? São questões que tornariam a pesquisa muito extensa e não poderíamos dar conta de todas essas problemáticas.

Esclarecer os conceitos de rua, espaço público, políticas sociais e o de infância é um requisito preliminar para definir qual será a abordagem metodológica. Uniformizar o significado dessas representações empíricas da prática científica é indispensável para evitar equívocos, pois se entende a necessidade de analisar esses fatos para que eles possam ser sintetizados ao final da investigação.

Nos estudos de Silva e Avelar (2014), investigam-se as representações das crianças em situação de rua sobre seus lares e meio familiar através do desenho. Utilizando um quantitativo de 7 crianças, as autoras fizeram um recorte pelo qual os sujeitos da pesquisa deveriam estar na faixa de idade de 10 a 14 anos. Sua análise levou à conclusão de que a ida das crianças às ruas está relacionada às questões financeira e afetiva.

Para chegar a esse resultado, a pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa-exploratória, uma forma de compreender o contexto e a relação entre a família e as crianças. Buscou-se, também, compreender como elas se organizam nesses espaços, onde se encontram não somente em uma circunstância transitória, mas em uma experiência marcante para a vida toda, pois, nessas passagens, se formam os vínculos fundamentais para a sua formação.

Assim, essas autoras compreenderam de que forma as crianças que circulam pelas ruas criam representações gráficas de suas casas e/ou de suas famílias e mostram que o desenho é uma ferramenta simbólica importante para proporcionar um meio eficaz para dar visibilidade e voz a essas pessoas.

Com isso, os resultados apontaram que as crianças que participaram da pesquisa não fazem parte de um modelo nuclear (pai, mãe e filhos). Além disso, evidenciaram da fragilidade nos laços afetivos, sentimentos de amor e ódio em relação ao lar e à família.

Existem três grupos de situações familiares diferentes que não se devem descartar quando se aborda sobre aqueles que vivem em situação de rua. O primeiro são as crianças e adolescentes que vivem com a família, mas que procuram as ruas para o sustento e atividades que envolvam o universo da rua; o segundo grupo é composto por aquelas que vivem com seus familiares nas ruas; e por último, são aqueles grupos que romperam ou que estão rompendo ligações de laços e moradia com a família.

Geralmente, as crianças e os adolescentes que vivem em situação de rua pertencem a famílias pobres e inseridas em comunidades onde há precariedade, ou inexistência, de serviços públicos. Na vida dessas famílias, muitas vezes, ocorrem casos de negligência, maus-tratos, rejeição, pouca tolerância para resolver conflitos. Neste universo, é frequente os filhos serem criados por outras famílias ou serem internados em instituições, durante longos períodos de tempo (Gregori, 2000, p. 11-12).

O indivíduo em situação de rua se define a partir das características traçadas no Decreto N.º 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Muito ainda há que se fazer, pois o que se observa na realidade não é o que a lei preconiza, uma vez que as condições que caracterizam essa população parecem permanecer extremamente precárias. Para este trabalho, será adotada a definição legal como elemento norteador do universo desta pesquisa.

Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009).

Quando nos referimos a "situação de rua", significa que a pessoa está na rua, mas não pertence à rua. Isto fica claro quando lemos:

A partir da relação casa-família, surgiu em nossa pesquisa o questionamento sobre como crianças em situação de rua representariam suas casas e como estas e suas famílias se manifestariam num discurso não verbal. A relevância deste estudo está na compreensão acerca do universo familiar destas crianças e na possibilidade da intervenção neste contexto a partir de suas representações (Silva, Avelar, 2014, p. 70).

Quando uma pessoa passa a estar em situação de rua, seja de forma temporária ou permanente, as condições nos espaços públicos, suas maneiras de agir do cotidiano e suas atividades ensejam problemas em relação ao corpo e ao mental, ao físico e ao simbólico, o que resulta numa fragilidade da moral do indivíduo, ou seja, as normas da sociedade se tornam barreiras que dificultam a satisfação de suas necessidades e não protegem esse segmento dos perigos que a vida urbana lhe impõe. Os autores Silva, Raitz e Ferreira (2009, p. 78) dizem que, na construção da identidade social e cultural da infância, “[...] a criança se transforma, mas ao mesmo tempo, os que se relacionam com ela também se modificam.”

Sob uma perspectiva moralista, é correto dizer que se deve comer com educação, mas, para a sociedade, é normal ver uma criança sentada no meio fio de um sinal de trânsito, almoçando e utilizando as mãos para pegar o alimento?

No caso da população em situação de rua, a ausência de um espaço residencial se configura como um quadro dramático, tendo em vista que se constitui como um referencial bio(geo)político de proteção. A circulação e a permanência nos logradouros e espaços públicos acabaram se tornando territórios de riscos. Basta lembrar todas as orientações técnicas para quando saímos às ruas, como por exemplo, nas condutas em relação aos equipamentos de proteção e as verdadeiras operações de desinfecção dos corpos e produtos quando retornamos para o espaço residencial (Robaina, 2020, p. 83).

A presença delas em lugares abandonados, como terrenos baldios, prédios inabitados ou em cabanas improvisadas com o intuito de terem um local para dormir, para se abrigar e se proteger dos perigos da rua e das alterações do tempo, como sol, chuva e o resfriamento noturno, é evidente. Para um indivíduo que vive na rua, a experiência irá refletir na sua vida e realidade social em todos os lados da consciência.

Quando esses grupos passam a circular pelos espaços públicos e adentram determinados lugares, como shoppings, bancos, restaurantes, órgãos públicos, ocorre uma certa rejeição da parte da sociedade. Isso acontece porque esses espaços estabelecem suas normas e regras, desde o vestir até a condição de higiene.

Embora sejam oportunos para a obtenção de esmolas, resíduos, alimentos, nesses lugares, os corredores, salões, gabinetes são interditados a essa população. São áreas restritas, exclusivas para quem veste roupas limpas, mantém os cabelos alinhados, cheira bem e anda de cabeça erguida. Por força dos atritos que daí resultam, mudanças se operam na coerção do sistema de regras e direitos pelo qual as crianças, individual e coletivamente, se ajustam ou se

desviam do processo civilizacional. Pelo que vemos no cotidiano, o padrão que, supostamente, assegura a proteção universal e a isonomia não vale para todos.

Elias (1994) ensina que o corpo é simbolicamente tudo o que a sociedade exige para adicionar o sujeito ao seu domínio, pois todo o indivíduo nasce de um grupo que já existe antes dele. Nessa função simbólica do corpo no campo das interações, os indivíduos, por natureza, dependem de outros que vieram antes deles para crescer.

Para Norbert Elias (2000), a partir de *Os Estabelecidos e os Outsiders*, espaços como bares e similares possuem suas normas e padrões tradicionais, que precisam ser obedecidas. Em caso de descumprimento, o indivíduo é excluído. A esse propósito, Abrahão⁸ abriu um novo debate sobre os critérios a serem atendidos para que se configurem os espaços públicos:

As saídas apontadas, todavia, já não passavam pela simples refuncionalização de nossas praças e ruas, mas sim por novos arranjos e ordenações nos espaços públicos, de modo que pudessem evidenciar as qualidades de serem simultaneamente ordenadores de território, referências urbanísticas, monumentais e simbólicos, lugares de expressão coletiva, lugares da visibilidade dos diferentes grupos sociais, dos encontros cotidianos, das afirmações ou das confrontações e das grandes manifestações cidadãs ou sociais; enfim, todo um universo de atributos a ser contemplado para que um espaço pudesse realizar-se como espaço público urbano, que, paradoxalmente, parece esvaziar de significado as praças, largos, ruas e avenidas que não correspondam a todos esses critérios (Abrahão, 2008, p. 58-59).

Além da discussão sobre o espaço, esse autor traz a definição da rua como suporte e via de passagem para a população, uma forma de ponte que vai fazer essa mobilização do indivíduo para a casa, o trabalho, a escola e outros lugares, mas que, ao mesmo tempo, vem trazer para ele uma perda da significação social.

No caso das pessoas que não possuem residências, o espaço público é o suporte de sua mobilização para as casas de acolhimento. O que leva ao fato de que esses espaços estão mudando, adotando costumes e práticas mais racionalizadas e regulamentações mais rigorosas concernentes ao uso dos lugares de convivência, ao passarem por uma sequência lógica organizada mediante marcadores temporais: reformas urbanas, embelezamento dos ambientes públicos etc.; tais mudanças provavelmente afetam as pessoas, pressionando-as a deixarem suas comunidades para fazerem das ruas sua moradia e se tornarem suscetíveis de serem exploradas ou extorquidas por sujeitos com poder econômico, autoridade ou pessoas violentas.

⁸ Sérgio Luís Abrahão é professor e coordenador auxiliar do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Paulista-UNIP. O livro *Espaço Público: do urbano ao político* traz importantes contribuições para o debate e a reflexão sobre o espaço público.

De fato, o crescimento geral de todas as grandes cidades, que, nas estatísticas, aparece sob forma de mediana, distribui-se de maneira bastante desigual. O movimento de polarização urbana possui um dinamismo próprio, variando consideravelmente no tempo e no espaço (Santos⁹, 1980, p. 107).

Foi o caso de Coari, no ano de 2016, quando a Praça do Cristo não era vista como um lugar apropriado para o lazer. As pessoas que moravam nas proximidades diziam que era um local perigoso de se frequentar. Ao redor da praça havia hotéis e uma feira movimentada, mas as pessoas passaram a ver essa praça como um espaço excluído, por conta da presença de algumas pessoas em situação de rua que costumavam frequentar aquele espaço para dormir e para o consumo de bebidas alcoólicas.

Como muitas vezes acontece, a imagem era uma representação altamente simplificada das realidades sociais. Criava um desenho em preto e branco que não deixava margem para a diversidade constatada entre os moradores do lugar. Correspondia à “minoría dos piores” (Elias, 2000, p. 115).

Isso acontece porque o conceito de civilização, segundo Elias (1994), se constitui a partir dos níveis da tecnologia, dos tipos, dos graus de desenvolvimento dos conhecimentos científicos, da religiosidade e dos costumes, cujas características fazem parte da coesão social entre homens e mulheres. Elias (1994) afirma que o termo “civilização” não possui o mesmo significado para os diferentes tipos de sociedade.

Ao definir o conceito de sociedade, Elias (1994) afirma que a sociedade somos todos nós como um conjunto e porção de pessoas juntas. Como exemplo dessa noção, ele lembra que essas pessoas se diferenciam, para cada região, por categorias, como na Índia e na China, onde há diversos tipos de sociedade, em relação à América ou a Grã-Bretanha. Por isso, é válido pensar que cada sociedade possui sua própria representação e, para a população em situação de rua, é preciso investigar se existem e quais são essas formas de diferenciação na estrutura social.

O processo de desenvolvimento e sua representação simbólica, o processo como tal e como objeto da experiência individual, são igualmente entrelaçados e inseparáveis. Como exemplo do processo em si, poderíamos apontar inicialmente para o fato de que cada fase posterior do processo de desenvolvimento atravessada por um indivíduo pressupõe uma sequência contínua dos estágios precedentes (Elias, 1994, p. 153).

⁹ Milton Santos, geógrafo brasileiro e considerado como um dos maiores pensadores brasileiros por suas pesquisas sobre urbanização. A obra citada *A urbanização desigual: A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos* dispõe do entendimento do processo contemporâneo, que é a crescente urbanização.

O indivíduo, na sua infância, é submetido às regulamentações para assegurar a sua sobrevivência. Segundo Elias, essas regulamentações se reportam a um conceito de estrutura social, cujas mudanças mostram que, para cada tipo de sociedade, poderá haver um determinado grau de diferenciação. Elias (1994, p. 219) ensina que “os fenômenos sociais, na verdade, só podem ser observados como evoluindo e tendo evoluído.”.

No processo de evolução, as pessoas passam por mudanças ao longo do tempo. Embora as pessoas em situação de rua estejam à margem da sociedade, elas não deixam de pertencer a ela e o fato de estarem ali significa que existe um problema social. Desta forma, haverá uma luta para combater o preconceito presente na sociedade e por melhoria de condição de vida para a população em situação de rua.

1.2 – A criança como situação de rua

As chamadas “crianças em situação de rua” são aquelas que vivem nas ruas, de forma temporária ou permanente, ou seja, não vivem totalmente nas ruas, mas que possuem ou não um lugar para dormir. Muitas delas estão ali para fazer a prática da mendicância para terem o que comer. Além das praças, costumam frequentar logradouros com sinais de trânsitos e feiras, locais de muito movimento de pessoas.

São crianças cuja presença materna e paterna ainda pode estar ocorrendo ou que já não possuem esse vínculo, o qual foi rompido e, por isso, outras pessoas de seu parentesco se encontram como seus tutores.

Com isso, entende-se que a base familiar dessas crianças nem sempre é pai e mãe juntos, pode ser um tio ou uma tia. Embora a configuração familiar se represente desta forma, ela vai ter uma importância para que essa criança tenha o entendimento sobre estar ali nos espaços públicos, mesmo que essa permanência seja contra a sua vontade. Por isso, segundo Silva¹⁰ e Avelar¹¹ (2014), não deve haver generalização, em alguns casos, esse núcleo familiar ainda pode ser presente.

Pode-se entender que é a partir do meio em que vive que a criança irá construir a sua identidade. Esse indivíduo, que está em processo de construção social, vive num núcleo familiar estruturado e com base financeira apoiada, é uma criança que não dedicará muito de seu tempo para pensar sobre sobrevivência.

Outra é a situação daquela criança que, segundo Gregori (2000), embora possua um teto para dormir, vive em uma família conturbada, cujos membros enfrentam problemas com vícios ou que estão em conflito com a lei: situações como essas podem influenciar na construção da personalidade da criança e, inclusive, tornar um adulto descontente com a vida.

O próprio processo de recriação terá uma realidade social diferente para cada um dos grupos citados. A percepção da realidade e o seu modo de vida se configurará a partir da sua vivência e experiência enquanto indivíduo na sociedade. Para Norbert Elias (1994, p. 137), “Uma das características de muitos processos que acentuam o nível de interação social reside no fato de se transferir o poder de um nível para o outro.”

¹⁰ Josianne Maria Mattos da Silva é Psicóloga graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Especialista em Residência Multiprofissional Integrada em Saúde pelo Hospital das Clínicas da UFPE, Recife, PE.

¹¹ Telma Costa de Avelar Psicóloga, mestre em Psicologia Cognitiva, professora assistente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE.

Em Manaus, por exemplo, é possível encontrar essas crianças em situação de rua de forma frequente em sinais de trânsito. Elas mesmas relatam que costumam dormir em bairros distantes e se deslocam com os tutores para praticar a mendicância. Se estão constantes ali, independente da hora do dia, então há uma suposição de que não frequentam a escola e que não há o contato com a educação básica, que é um direito de toda criança e adolescente.

Deve-se levar sempre em consideração que, além dos agenciamentos entre seus pares, também a criança está todo o tempo em contato com jovens, adultos e velhos, lendo e interagindo com o seu contexto (Silva, Raitz, Ferreira, 2009, p. 77).

Paradas em sinais de trânsito, costumam bater nas janelas do carro, na maioria das vezes para pedir dinheiro. Desta feita, estão fazendo o uso de máscaras¹². Com a existência da fiscalização e guardas municipais que trabalham para manter a ordem dos espaços públicos, vale lembrar que, à margem da sociedade, existem os grupos que vivem em extrema pobreza que circulam por esses logradouros e que, por inúmeras razões e motivos, chegaram e vivem ali.

As demais crianças, no entanto, sinalizaram a noite como um “tempo favorável” para realizar tais vivências, por algumas razões, como a temperatura da cidade, a oportunidade de sair com os familiares para comer fora de casa, porque estão mais descansadas e porque pela noite existem menos carros no trânsito (Lacerda Junior, 2018, p. 74).

A circulação dessas pessoas pelos espaços públicos é fato suficiente para que caiam sob a desaprovação da sociedade, devido ao ato de pedir esmolas. Os juízos de valor se formam a partir dos modos de inserção e integração em determinados grupos. Elias (2000) diz que a identidade coletiva ajuda a moldar a identidade individual por meio das experiências.

Em 2021, se deu, no Estado do Amazonas, uma campanha intitulada *Não troque a infância por moedas*, realizada pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC. Ela tinha como objetivo conscientizar a população a não apoiar a mendicância de crianças e adolescentes, como forma de combater o trabalho infantil. Coordenada pela Secretaria Executiva de Direitos da Criança e Adolescente – SEDCA¹³, a campanha decidiu concentrar suas ações em lugares estratégicos, como sinais de trânsito, terminais de ônibus e

¹² Fonte: <http://www.sejusc.am.gov.br/campanha-nao-troque-a-infancia-por-moedas-encerra-segunda-edicao-com-acao-em-pontos-estrategicos-de-manaus/>

shoppings centers. A empreitada teve apoio e participação do Conselho Tutelar de Manaus, Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente – DEPCA, Secretaria da Mulher, Assistência Social e Cidadania – SEMASC, Ministério Público do Amazonas – MPAM e Tribunal de Justiça do Amazonas – TJAM.

Figura 1 - Equipe da SEJUSC



Foto: Jadison Sampaio/Sejusc (2021)

Fonte: <http://www.sejusc.am.gov.br/campanha-nao-troque-a-infancia-por-moedas-encerra-segunda-edicao-com-acao-em-pontos-estrategicos-de-manaus/>

A campanha trazia uma proposta alinhada aos princípios formais do Estatuto da Infância e da Adolescência. Mas ali tem algo que requer o nosso questionamento: é a estratégia de conscientizar a sociedade. Ora, sabemos que, nesse contexto, existem dois lados: de fato, há quem esteja ali por necessidade; mas há o que chamamos de exploração de trabalho infantil. Algo a ser pensado com cuidado para não cair na armadilha da generalização, pois, dentro do processo de sobrevivência, a população em situação de rua não está imune aos conflitos decorrentes da ganância nem do oportunismo que envolvem a prostituição, o tráfico de drogas e outros delitos. Weber (2013) explica que essas formas de pensar surgem quando o indivíduo não consegue se adaptar ao seu modo de vida em relação às condições capitalistas. Com isso, sua conduta aparece, no mínimo, como uma reação por ter sido impedido de subir em relação à condição de vida.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho ao longo desses anos refletem as desigualdades sociais. Esse processo se encontra nas redes de dependência funcional, como é o caso de pessoas que contratam uma diarista ou uma pessoa para limpar o quintal. As pessoas perdem a habilidade para executar certas funções indispensáveis e logo aparecem outras para

realizar aquela tarefa, como um indivíduo que não sabe trocar lâmpada da casa e necessita do outro para fazer esse serviço.

Se não bastasse essa situação a desqualificação aliada à baixa remuneração cria situações de desemprego crônico maximizando o estigma de desclassificado. Essa situação evolui para quadros de degradação humana, onde o sujeito vagueia pelas ruas, sem esperanças, dependendo da caridade alheia para comer, beber e vestir (Costa, 2019, p. 79-80).

Segundo Elias (1994), por natureza, os indivíduos dependem de outros, muitos dos quais já se encontravam no mundo antes de eles nascerem. Ao longo de seu desenvolvimento biológico e social, precisam interagir com diversas pessoas que, por sua vez, se relacionam umas com as outras. É na sociedade, por meio das relações com outros indivíduos, que a criança irá se transformar num ser mais complexo. Seu caráter será moldado para a vida adulta. Esse indivíduo, para adquirir sua própria subjetividade, dependerá da estrutura do grupo em que ele estará inserido durante o seu crescimento (Elias, 1994).

Esse processo de socialização ocorre pela relação entre as funções dos indivíduos, ou seja, não se trata somente da questão biológica, mas o que une as pessoas é o social (Elias 1994). Ao discutir a pobreza, entendemos que esse fenômeno se encontra na raiz do problema social. Por isso, sua marginalização não pode se explicar sem uma análise dos costumes daquela comunidade em que o pobre vive. Quando um indivíduo cresce à margem da sociedade e não se submete às convenções do mundo, é provável que leve em consideração as práticas do meio no qual é inserido.

Esse fenômeno é um estado do grupo, que se repete nos indivíduos, porque se impõe a eles. Ele está em cada parte porque está no todo, o que é diferente de estar no todo por estar nas partes (Durkheim, 2007, p. 09).

Porém, a partir de uma análise estrutural, o que deve se observar são outros fatores que compõem essa categoria, nesse caso, os sistemas simbólicos. O poder simbólico, segundo Pierre Bourdieu (2001), atua na construção da realidade, tendo como diretriz estabelecer uma ordem capaz de reger as relações entre os indivíduos. Com isso, a língua pode ser concebida como sistema simbólico e, como tal, pode trazer para a pesquisa discussões e problematizações sobre as razões que levaram alguns a sair de seus países de origem.

Por conta da condição da palavra, a presença de pessoas que não pertencem à região pode explicar o descompasso entre o som e o sentido. Propagandas e anúncios de vendas são

mensagens que giram em torno de uma estratégia para a obtenção do lucro. Para o público que carece das bases culturais que sustentam o mercado formal, essas mensagens não fornecem informações em conformidade com o seu universo simbólico, mas o distorcem e o desestruturam. Assim, durante o desenvolvimento urbano e o crescimento rápido das indústrias, a sociedade teve que acompanhar e se adaptar a esse novo modo de vida.

Segundo Max Weber (2013, p. 05), os impulsos da ganância sempre existiram. Na atualidade, sinais dessa tendência se apresentam no comportamento das pessoas em diversas categorias de empregados, como garçons, médicos, artistas, funcionários públicos, trabalhadores industriais, apostadores. Não nos surpreende, portanto, que a publicidade afete o sentimento e a maneira de inserção social das crianças em situação de rua, dotando-as de vocabulário ambíguo, esperteza e astúcia. Esses recursos parecem ser decisivos para os desvios de conduta. Cabe notar que eles perduram independentemente da condição social e da região em que as pessoas se encontram. É possível que a pandemia tenha potencializado esse tipo de comportamento.

A pandemia do novo coronavírus desregulou os tempos individuais e coletivos. Os privilegiados que puderam continuar a trabalhar por meio de teletrabalho fecharam-se em casa, paradoxalmente, para se sentirem menos fechados. E trabalharam ainda mais intensamente (Santos¹⁴, 2021, p. 15).

No ano de 2020, uma pesquisa desenvolvida pela Associação Beneficente O Pequeno Nazareno e pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a infância da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Ciespi/PUC-Rio – 2020), sobre as políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes em situação de rua, mostra como esses grupos estão submetidos a uma taxa de vulnerabilidade maior do que a média do país e agravada por conta da pandemia.

Isso acontece porque, segundo o coordenador desses projetos, devido à pandemia, as escolas foram fechadas. Cerca de 60% do público atendido vive nas ruas. Setenta por cento (70%) das crianças que lá são acolhidas possuem frequência escolar. A falta desse acesso as tornou mais sujeitas a irem para as ruas. De acordo com Norbert Elias (1998, p. 29), as

¹⁴ Boaventura de Souza Santos foi denunciado recentemente por assédio e afastado de cargos institucionais. Por esta razão, estará presente apenas neste primeiro capítulo. Por ser um caso recente, não será possível a retirada do autor no diálogo deste primeiro capítulo. Visto que, quando ocorreu a denúncia, a mestrandia já se encontrada em processo de preparação para o exame de qualificação. Com o tempo limitado entre a qualificação e o tempo da defesa, permanecerá o capítulo 1 sem alterações.

Fonte disponível: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/17/boaventura-de-sousa-santos-e-denunciado-por-assedio-sexual-e-afastado-de-cargos-institucionais>

sociedades simples¹⁵ dependem do que lhes é oferecido pela natureza externa, ou por outros homens que são exploráveis. Ao trazer para o contexto atual, notamos que a criança que vive em situação de rua depende da dinâmica dos espaços públicos e da circulação das pessoas para obter a sobrevivência. A falta de acesso à assistência social e à dinâmica de socialização dos espaços públicos serão os meios pelos quais irá se desdobrar a mendicância.

Quando uma criança aborda uma pessoa que está num estabelecimento e pede que lhe pague um alimento, duas reações merecem ser examinadas: a de quem é abordado e a de quem a está abordando. Pode ocorrer de a pessoa recusar ou se comover e atender ao pedido; e existe a reação de expectativa e insegurança da criança tomada pelo medo e atraída pelo alimento. Ambas são críticas da percepção e da autopercepção que, segundo Elias, funcionam em nossa sociedade e que decorrem de uma resistência compreensível.

A estrutura básica da ideia que fazemos de nós e das outras pessoas é uma pré-condição fundamental de nossa capacidade de lidar eficazmente com elas e, pelo menos dentro dos limites de nossa sociedade, para nos comunicarmos com elas. Quando essa estrutura é questionada, nossa segurança sofre uma ameaça. O que era certo torna-se incerto (Elias, 1994, p. 81).

Embora os atributos humanos permitam que os indivíduos tenham a capacidade de adaptação à realidade em que vivem, absorver experiências novas, viver nas vias públicas, os desafios, os riscos e os perigos serão sempre mais elevados para quem vive em situação de rua. Devemos levar em consideração que ainda estamos em tempos pandêmicos e, ainda que estejam aptas a mudar sua forma de vida, isso não nos permite ficar indiferentes ao fato de que as pessoas em situação de rua estiveram mais expostas ao Covid-19 do que aqueles que vivem na segurança de um lar.

¹⁵ Na obra de Norbert Elias (1994, p. 103) “A sociedade dos indivíduos”, ao se referir em sociedade simples, o autor diz que “os indivíduos inseridos por toda a sua vida em comunidades de parentescos estreitamente unidas foram e são tão separados entre si quanto os membros das sociedades nacionais complexas.

1.3 – UMA NOVA REALIDADE

O início da pandemia foi marcado, em março de 2020, com o Decreto N.º 42.100, de 23 de março de 2020. O Governador do Estado do Amazonas, Wilson Miranda Lima, considerou que houve, não só na cidade de Manaus, mas em todo o território amazonense, uma enorme crise de saúde pública decorrente da pandemia em relação ao COVID-19, afetando tanto as finanças públicas do Estado do Amazonas quanto os setores privados.

Essa medida resultou na evasão de pessoas dos espaços públicos e em muitos comércios, empresas, escolas, universidades e pontos turísticos fechados, além de praças e praias isoladas.

Porém, nas ruas, pontos de ônibus, cruzamentos, praças e praias, a presença dos grupos estigmatizados perdurou. Naquele período, foi possível, portanto, observar as campanhas de conscientização para evitar as aglomerações e a exposição ao vírus dos grupos de risco, como crianças, idosos e portadores de doenças, e da população na sua totalidade.

Importa destacar que, embora a estratégia de isolamento tenha se constituído um dos ‘carros-chefes’ de mitigação dos efeitos da pandemia entre as PSR, não foi, absolutamente, a única estratégia adotada em Manaus para esse segmento. Em articulação com OSC e Pastoral da Igreja Católica, foram implantados pontos de acolhimento em diferentes áreas de Manaus, àqueles que, por motivos diversos, recusaram o abrigo. Nesses locais, as pessoas tinham acesso aos mesmos serviços de higiene, alimentação e orientação sobre a doença, realizados nos abrigos, porém, podendo conforme sua decisão, permanecer nos seus locais de vida, fora do isolamento (Leal *et al.*; Nunes *et al.* 2022, p. 157).

Houve alguns episódios, no entanto, nos quais se ignorou a realidade da população em situação de rua, negaram-se a existência da mendicância e a da violência contra esses indivíduos desde o início da pandemia.

Na pesquisa etnográfica empreendida em Paris, em 2006, Lucas Graeff¹⁶ mostrou que, além da luta pela sobrevivência durante o frio do inverno, as pessoas que ali se encontravam em situação de rua fizeram um embate contra o desrespeito social, a falta de dignidade e a decadência moral que as assolavam, como “dormir na calçada ou embaixo de uma ponte, urinar sobre a via pública, atravessar a cidade em roupas usadas ou mesmo se alimentar em centros de distribuição[...]” (Graeff, 2011, p. 59).

¹⁶ Lucas Graeff é doutor em Etnologia e Sociologia Comparada pela Université René Descartes (Paris V, Sorbonne). Graeff escreve o trabalho intitulado *Viver na rua em Paris: do desprezo ao reconhecimento*, uma etnografia realizada entre os anos 2006 e 2008 sobre o cotidiano e as dificuldades das pessoas em situação de rua em Paris. Embora não seja uma pesquisa realizada no Brasil, é importante trazer estudos de fora para comparar com a realidade dos sujeitos estudados na cidade de Parintins.

Por outro lado, havia um grupo, chamado “Os Filhos de Dom Quixote”, que movimentou as ruas com o objetivo de sensibilizar a população parisiense sobre a realidade daqueles que se encontravam em situação de rua. Eles acampavam em tendas e chamavam as pessoas a passarem a noite para viverem a experiência de dormir nas ruas frias. Com o tempo, esses grupos estigmatizados passaram a ocupar essas tendas. Em seguida, a população francesa, com o apoio da mídia, começou a mobilização pelos direitos dessas minorias.

Com efeito, o líder do movimento, Augustin Legrand, compreendeu rapidamente a importância simbólica do corpo precário. Após ele mesmo haver passado algumas semanas na rua, ele fazia questão de apresentar suas mãos aos jornalistas e câmeras de televisão, dizendo: “Vejam as minhas mãos!! Vejam como elas estão usadas pela miséria!! E eu passei apenas três semanas na rua! (Graeff, 2011, p. 62).

Além de investigar como essas pessoas são reconhecidas socialmente, talvez seja necessário buscar, também, sinais que nos permitam verificar se pelo menos uma parcela da sociedade manifesta algum tipo de atitude de acolhimento e de solidariedade para com esses sujeitos.

Em Manaus, existem algumas Organizações Não Governamentais que atuam no campo voltado às crianças em situação de rua e vulnerabilidade e que exercem um papel fundamental de proporcionar melhorias no cenário social, principalmente em relação a temática estudada. Apesar das políticas sociais existentes que atuam nesse campo, as ONGs têm a função de atender as demandas que não são atendidas pelo Estado. Em Manaus, por exemplo, é possível listar algumas ONGs¹⁷ que atuam nessa área:

- NACER – localizado no Parque 10;
- O Pequeno Nazareno – Colônia Terra Nova;
- Abrigo O Coração do Pai – Japiim II;
- Associação Beneficente Barriga Cheia – Adrianópolis;
- Casa Mamãe Margarida – São José II;
- Pastoral do Menor – Centro;
- Instituto de Assistência à Criança e ao Adolescente Santo Antônio (IACAS) – Santo Antônio;
- Movimento Comunitário Vida e Esperança (MCVE) – Conjunto Manoa;

¹⁷ Disponível: <https://www.uninorte.com.br/pesquisa/ongs/>. Acesso <31 de outubro de 2023>

- Movimento Comunitário de Meninos e Meninas de Rua (MCMMR) – Glória.

Apesar de envolverem conflitos, as necessidades emocionais, o dar e o receber que emergem em atividades, como engraxar os sapatos, vender doces dentro e fora dos transportes públicos que, além de testemunharem o trabalho informal executado pelas crianças, assinalam o uso e a exploração consciente das forças naturais para fins humanos, de maneira que, como coloca Elias, se revela aí o papel do poder muscular humano nas funções sociais e, portanto, não se deve enxergar ou tratar as relações afetivas como um problema isolado e individual, pois se trata de um problema do *habitus*¹⁸. Por isso Norbert Elias (1994, p. 67) afirma que “A sociedade sem os indivíduos ou o indivíduo sem a sociedade é um absurdo.”.

Os espaços públicos se tornaram locais muito demandados para a obtenção desses recursos de ordem emocional. Em praças, feiras, estabelecimentos e sinais de trânsito, é possível encontrar crianças caracterizadas de personagens atrativos e adolescentes com objetos perigosos para chamar a atenção da população para ajudá-los com algum valor ou alimentos.

O trânsito também passou a ser um ambiente favorável para a obtenção do sustento dessas crianças. Usar máscara é uma forma muito comum de chamar atenção e despertar a sensibilidade das pessoas que param seus veículos no semáforo. Apesar disso, muitos motoristas e transeuntes agem como se elas ali não estivessem, como se sua presença fosse invisível.

O mesmo acontece com o problema expresso no fato de que praticamente todas as sociedades estigmatizam outros grupos como sendo grupos de *status* inferior e de menor valor. Uma grande quantidade de estereótipos serve para esse propósito. Tradicionalmente, o conceito de “preconceito” é usado como símbolo unificador para o desprezo de grupos em palavras e atos (Elias, 2000. p. 210).

Trata-se do ritual da solidão e do isolamento de quem vive nas ruas, às margens da sociedade, que lida com as dificuldades do cotidiano. Foi o caso do município de Coari, segundo Lima e Santana (2019, p. 06), em 2016, quando uma das assistentes sociais do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS fez um relato sobre a existências desses grupos em situação de rua. Apesar de não haver registro no sistema, existia a consciência de que estavam presentes nos espaços públicos e que muitos deles possuíam residência e até família, mas que

¹⁸ Conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu. Surge como uma ferramenta importante interpretativa da realidade. Na obra, *O Poder Simbólico* é possível extrair uma explicação como o autor explica o conceito ao comparar o *habitus* científico com um treinador desportivo, como falar pouco em termos de princípios e preceitos gerais, não fica parado e procede das indicações. Imita movimentos práticos ou correções.

preferiam as praças, por fatores como vícios, doenças mentais e, inclusive a ausência de interesse familiar em querer o indivíduo em seu convívio.

Em São Paulo, existe uma ONG intitulada *SP Invisível*¹⁹, que surgiu em 2014, como um projeto de igreja para registrar por fotografias daquilo que eles consideravam invisível. Hoje, essa ONG registra histórias contadas e relatos de pessoas em situação de rua como forma de conscientizar a sociedade, além das campanhas de agasalhos que realizam em períodos de frio, incluindo *kits* de necessidade pessoal e alimentação. Campanhas assim são muito úteis para a atual realidade. São cuidados oferecidos como forma de proporcionar acolhimento e afeto, livres de qualquer julgamento e discriminação. A figura a seguir mostra a fotografia de uma das pessoas em situação de rua, juntamente com frases relatadas de sua realidade vivida na rua.

Figura 2 - Pessoa em Situação de Rua na Capa da Página SP Invisível



Fonte: <https://www.spinvisivel.org/>

A experiência do abandono e a ausência da solidariedade são notáveis. Como a sociedade está em constante busca de relações privadas, a morte, como evento público, entrou em declínio, tendendo ao esquecimento. Para os dias atuais, esse desdobramento do abandono inicia antes da morte, como a dura e amarga experiência da rua e os desafios envolvendo perigos, doenças e a exclusão social. Para Norbert Elias, as pessoas, na maioria das vezes, buscam apenas pelos seus próprios interesses.

¹⁹Disponível em: <https://www.spinvisivel.org/> Acesso <18 de outubro de 2023>

Muitas vezes, as pessoas hoje se veem como indivíduos isolados, totalmente independentes dos outros. Perseguir os próprios interesses – vistos isoladamente – parece então a coisa mais sensata e gratificante que uma pessoa poderia fazer. Nesse caso, a tarefa mais importante da vida parece ser a busca de sentido apenas para si mesmo (Elias, 2001, p. 42).

Por isso, a descrição dos cenários, das pessoas, de seus corpos, de seu número, dos gestos e de seus comportamentos não é algo ingênuo, mas um caminho para tornar visíveis os atos de manifestação de seus valores, positivos e negativos, independentemente do prisma social, como cor, etnia, gênero e faixa etária. Como Norbert Elias bem coloca, sempre haverá aquele grupo que irá se destacar, com o objetivo de hierarquizar a sociedade.

No fundo sempre se trata do fato de que um grupo exclui outro das chances de poder e de *status*, conseguindo monopolizar essas chances. A exclusão pode variar em modo e grau, pode ser total ou parcial, mais forte ou mais fraca. Também pode ser recíproca (Elias, 2000, p. 207-208).

O que é possível observar é que, na nossa realidade da pandemia, a necessidade de se socializar se tornou premente. Embora a sociedade esteja se desenvolvendo de forma individualista, o lado afetivo ainda é presente, o ato de estar presente, de abraçar e de ter integração com outras pessoas. Pois Elias (1994, p.107) infere que “Assim, o indivíduo pode expressar o sentimento de que a vida social se recusa a realização de seu interior”.

Não obstante se defenda a vivência plena dessa fase, também não se pode pensar que esse tempo/espço da criança seja como um mundo à parte, distante, sem conexão com outras realidades (Silva, Raitz, Ferreira, 2009, p. 77).

Quando observamos as crianças em situação de rua circularem pelos espaços públicos, é possível enxergar o estreitamento de suas relações com as pessoas quando elas se aproximam para pedir esmolas.

A lacuna e o conflito entre os impulsos mais espontâneos e os impulsos que receiam a ação imediata, sentidos pelas pessoas altamente individualizadas desse estágio de civilização, são por elas projetadas em seu mundo. Muitas vezes, aparecem em suas reflexões teóricas como um vazio existencial entre um ser humano e outro, ou como o eterno choque entre indivíduo e sociedade (Elias, 1994, p. 103).

Esses casos que ocorrem no cotidiano amazonense têm crescido ao longo dos anos e não há como descartar a suspeita de que existem tutores que utilizam de astúcia como forma de sustentar seus vícios. Afinal, é mais fácil retribuir ajuda para uma criança do que para um adulto. Quando analisamos esses exemplos, percebemos o quão tragicamente a moral desse pequeno indivíduo é ferida. Pois é relevante dizer que o acesso à educação está distante do convívio dela. Portanto, é cabível lembrar que a criança tem o direito à educação. Pois, como diz Benjamin:

Se desse modo, o ensino de moral está muito longe de satisfazer a uma exigência pedagógica absoluta, ele terá, entretanto, o seu significado enquanto estágio de transição. [...] O ensino de moral combate o elemento periférico, carente de convicção, em nosso conhecimento, combate o isolamento intelectual da formação escolar (Benjamim, 2009, p. 19).

Se o acesso à educação se torna restrito, então temos um problema a pensar, pois essa criança vai crescer e se tornará um adulto analfabeto e sem oportunidade de emprego. Com isso, soma-se mais um indivíduo que irá fazer das ruas a sua moradia e, assim, iniciando novamente o seu ciclo.

A noção de tempo para a criança se configurará a partir da movimentação e da circulação das pessoas, que, através dos seus horários de trabalho, geralmente saem para fazer suas refeições e retornam para a casa ao final do dia. Como nos mostram os estudos de Silva e Avelar (2014, p. 70-71), os espaços públicos para as crianças em situação de rua vão representar um ambiente tanto de socialização quanto de trabalho.

Com isso, a dinâmica do tempo para os sujeitos que vivem em situação de rua se concentrará a partir da mobilidade urbana das pessoas que circulam pelos espaços públicos para sobreviverem.

Em consequência da pandemia, segundo Leal e Nunes *et al.* (2022), a população em situação de rua necessitou de um olhar mais atencioso e de mais cuidado, em especial às crianças que expõem a sua segurança e saúde de forma perigosa. As pessoas em situação de rua foram as mais vulneráveis e expostas ao COVID-19. Com isso, se tornou evidente que criar um lar é uma medida necessária para assegurar um desenvolvimento saudável para as crianças que vivem em situação de rua e gerar reconhecimento social.

Os sem-abrigo ou populações de rua. Como será a quarentena de quem não tem casa? Os sem-abrigo que passam as noites nos viadutos, nas estações de metrô ou de comboio abandonadas, nos túneis de águas pluviais ou túneis de esgoto em tantas cidades do mundo. Nos EUA chamam-lhes os *tunnelpeople*. Como será a quarentena nos túneis? Não terão passado toda a vida em

quarentena? Sentir-se-ão mais livres do que aqueles que são agora obrigados a viver em casa? Verão na quarentena uma forma de justiça social? (Santos²⁰, 2020, p. 17).

Mesmo que possuam direitos como qualquer cidadão, esses sujeitos ainda sofrem preconceitos os quais produzem efeitos simbólicos e físicos. Por isso, prestar a devida atenção a eles constitui um dever da sociedade para com a população em situação de rua. Como diz o Boaventura Souza Santos (2020), as políticas implementadas, que têm o teor emergencial e de prevenção, nunca são aplicadas de forma universal, mas de forma coletiva.

A questão colocada neste capítulo foi a criança em situação de rua nos espaços urbanos, de forma que pudesse destacar questionamentos para a reflexão sobre os modos vividos por elas e suas experiências, além do enfrentamento da pandemia durante seus desafios nas ruas e o preconceito da sociedade, de tal modo que fossem abordadas estratégias cabíveis para que fossem discutidas no âmbito social. O que nos levará à proposta do capítulo seguinte, onde essas políticas sociais serão apresentadas juntamente com seus conceitos e funcionalidade.

²⁰ Boaventura de Souza Santos, Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Distinguished Legal Scholar da Faculdade de Direito da Universidade de Wisconsin-Madison e Global Legal Scholar da Universidade de Warwick. Na sua obra recente “*O futuro começa agora: da pandemia à utopia*” Boaventura aponta que as desigualdades e discriminações sociais se intensificaram ainda mais em um contexto pandêmico.

CAPÍTULO 2

POR TRÁS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 – Políticas Sociais

Primeiramente, é necessário entender que, antes da institucionalização estatal da assistência social, o atendimento das pessoas pobres, doentes, marginalizadas e sem residência fixa ou regular, no Brasil, era precário, possuía traços religiosos, filantrópicos e jurídicos: uma questão de polícia (Rosemberg, 2016, p. 05).

O controle social em relação à população de ex-escravos se estabelecia numa arena ideológica – ao se reabilitar, na construção do discurso, a dignidade do trabalho braçal –, ao mesmo tempo em que se procedia a uma vigilância física contra os recalcitrantes – por meio da razia cotidiana empreendida pelas forças policiais – constringendo, de um lado, “vadios”, “ociosos”, de outro as lideranças do movimento operário –no campo e nas cidades (Rosemberg, 2016, p. 10).

A Igreja Católica praticava a caridade. A aristocracia, junto com a Igreja, operava ações para amenizar essa realidade por meio do assistencialismo. Apesar das conquistas sociais que vieram ocorrendo ao longo dos anos, segundo Meirelles (2022, p. 91), ainda é existente a desigualdade social.

As políticas públicas surgem nos anos 1930, sendo reconhecidas como “direito social”. Porém, esse reconhecimento só foi possível através da Constituição Federal de 1988, quando o seu caráter assistencialista foi colocado em segundo plano. Com o governo de Getúlio Vargas, houve a iniciativa de uma reorganização do Estado e das políticas públicas, como a organização e a criação do Ministério da Educação, Saúde etc. Com essa racionalização do campo da política social em nosso território, o governo de Getúlio Vargas dá início à instituição do “direito social”, visto que a população urbana e trabalhadora estava começando a reivindicar ao Estado os seus direitos mínimos de suas necessidades.

Na década de 1980, por meio de muitos debates sobre esta questão, segundo Martins e Mazur (2009, p. 03), “[...] a sociedade brasileira promoveu a gestação de um movimento, que culminaria na Constituição Federal de 1988, onde a Assistência Social situou-se ao lado da Saúde e da Previdência Social”. Nesse mesmo período, enquanto se tentava romper com o caráter assistencialista que havia permanecido por muitos anos no Brasil, em 1993, a partir da Constituição Federal de 1988, foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Com

isso, determina-se a Assistência Social como política pública, uma lei com o objetivo de garantir direitos de cidadania, na qual se criou uma matriz para a política de assistência social.

Esta lei criou uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo de Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social (MARTINS; MAZUR, 2009, p. 03).

Portanto, a Assistência Social se tornou uma das políticas sociais mais importantes com relação ao atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua e vulnerabilidade, além das famílias que compartilham da mesma situação. Ela é muito importante, devido à sua atuação em outras políticas, como saúde, educação, moradia.

Em 2002, segundo o estudo de Martins e Mazur (2009, p. 03), durante um encontro intitulado *IV Conferência Nacional de Assistência Social*, surgiu a necessidade de preparar as políticas sociais já previstas na Constituição e pela LOAS para a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, cuja construção se deu em dezembro de 2004. A Norma Operacional Básica – NOB, por sua vez, foi aprovada em julho de 2005. A elaboração do SUAS surgiu na perspectiva de atender a um modelo de gestão mais participativa, entre as três esferas de governo e a sociedade civil, levando em consideração as políticas de favor e ocasião, as quais existem há muito tempo no país.

Além disso, é um sistema que regulamenta e orienta, em todo o Brasil, ações socioassistenciais, programas, serviços e projetos que atendem famílias, seus membros e indivíduos. O SUAS tem como objetivo atender a “Proteção Social Básica, como a ação preventiva, que é prevenir situações de risco pessoal e social; e a Proteção Social Especial” (Brasil, 2017, p. 48). Neste caso, o sistema é acionado quando ocorre a violação de direitos, sendo ela individual ou da família. Mas, para que pudesse desenvolver essas ações básicas, houve a necessidade de criar o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, um espaço físico para os usuários terem acesso aos serviços de assistência social²¹.

Já nos casos dos indivíduos ou famílias que estão em situação de vulnerabilidade social e risco, foi preciso criar o Centro Especializado de Assistência Social – CREAS. Nesse caso, é um espaço voltado para aqueles que já tiveram seus direitos violados, por exemplo: violência familiar e doméstica, rompimento de vínculos familiares, abuso e exploração sexual etc.

²¹ Diretrizes Nacionais Para o Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua. Brasil, 2017. Disponível em <https://www.saopaulo.sp.leg.br/novo/wp-content/uploads/2016/04/DIRETRIZES-NACIONAIS-situacao-de-rua.pdf>.

Como esta política ainda é recente no Brasil e sua efetiva implantação é um processo longo, desde sua regulamentação até o momento, existem mais CRAS implantados do que CREAS. (MARTINS; MAZUR, 2009, p. 04).

Sobre as campanhas de prevenção contra a violência sexual em Manaus, estas ainda continuam limitadas, o que não significa que não funcionem. Porém, ainda falta um envolvimento maior da Secretaria de Educação. Isso significa ter um envolvimento preventivo de ações nas escolas, com os alunos e professores. Segundo Almeida (2020, p. 120-121), “[...] a prevenção é a melhor forma de enfrentamento dessa problemática não somente na cidade de Manaus, mas em todo o território brasileiro.”

Desta forma, leis foram elaboradas, com normas específicas nesta área, para regulamentar ações da política de assistência social. Foi assim que surgiu o CRAS – Centros de Referência de Assistência Social no território brasileiro. Porém, é importante levar em consideração a ausência dessas campanhas sociais para as crianças que vivem em situação de rua e o quanto isso pode influenciar na vida desses sujeitos. Um exemplo que ilustra a atuação desses órgãos se encontra na pesquisa de Larissa Souza (2021, p. 78).

Essa autora estudou sobre as crianças e adolescentes em situação de rua, promoveu uma discussão sobre a vivência desses grupos nas ruas, sobre a violação de seus direitos, sua invisibilidade social e os fatores de riscos que os assola. Os resultados dessa pesquisa ensejaram a produção de uma dissertação de mestrado, mas o contato com o tema surgiu desde o seu curso de graduação, quando realizou estágio na área de socioeducação. Ao ingressar no mestrado, a sua área de estudo foi no Bairro do Educandos, Zona Sul da cidade de Manaus.

Mediante a adoção de uma rotina diária, durante a qual ouviu e conversou com os jovens em conflito com a lei, Larissa identificou a vulnerabilidade deles no que tange aos direitos da infância e da juventude. Experiência que despertou o seu interesse em estender a pesquisa para a temática que acabou por dar título à sua Dissertação de Mestrado: *Entre vulnerabilidade e resiliência: risco, proteção e subjetividade em adolescentes que vivem em situação de rua em Manaus*.

Durante o estágio, em comparação com suas atuações profissionais anteriores, foi possível observar que era raro ser reconhecida a voz desse público que vive numa situação de violação de direitos. Ouvir suas trajetórias de vida a incitava a fazer alguma coisa para não ficar indiferente a essa situação. A autora prossegue dizendo que a escolha da rua como área de estudo resultou de uma experiência em que presenciou um episódio de violência com crianças e adolescentes. A partir daí, ela formulou o problema a ser respondido em sua pesquisa:

De que maneira se dá a promoção de proteção e resiliência no contexto de vivência nas ruas da cidade de Manaus, segundo a percepção dos adolescentes que as vivenciam? (SOUZA, 2021, p. 13).

O objetivo de sua pesquisa foi “compreender os sentidos subjetivos de risco e proteção envolvidos no processo de resiliência de adolescentes que vivem em situação de rua e vulnerabilidade” (Souza, 2021, p. 13). O que nos mostra como é importante tentar compreender seu percurso para a melhor análise do tema da pesquisa. Uma vez que tem trabalhado com crianças e adolescentes em situação de rua e vulnerabilidade, a pesquisadora ressalta que é impossível alcançar a neutralidade. Ela sustenta essa afirmação com base em J. W. Creswell²² (2003). Segundo Larissa Souza:

[..] um pesquisador deve fazer uso de uma estrutura que oriente seu projeto de pesquisa desde a identificação da postura epistemológica que fundamenta a postura do pesquisador até os procedimentos de coleta e análise dos dados; enquanto a posição epistemológica e o método de pesquisa fornecem a base teórica e são os direcionadores da postura adotada pelo pesquisador, a técnica de coleta de dados e o modo de análise são as dimensões que operacionalizam a postura escolhida (SOUZA, 2021, p. 41).

A estrutura da dissertação da Larissa Souza seguiu as seguintes etapas: Introdução, na qual se apresentaram a justificativa e os objetivos da pesquisa; e os três capítulos requeridos para o desenvolvimento da investigação. No primeiro, ela agrega os conceitos teóricos sobre a temática. No capítulo dois, a autora traz uma discussão mais detalhada do percurso metodológico da pesquisa e os procedimentos para o estudo voltado a situação de rua. O capítulo três é a entrada para o campo, com as primeiras impressões, além de compreender o funcionamento do ambiente e a história de vida narrada pelos próprios adolescentes. Por fim, as considerações da pesquisa e as referências.

Esse trabalho teve uma enorme relevância no âmbito social, especificamente no combate à violação de direitos e exclusão social, como moradia, ensino, trabalho, marginalização e suas representações sociais negativas do grupo estudado. Durante sua análise e revisão da literatura, a autora identificou algumas abordagens que poderiam ser investigadas.

Além disto, um dado frequentemente encontrado na revisão de literatura sobre este tema poderia ser investigado: o aumento da criminalidade cometida por essa população, bem como da violência sofrida pelos mesmos, sejam elas de ordem física, psicológica, financeira, institucional, sexual ou através da

²² CRESWELL, J. W. Desenho da pesquisa: Abordagens qualitativas, quantitativas e de métodos mistos (2ª ed.). Thousand Oaks, CA: Sage, 2003.

adoção ilegal, discriminação, negligência e abandono, trabalho infantil, entre outras (SOUZA, 2021, p. 13).

Com isso, o objetivo da autora foi alcançado e ela logrou, portanto, compreender o processo de resiliência de adolescentes que costumam habitar nas ruas e seus fatores de riscos e proteção que envolvem uma situação de vulnerabilidade.

O recorte foi investigado mediante uma abordagem qualitativa, apoiada nos escritos de Gonzalez Rey²³, cuja epistemologia é desenvolvida “para a produção de conhecimento científico sobre a subjetividade numa perspectiva histórico-cultural” (SOUZA, 2021, p. 8). Nesse contexto, os resultados obtidos na investigação de Larissa Souza apontam para a noção de que a subjetividade das crianças é construída a partir do cotidiano das ruas, através da relação das pessoas e do seu meio, podendo favorecer a proteção ou trazer riscos e diz que:

Almejou-se ao término da atividade discutir sobre como fortalecer e promover fatores que contribuem para o desenvolvimento destes, além de minimizar riscos e reduzir o quadro de vulnerabilidades às quais esses sujeitos estão expostos (Souza, 2021, p. 8).

O leitor notará a presença dessa perspectiva teórica em toda a extensão da pesquisa dessa autora, para quem a sua metodologia “[...] implica compreender o conhecimento como produção e não como apropriação linear de uma realidade que nos apresenta” (GONZALEZ REY, 2005, p. 05). A parte empírica da pesquisa foi feita com dois adolescentes na faixa etária dos 12 anos (Souza, 2021, p. 8). A coleta de dados ocorreu na cidade de Manaus, no bairro do Educandos, em 2019, através de sistemas conversacionais, onde os sujeitos produziram/reproduziram aspectos da sua realidade e práticas sociais. As conversas foram registradas em gravadores e diário de campo.

Entretanto, no cumprimento dessas, políticas nota-se a intervenção focada na redução de riscos em detrimento à promoção de fatores protetivos, além do interesse em diminuir o índice de pessoas que se encontram em situação de moradia nas ruas (Souza, 2021, p. 14).

Souza possuía a expectativa de trazer um novo contexto histórico, geográfico e cultural para esse campo de estudo, de forma que sua pesquisa contribuísse na qualidade de vida na sociedade de cada região no que tange ao enfrentamento da população em situação de rua. Por

²³ Gonzalez Rey (1949-2019) foi psicólogo, acadêmico e educador cubano. Chegou no Brasil no ano de 1995 e atuou como professor titular e pesquisador do Centro Universitário de Brasília. Seus estudos eram voltados a Teoria da Subjetividade.

ser um estudo voltado aos adolescentes em situação de rua, não se deve esquecer das crianças que também compartilham dos mesmos fatores de riscos das ruas, como a falta de segurança, o abandono dos familiares, alimentação inadequada e vestimentas. Desta forma, em sua coleta de dados, a autora considera que cada um dos sujeitos dispõe, ao seu modo, de diferentes estratégias para lidar com as adversidades das ruas.

As violações de direitos permanecem frequentes entre estes sujeitos que transitam entre a casa, as ruas e as diferentes instituições de acolhimento e/ou privação de liberdade. Assim, torna-se fundamental a busca pela formulação, pela implementação e pelo monitoramento de políticas públicas efetivas, capazes de assegurar que crianças e adolescentes em situação de rua recebam proteção do estado e adquiram visibilidade na agenda política do país (Souza, 2021, p. 79).

Souza (2021, p. 78) diz que, apesar das dificuldades e condições de vida precárias, esses adolescentes apresentam uma perspectiva de futuro para além das ruas, “de se relacionar com o mundo que não sejam perpassadas exclusivamente pelo abandono e pela violência, mas pelo viés da proteção e da criação de vínculos”. Alguns obstáculos enfrentados na pesquisa devem ser levados em consideração: a falta de estudos locais sobre a temática, além da dificuldade de campo devido à Pandemia da COVID-19, que tem sido um obstáculo enfrentado por pesquisadores, principalmente os que iniciaram suas pesquisas a partir do ano de 2020. Outro obstáculo, segundo a autora, foi a notória ausência do público participante em assuntos considerados delicados, como a questão da exploração sexual, que não pôde ser investigada de forma mais ampla.

O fato de ter adotado uma abordagem metodológica qualitativa²⁴ não impediu a pesquisadora de escolher uma amostragem suficiente para que sua análise se tornasse possível. Nem todos os seus questionamentos, entretanto, foram respondidos, mas os resultados

²⁴ A autora utiliza como base para a sua abordagem qualitativa o autor Gonzalez Rey, por conta do estudo da subjetividade e perspectiva histórico-cultural.

Obras consultadas: GONZALEZ REY, F. L. *Epistemología cualitativa y subjetividad*. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 1997; GONZALEZ REY, F. L. O pensamento de Vigotsky: contradições, desdobramentos e desenvolvimento. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Hucitec, 2015; GONZALEZ REY, F. L. O valor heurístico da subjetividade na investigação psicológica. In: GONZALEZ REY, F. L. (Org). Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia. São Paulo: Thompson, 2005; GONZALEZ REY, F. L. Pesquisa qualitativa em psicologia: Caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002; GONZALEZ REY, F. L. Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade. Uma aproximação histórico-cultural. São Paulo, 2007; GONZALEZ REY, F. L. *Subjectivity in communication: development of personality*. In: Branco, A. e Valsiner, J. (eds.). *Communication and metacommunication in human development*. Connecticut, Information Age Publishing, 2009; GONZALEZ REY, F. L. Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Thomson Learning, 2003; GONZALEZ REY, F. L.; MITJÁNS MARTÍNEZ, A. *El desarrollo de la subjetividad: una alternativa frente a las teorías del desarrollo psíquico*. Papeles de Trabajo sobre Cultura, Educación y Desarrollo Humano, 2017 - 13(2), 3-20.

alcançados certamente serão aproveitados em estudos que trarão inquietações e discussões futuras. Ora, a temática estudada é de grande relevância, pois são indivíduos que fazem parte da sociedade e que precisam ser visibilizados melhor em sua realidade.

Segundo Souza (2021, p. 52), o bairro do Educandos (localizado na Zona Sul da cidade de Manaus) “[...] apresenta um grande percentual de palafitas, habitações regionais levantadas sobre estacas de tamanhos variados, obedecendo ao declive do terreno para dar certo equilíbrio à construção.”.

Durante a pesquisa da autora, apesar dos desafios da COVID-19, constatou-se o caso de um adolescente de 13 anos, que residia nas ruas desde pequeno. Souza (2021, p. 57) diz que “[...]há mais ou menos dois anos ele passa as noites no mercadinho de um morador antigo do bairro, que lhe dá comida, roupas e até remédios sempre que o mesmo precisa”. Embora, na pesquisa, o adolescente fosse questionado sobre a sua família ou residência, ele sempre direcionava ao dono do mercadinho como sua família e moradia.

[...] a situação do distanciamento familiar vivida pelos adolescentes, ainda é agravada pela fragilidade de uma rede de suporte social, na qual deveriam estar inclusas políticas públicas que garantissem os direitos básicos, como acesso à educação e/ou trabalho, aos serviços de saúde, participação em atividades físicas, e outras (Souza, 2021, p. 64).

Outro caso, segundo a autora, é de outra criança (não há relato de sua idade) que residia em um local pequeno com a mãe e cinco irmãos, ela era a mais velha e cuidava dos menores na ausência da mãe. Mas que também era de difícil paradeiro, pois passava muito tempo nas ruas.

São crianças que carecem de afeto e de apoio das políticas sociais e que acabam recorrendo a pessoas que elas consideram ser de confiança e que, de alguma forma, construíram vínculo.

Além disso, tais vulnerabilidades são expostas, como a violência, onde são vítimas de agressões físicas e verbais, exploração de trabalho e a drogas, ataques de gangues, abusos sexuais e psicológicos, além da humilhação pela polícia e da sociedade. São situações que, segundo Souza (2021, p. 66), fazem parte do cotidiano das crianças e adolescentes que vivem em situação de rua.

2.2 CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E A SUA FUNÇÃO

Antes de fazer uma abordagem sobre o surgimento do Centro de Referência da Assistência Social, é preciso nos determos em alguns episódios que costumam ocorrer em casas de acolhimento nas cidades do Amazonas. Segundo Lima, Situba e Santana (2018, p. 202), o caso ocorrido em setembro de 2016, no município de Tefé, embora tenha se passado há sete anos, nos traz à baila questões sobre a luta das políticas públicas para a sociedade. Uma fala de uma assistente social daquela localidade retrata uma situação, onde diz “várias vezes, quando estava em casa, fui acionada para atender um caso de negligência”.

Outra questão são as demandas que chegavam ao Fórum, em Tefé. Na Casa de Acolhimento²⁵, trabalhavam duas pessoas como responsáveis do local: a assistente social e uma psicóloga, mas a casa possuía seis cuidadoras, três pelo dia e três pela noite. Estas últimas, na época, eram responsáveis por nove crianças, que estavam na faixa de idade de dois a onze anos. Portanto:

É possível afirmar que o Estado ampara com recursos para esses abrigos por um tempo médio de dois anos. Logo com o término desse prazo, esse projeto de acolher crianças 3 e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade é entregue para quem ali dentro trabalha e assim caminhar sozinho (Lima; Santana, 2018, p. 03).

Os casos de negligência costumavam chegar ao CREAS²⁶ por denúncia anônima ou pessoalmente. Em seguida, essas acusações eram encaminhadas à polícia. Por fim, o Conselho Tutelar era acionado para levar as crianças ao abrigo. Nesse momento, o Juiz tinha o poder para cortar o laço da criança com os familiares e suspender o poder da família sobre a criança. Embora não houvesse registro de crianças em situação de rua nesse período de 2016, havia crianças em situação de vulnerabilidade e violência, como trabalho infantil. Outra questão que chama atenção é o fato de que a Casa de Acolhimento em Tefé era mantida pela prefeitura apenas com a casa, comida e limpeza.

Segundo as autoras Lima e Santana (2018, p. 07), as demais necessidades, como roupas, remédios, médicos, eram recebidas por ações que vinham de colegas. Além das recreações, datas comemorativas, aniversários, que eram apoiadas pelos militares do Exército. Mas vale ressaltar que estamos destacando situações ocorridas há sete anos.-

²⁵ A Casa de Acolhimento em Tefé, até o ano de 2016 não possuía placa de identificação, por motivo que se localiza em área de risco.

²⁶ Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

O surgimento do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS ocorre em 1999, inicialmente com o nome de Núcleo de Apoio à Família – NAF. Só mais tarde, no ano de 2005, a nova Política de Assistência Social irá se chamar CRAS, de forma institucional. Segundo Martins e Mazur (2009, p. 05), “[...] este centro se configura como uma nova perspectiva de atendimento e desenvolvimento das ações de proteção social básica.”.

A implementação se deu por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, com a Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993²⁷, que “Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências” (Brasília, 1993).

Segundo as *Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua*, do ano de 2017 (Brasil, 2017, p. 30), nos casos de adolescentes e adultos grávidas, além daquelas que têm vícios com álcool e/ou drogas, em que a sua condição coloca seus filhos sob ameaça e perigo, determinados órgãos de justiça autorizam a retirada de seus filhos da maternidade e encaminham diretamente para a adoção, com alegação de incapacidade de zelar e de prover os cuidados necessários para seus filhos, a mãe estando em situação de rua ou sendo dependente de álcool/drogas.

Os casos de retirada compulsória de crianças recém-nascidas de mães em situação de rua e/ou de uso de álcool e/ou outras drogas têm levado muitas mulheres a evitarem os hospitais e maternidades no momento do parto. Esta decisão aumenta consideravelmente os riscos à saúde e a vida das mulheres e de seus filhos recém-nascidos e revela a ineficácia dessa medida “protetiva”. Ao retirar o recém-nascido, o estado faz uma opção de proteger a criança e deixar a mãe à própria sorte, aprofundando ainda mais sua situação de vulnerabilidade e negligenciando para ambos o direito a convivência familiar e comunitária (Brasil, 2017, p. 31).

O Estado é um só. Assim, existe solidariedade entre os entes federativos no que tange à responsabilidade de garantir os Direitos Humanos dessas crianças que vivem em situação de rua. Isso implica pensar, nos âmbitos municipal, estadual e federal, no direito à saúde, segurança, educação, moradia etc., como deve ser concedido a qualquer cidadão. Garantir o respeito de cidadão, independentemente de classe social, cor, raça, gênero e qualquer ideologia, é o que se espera das políticas públicas. Isso não deve se reduzir a um trabalho do governo, mas se estender à cultura das pessoas ao praticarem a solidariedade e respeitar a diversidade que há na sociedade.

Os direitos humanos devem ultrapassar os grupos de classes sociais específicas. Seriam todos cidadãos, se andam sem documentos nem lar? Sabe-se que levará um tempo para isso ser

²⁷ Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso <23 de outubro de 2023>

entendido e compreendido, resta propor uma identificação de casos similares das cidades do interior amazonense.

No quadro abaixo, destacam-se alguns serviços de unidades de atendimento na cidade de Manaus e em algumas cidades da região metropolitana, com o objetivo de analisar quais estão em funcionamento ou não, segundo a informação dos *Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania – MOPS*.

Quadro 1 – Unidades de Atendimentos em Manaus e algumas cidades da região metropolitana

Unidades de Atendimento	Manaus	Rio Preto da Eva	Urucará	Irlanduba
CRAS Centro de Referência de Assistência Social	SIM / 20	SIM / 1	SIM / 1	SIM / 1
CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social	SIM / 5	SIM / 1	SIM / 1	SIM / 1
Centro POP Centro de Referência Especializados para População em Situação de Rua	SIM / 1	NÃO	NÃO	NÃO
Centro-Dia Referência para Pessoa com Deficiência e suas Famílias	SEM INFORMAÇÃO	SEM INFORMAÇÃO	SEM INFORMAÇÃO	SEM INFORMAÇÃO

Unidades de Acolhimento – Casa Lar Abrigo Institucional, República, Residência Inclusiva, Casa de Passagem	SEM INFORMAÇÃO	SEM INFORMAÇÃO	SEM INFORMAÇÃO	SEM INFORMAÇÃO
---	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------

Fonte: Sistema de Informação ao Cidadão – e-SIC, 2016.

Elaboração: Debora Lima

Em 2018, segundo Lima e Santana (2018, p. 09), um levantamento das unidades de atendimento voltadas às pessoas em situação de rua, em Tefé, constatou que algumas unidades identificadas como *Centro-Dia Referência para Pessoa com Deficiência e suas Famílias* e *Unidades de Acolhimento – Casa Lar Abrigo Institucional, República, Residência Inclusiva, Casa de Passagem*, que constavam em anos anteriores nos *Mapas Estratégicos para Políticas de cidadania*, já não mais eram vistos ali, embora não houvesse uma resposta se tinha ou não em determinado município, a sigla se encontrava na informação. Acredita-se que a página tenha passado por uma manutenção e atualização.

Segundo as informações disponibilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS²⁸ é a porta de entrada da Assistência Social. Por ser um local público, costuma ser localizado de preferência em áreas que possuem maior vulnerabilidade social. É por meio dessa instituição que são ofertados os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência entre a família e a comunidade.

Após o reconhecimento de um determinado território, o CRAS viabiliza uma organização e articula as unidades e serviços de rede socioassistencial e outras políticas, para que seja dado ao público o acesso a esses benefícios e projetos que esse órgão está encarregado de prestar e, assim, tornar-se referência para a população local e para os serviços setoriais. O CRAS é capaz de apoiar ações comunitárias através das palestras, eventos e campanhas que ele promove juntamente com a comunidade. É por meio dessas atividades que é possível traçar soluções cabíveis para o enfrentamento de problemas, como: a falta de acessibilidade, violência

²⁸ Informação extraída do site do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, ano de 2019. Disponível: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-cras-centro-de-referencia-da-assistencia-social>

nos bairros, trabalho infantil, ausência de transporte público, falta de espaço de lazer e cultural e assim por diante.

Os serviços ofertados pelo CRAS são o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. O CRAS também tem o papel de orientar os cidadãos sobre os benefícios ofertados, como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada – BPC, entre outros.

Além disso, as pessoas são orientadas pelo CRAS para fazer sua inscrição no Cadastro Único – CadÚnico, para Programas Sociais do Governo Federal. Desta forma, as famílias e indivíduos que estão em situação grave de desproteção, com deficiência, idosos e crianças retiradas do trabalho infantil, podem ser inseridas no Cadastro Único e se beneficiarem de programas sociais.

Outra questão de competência desse órgão emerge quando as regiões são de difícil acesso, como as comunidades ribeirinhas, indígenas, rurais e quilombolas. Nesse caso, o CRAS possui uma equipe chamada “Equipe Volante”, que se incumbem de realizar uma busca ativa. O deslocamento é realizado por meio de carros ou de Lanchas da Assistência Social. Essas lanchas são usadas para o transporte das equipes volantes e dos materiais necessários, com o intuito de atender os serviços e ações de proteção social básica nos locais isolados ou que são de difícil acesso.

Com isso, as equipes fazem o atendimento para as famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, principalmente as pessoas que estão em situação de extrema pobreza, na qual residem em comunidades ribeirinhas e pantaneiras, onde o acesso até elas só é possível através das embarcações. A disponibilidade das lanchas também favorece a busca ativa, que ajuda a localizar as pessoas que vivem em extrema pobreza para que se inscrevam (quando ainda não são inscritas) no Cadastro Único, para que recebam o auxílio de Programas Sociais do Governo Federal. Por fim, até 2019, essa ação fez parte de uma parceria entre o Ministério da Cidadania e a Marinha do Brasil. Vale ressaltar que o ministério teve a responsabilidade de fazer as doações das embarcações para os municípios, enquanto a Marinha ficava responsável pela construção e transporte das lanchas e treinamento dos pilotos²⁹.

Há alguns estudos que abordam o funcionamento dessas políticas sociais, como é o caso da pesquisa de Erinélma de Azevedo Almeida. Esta autora traz em sua pesquisa uma análise sobre a atuação de rede de proteção a crianças e adolescentes em situação de violência sexual

²⁹ Informação extraída do site do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, ano de 2019. Disponível: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/servicos-e-programas/lancha-da-assistencia-social>

na cidade de Manaus, levando em consideração seus direitos. É por meio desta análise que a autora traça o seu objetivo geral de sua investigação, que foi “analisar a rede de proteção a crianças e adolescentes em situação de violência sexual na cidade de Manaus” (Almeida, 2020, p. 14).

Sendo uma abordagem qualitativa, o trabalho aplicou a técnica de pesquisa à entrevista semiestruturada, na qual os sujeitos da pesquisa pertenciam às instituições da Rede de Proteção da cidade de Manaus, as quais eram: Escola Municipal Professora Maria Lira Pereira, Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS), Lar Batista Janell Doyle, Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CEVSCA-AM) e Segunda Vara Especializada em Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes.

A pesquisa empírica, realizada nos meses de maio e junho de 2018, chama a atenção para as limitações da Rede de Proteção. A pesquisadora destacou a falta de qualificação dos profissionais e o conseqüente comprometimento da garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Ela também observou que as ações e os recursos do poder público estão aquém dos esperados para alcançar seus objetivos.

De um modo geral, a rede em Manaus está funcionando. Apesar das fragilidades, está protegendo crianças e adolescentes. Porém, ainda há muito a avançar. A maioria dos atores³⁰ da rede está ciente de seu papel no enfrentamento da violência sexual, ainda há muitas falhas quanto à falta de comunicação e articulação entre os atores envolvidos, deixando a rede fragilizada. É necessário que os atores da Rede estejam articulados e fortalecidos, para que as suas ações sejam efetivas (Almeida, 2020, p. 7).

Como ressalta a autora da pesquisa, a violência contra a criança e adolescente tem sido frequente na nossa sociedade. Se trata, igualmente, de tema que tem crescido nos estudos científicos, nas discussões e soluções propostas para esses grupos, principalmente a violência sexual, que, de forma tão cruel, traz marcas físicas, mentais, sociais e sexuais, causando graves conseqüências na vida da vítima que teve seus direitos violados.

Apesar dos avanços na legislação relacionados aos direitos de crianças e adolescentes, ainda há muito que conquistar em prol da infância. Atuar em rede implica investimento profissional e governamental, engajamento e

³⁰ Atores da Rede de Proteção na cidade de Manaus: Escola Municipal Professora Maria Lira Pereira, Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS), Lar Batista Janell Doyle, Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CEVSCA-AM) e Segunda Vara Especializada em Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes.

consciência de que o trabalho conjunto e articulado garante o enfrentamento do fenômeno da violência, e a reparação dos direitos de quem foi violado. Somente desta forma, será possível promover práticas e superar as fragilidades existentes na rede de atendimento e de proteção à criança e ao adolescente, evitando assim, o retrocesso no atendimento voltado para esta população (Almeida, 2020, p. 7).

Como se pode notar, o interesse da autora pelo tema deve-se à sua relação com a experiência vivida como assistente social no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, entre os anos de 2016 e 2018, além de seu contato com os dados registrados pelos Conselhos Tutelares (2018) sobre o número de casos de violências ocorridos na cidade de Manaus e de algumas cidades da região metropolitana, como Manaus, Rio Preto da Eva, Urucará, Iranduba e Apuí.

Com a metodologia da pesquisa qualitativa, a autora tenta explicar o porquê dessas ocorrências. Erinelma de Azevedo Almeida diz que a análise e o cruzamento dos dados analisados exigiram diferentes abordagens.

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (Almeida, 2020, p. 15).

Mediante entrevistas semiestruturadas, a pesquisa proporcionou uma reflexão sobre a rede de proteção às crianças e aos adolescentes. Inicialmente, observa-se um pequeno número de pessoas que trabalham na Rede de Proteção que possuem a compreensão do Sistema de Garantia de direitos, em relação à quantidade de profissionais atuantes na área da saúde e educação.

No que diz respeito à concepção dos profissionais a respeito da Rede, alguns relacionam o conceito de Rede com a ideia de “proteção” da criança e do adolescente. Para outros profissionais, a rede de proteção representa um trabalho em conjunto, em que há diálogo e comunicação permanente entre os atores, instituições e órgãos, que tem por objetivo a proteção das crianças e dos adolescentes (Almeida, 2020, p. 120).

Nas informações coletadas, a autora diz que os profissionais entrevistados partem de uma consciência coletiva de que a Rede de Proteção, apesar de suas fragilidades, funciona, mas tem muito que avançar. Ela finaliza o trabalho falando sobre a importância de investir nas ações de combate às situações de violência. Isso implica em investimento profissional, engajamento

e consciência. É desta forma que, ao seu ver, será possível superar as fragilidades existentes, de forma a atender na proteção das crianças e dos adolescentes.

Visto que, em sua pesquisa, Almeida (2020, p. 44) diz que os grupos que se encontram em maior vulnerabilidade são as crianças mais novas do sexo feminino e que se encontram numa camada mais pobre da população, isso faz com que elas estejam expostas, pois apresentam dependência de cuidados essenciais por estarem em estágio de maturidade.

De modo geral, deve ser levado em consideração que as crianças e adolescentes, por condição de dependência e tutela, são os grupos que mais sofrem aos impactos e riscos das ruas em suas vidas.

2.3 -- DIRETRIZES NACIONAIS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Para tornar mais significativa a sua exposição, este tópico será precedido de um comentário sobre o texto intitulado *Desenhos familiares: pesquisa sobre família de crianças e adolescentes em situação de rua*, organizado por Maria Filomena Gregori, publicado em 2000, graças à UNESCO³¹, em parceria com a Fundação BankBoston, cujos autores estiveram investigando e compreendendo esse universo em que as crianças e adolescentes em situação de rua estão inseridos, na cidade de São Paulo.

O tema voltado ao infantojuvenil é uma das preocupações da UNESCO para diagnosticar situações de risco e apresentar propostas e alternativas que venham atender a soluções para a juventude brasileira.

O Brasil já reúne um conjunto considerável de estudos sobre as condições de vida e experiências de meninos de rua. Contudo, são escassas as informações sobre as famílias dessas crianças e adolescentes (Gregori, 2000, apud Werthein, 2000, p. 17).

É uma pesquisa que foi resultado do trabalho de uma equipe multidisciplinar, reconhecida como exemplo de experiência notável de parcerias; uma delas, a Fundação Projeto Travessia, disponibilizou informações a respeito dos meninos atendidos por meio dos educadores de rua. O trabalho desenvolvido teve como base uma concepção de cidadania, a qual “[...] pressupõe a responsabilidade pessoal e social de cada cidadão no processo de educação das gerações mais novas” (Gregori, 2000, p. 11).

Ou seja, a Fundação teve como objetivo garantir os direitos de moradia e sobrevivência das crianças e adolescentes que faziam partes das ruas do Centro de São Paulo, dando atenção principalmente à proteção de forma integral. Essa instituição contou com a mobilização dos

31 A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO é uma agência especializada das Nações Unidas (ONU) com sede em Paris, fundada em 16 de novembro de 1945, com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, ciências naturais, ciências sociais/humanas e comunicações/informação. Já no Brasil, possui um escritório nacional em Brasília e na região da América Latina e no Caribe. O objetivo principal é apoiar a criação e a implementação de políticas públicas, conforme com as estratégias definidas pelos Estados-membros da UNESCO. A Representação da UNESCO no Brasil entrou em atividade no dia 19 de junho de 1964, tornando-se um escritório nacional que faz parte do Cluster Mercosul + Chile. Ela também se uniu a outras agências do Sistema das Nações Unidas representadas no Brasil no âmbito do acordo de cooperação técnica assinado com as autoridades brasileiras em 1964, e mudou seu escritório físico do Rio de Janeiro para Brasília em 1972. Disponível: <https://www.unesco.org/pt/fieldoffice/brasil/abou>

esforços dos tutores, famílias, educandos, comunidades, rede pública de ensino, rede de atendimento e das pessoas em sua totalidade.

Portanto, adotou-se o entendimento de que mudar a realidade desses grupos requer uma atuação ampla, de forma que venha contemplar os diferentes atores sociais relacionados em suas vidas, isso inclui suas condições de exclusão social.

Por isso, a Fundação Travessia realiza ações educativas diretamente com crianças e adolescentes, com suas famílias, com a comunidade de origem e do Centro de São Paulo, com os serviços de atendimento e junto a opinião pública de modo geral (Gregori, 2000, p. 12).

Com a coordenação da professora Maria Filomena Gregori, a equipe foi sendo moldada após a informações desses dados. Foram reunidos saberes antropológicos, terapeutas de família e educadores de rua. A grandeza dessa abordagem estava presente através do tratamento das informações obtidas, o que tornava mais claro e seguro o diagnóstico, possibilitando a intervenção juntamente às famílias de crianças e adolescentes em situação de rua.

A estrutura do livro está organizada em duas partes: a primeira, intitulada *Desenvolvimento*, teve o objetivo de apresentar as concepções dos parceiros, como esse caminho segue, de forma conjunta, para trabalhar com as informações. Já a segunda parte, *Análise e Considerações*, consiste em apontamentos para auxiliar o leitor a participar dos debates sobre informações levantadas e de temas relevantes e diversificados das crianças e adolescentes em situação de rua.

Ao final da pesquisa, foram apresentadas algumas propostas a respeito da implantação de uma rede de atendimento à formação contínua de educadores e a estruturação de sistema de informações sobre as crianças e adolescentes em situação de rua.

Com as ideias desenvolvidas sobre o estudo das crianças e adolescentes em situação de rua, é possível reunir conceitos e opiniões diversas, além de outras áreas interdisciplinares para uma intervenção de qualidade voltada ao atendimento à infância e adolescência.

Em análise sobre a dinâmica das crianças e dos adolescentes, em situação de rua, desenvolvida em sua tese de doutoramento, Maria Filomena Gregori (1997) já havia observado a ausência de estudos mais detidos na questão da família de origem desses meninos. Como notou, a condição de estar nas ruas é tida como indicativa de abandono familiar (Gregori, 2000, p. 03).

Embora a discussão tenha sido feita com base em dados dos anos 1990, se trata de uma questão a ser pensada na atualidade, pois a ideia de abandono era qualificada como um reflexo

de desigualdade social. Além de que, no universo familiar, havia uma certa exigência sobre as dificuldades de sobrevivência. Havia também a ausência do convívio com os pais, o que resultava a ida desses pequenos humanos para as ruas.

Segundo Gregori (2000, p. 11), “viver nas ruas, mesmo que seja temporariamente, significa uma situação de risco social e pessoal, como consequência de um processo complexo de exclusão”.

O universo familiar das crianças em situação de rua ainda é pouco conhecido. No período em que a autora estudou sobre o tema, este ainda era pouco pesquisado, eram poucos os pesquisadores a estudarem sobre essa temática.

Desta forma, a autora contou com a pesquisa de dois autores, como Arno Vogel e Marco Antônio Silva Mello³², no ano de 1991, para a colaboração de estudos desenvolvidos sobre o ingresso precoce de crianças no mundo do trabalho realizado nas ruas.

Com isso, Maria Gregori tinha o objetivo de entender como as famílias lidavam com essa situação, além dos riscos em que as crianças e adolescentes eram expostas nas ruas. O resultado que se obteve, segundo os autores com quem contou, foi:

[...] que a experiência na e de rua burla o “direito à infância”: direito a permanecer sob os cuidados da família e à formação escolar, direito a gozar de tempo para brincar e aprender (Gregori, 2000, p. 05).

Os autores Vogel e Mello questionam a teoria da infância como procedimento de indignação, pois exige um entendimento mais profundo sobre como as famílias encaram o trabalho precoce e enfrentam os riscos, uma vez que esses sujeitos estão expostos às ruas e quais as medidas adotadas para contornar o problema. Gregori, por sua vez, sugere algumas hipóteses para esclarecer os resultados deste estudo, os quais define como “processos expulsivos”, um termo que justifica a ida precoce desses pequenos humanos ao trabalho nas ruas. A primeira hipótese é de que o universo da rua inicia no núcleo familiar e a segunda hipótese é de que se inicia na experiência com a escola.

Ainda em relação aos contextos expulsivos cabe enfatizar que, apesar da insistência em se atribuir a uma condição de extrema pobreza uma das razões para a desvinculação entre esses meninos e sua família de origem, vários estudos apontam para uma maior complexibilidade no que se refere à relação entre condição de pobreza e afastamento dos meninos de seus vínculos familiares (Gregori, 2000, p. 6).

³² Obra “Da casa à rua, a cidade como fascínio e descaminho”.

Outra questão é a violência corporal ou qualquer outra espécie de violência como fator expulsivo: nem sempre é decisiva para a saída dos filhos de casa, mas se torna uma indicação de que um conflito familiar, em determinado grau, se torna uma força de caráter expulsivo contra os filhos ou a um filho particular. Mas existe ainda um terceiro fator que deve ser levado em consideração: é a circulação das crianças nas ruas como recurso para a manutenção de laços familiares, o que, na maioria dos casos, torna-se eficaz.

Porém, há casos em que crianças tenham passado parte de sua infância em casas de parentes, cuidadores ou em instituições fechadas. O que leva Gregori (2000) a considerar duas questões: primeiramente é a relativização da ideia de abandono, uma vez que essas famílias tenham buscado alternativas de acompanhar o desenvolvimento de seus filhos.

Contudo, é preciso levar em conta que, se as crianças são postas em circulação, sendo doadas para a parentela consanguínea, de forma a garantir o laço com a mãe biológica, o arranjo familiar originário se modificou de tal maneira que os filhos dados perdem o seu lugar concreto e cotidiano, ocupando-o em outros núcleos (Gregori, 2000, p. 101).

Mas, ao mesmo tempo, tenta-se compreender os fatores que levam ao rompimento dessas expectativas até resultar no processo expulsivo. A segunda questão é a decisão da família a propósito da internação de um ou mais filhos, que pode ser uma garantia de laços familiares, mas que também pode perder o lugar concreto como filho no convívio cotidiano. Com isso, pode ocorrer a reafirmação da rede de parentesco pela rede institucional.

Segundo a autora, produzir informações voltadas ao atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua é essencial, pois isso leva ao conhecimento do público atendido, inclusive, permite uma análise a esse público e agiliza nas decisões que venha beneficiar. Então, ela vai propor três indicações que, ao serem implementadas, podem produzir o fortalecimento institucional, resultando na agregação efetiva na intervenção institucional com crianças e adolescentes em situação de rua e seus grupos familiares.

Gregori (2000, p. 127-128) vai chamar essa coleta de informações de “Sistema de Informações”, que consiste na produção de registros e relatórios, com o objetivo de normatizar os dados e estabelecer normas e regras no que diz respeito às informações das crianças, adolescentes e famílias. Além disso, essa medida ajuda a agregar esses grupos e as instituições envolvidas para contemplar ações voltadas às crianças e adolescentes.

Outra questão que a autora indica é a “Formação Contínua dos Profissionais”, que consiste na complexidade do universo familiar, pois é nesse meio que o diagnóstico é revelado.

Para isso, os profissionais contam, como instrumentos de formação, com alguns parceiros de análise sistêmica e metodologia utilizada pelo Instituto de Terapia Familiar para o diagnóstico. Essa formação contínua conta com a análise prática das informações sobre o atendimento e que são discutidas pelos profissionais de forma periódica, com encontros semanais da equipe de educadores e supervisor para analisar as informações e o andamento do atendimento das crianças, adolescentes e suas famílias.

Por último, é a indicação de “Formação de Rede de Atendimento”, que envolve uma questão mais complexa: a vivência nas ruas e o universo familiar. Gregori (2000, p. 129) afirma que “[...] nenhuma prática institucional solitária é capaz de produzir competência na resolução das situações problemáticas que pudemos revelar nesse diagnóstico.”

Portanto, é necessária uma rede de atendimento que venha assumir estratégias comuns de compartilhamento de informações e de formação de profissionais para enfrentar esse desafio. Gregori (2000, p. 129) vai dizer que “A formação compartilhada permite a construção de um campo conceitual comum aos profissionais de diversas instituições, sem que isso implique perda de especificidade.”

Por fim, a autora conclui dizendo que essas contribuições são importantes para registrar a dedicação de profissionais e instituições que são envolvidos no trabalho com crianças, adolescentes e familiares.

A autora afirma que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA³³ reconhece o valor dessa população infanto-juvenil, que são grupos em desenvolvimento e que são portadores do futuro. Além do amparo dos serviços públicos como atendimento preferencial e prioritário que são as políticas sociais básicas, entre eles estão a educação, saúde, segurança e entre outros. Ou seja, Gregori (2000, p. 24) diz que “esta ética torna todos os direitos das crianças dever de todos os adultos.”

As questões das crianças e dos adolescentes que têm seus direitos ameaçados e violados vêm ocupando lugar de destaque nas reflexões sociais e políticas brasileiras, uma vez que estes são expostos a uma série de situações discriminatórias (violência, exclusão de escolaridade, prática infracional, prostituição, exploração do trabalho infantil, gravidez adolescente, drogadição e outras), configurando um ciclo que tende ao fechamento e os mantém marginalizados (Gregori, 2000, p. 17).

³³ Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei federal 8.069 promulgada em 1990. Lei como garantia de direitos à infância e à juventude, a qual passou a atuar na Proteção Integral.

Esse reconhecimento do ECA resultou no Movimento de Luta Pelos Direitos da Infância, de cujo empenho surgiram duas emendas para o texto da Constituição Brasileira: o Artigo 227³⁴, um pequeno projeto do que seria a futura *Convenção Internacional dos Direitos da Criança* e; o Artigo 204³⁵, o que seriam as ações e esforços coordenados entre o governo e a sociedade civil.

Quando temos uma criança em casa, sob a nossa proteção, não conseguimos imaginar uma situação em que ela passe por riscos, perigos e abandono, ausência de alimentos ou recursos suficientes para proporcionar conforto, segurança e dignidade, além da convivência fraterna. Tal condição, porém, não é algo difícil de identificar nas crianças que vivem em situação de rua. Elas estão constantemente expostas a todos os tipos de vulnerabilidade. As pessoas circulam ao seu redor e muitas das vezes as ignoram. Numa praça, por exemplo, quando uma criança aborda um sujeito para oferecer algo para vender ou até mesmo para pedir esmolas, ordinariamente, quem é abordado interrompe a fala ou desvia o caminho para não ter que fornecer ajuda. Seja por motivo de não ter como ajudar, ou por não querer se dispor à ação. Com isso, é possível reconhecer que essas crianças precisam de atenção e proteção, pois, segundo Gregori (2000), elas carecem de estratégias para enfrentar adversidades relacionadas ao vínculo e à produção de redes de inclusão e proteção.

O “Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua”, criado a partir do Decreto n.º 7053/2009, tornou-se uma das principais agências de atendimento à população em situação de rua na Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua na Assistência Social. Porém, ela se encontra em fase de implementação em todo país, para a população que se encontra na faixa etária superior aos 18 anos. Desta forma, para esta agência, não é possível atender crianças e adolescentes.

A publicação de um documento pelo Governo Federal intitulado Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, de maio de 2008³⁶, cita como principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a

³⁴ Artigo 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

³⁵ Artigo 204: As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no artigo 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: (I) descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como à entidades beneficentes e de assistência social; (II) participação da população por meio de organizações representativas na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

³⁶ Conferir BRASIL; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Governo Federal. Brasília/DF, maio de 2008.

viver e morar na rua se dá principalmente por problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Ressaltando que dos entrevistados no censo, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem estar correlacionados entre si ou ser consequência do outro) (Brasil, 2008, p. 14).

No Sistema Único de Assistência Social – SUAS (Brasil, 2016, p. 30), na última década, a implementação de políticas públicas para a população em situação de rua não se deu de forma favorável, visto que houve denúncias de vários grupos e organizações da sociedade civil (que atendem as crianças e adolescentes em situação de rua) contra os gestores da política. Como forma de rever a situação, algumas questões foram verificadas para atender as necessidades de produzir um conjunto de diretrizes que viessem nortear o trabalho da rede do SUAS.

A elaboração das Diretrizes Políticas e Metodológicas para o Atendimento de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua foi iniciada nos debates realizados no Grupo de Trabalho e teve sua versão preliminar elaborada em Oficina realizada em Brasília, nos dias 10 e 11 de novembro de 2016, com o objetivo de discutir o atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Brasil, 2017, p. 30).

As Diretrizes Nacionais para o atendimento de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua – CASR (BRASIL, 2017, p. 18) foram compostas por um conjunto de documentos produzidos no âmbito de Grupo de Trabalho fundado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescentes (CONANDA) por volta do ano de 2015.

O GT foi composto por representantes do próprio CONANDA, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), do Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Comitê Intersetorial de Avaliação e Monitoramento da Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua (CIAMP/RUA), do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação e da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos (Brasil, 2017, p. 18).

A proposta teve como objeto formular estratégias para atender crianças e adolescentes em situação de rua. Ela se dirige às diretrizes existentes como o *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*, a qual tem como função apoiar a ampliação de serviços sociofamiliares, ou seja, “elaborar e implementar ações específicas para crianças e adolescentes em situação de moradia

na rua e suas famílias, que contemplem o direito à convivência familiar e comunitária” (CONANDA; CNAS, 2006, p. 97).

Ao que tudo indica, defender a existência de uma política nacional voltada a crianças e adolescentes em situação de rua é dar a elas visibilidade no campo das políticas públicas. Pois há uma grande demanda pelo atendimento e o enfrentamento das dificuldades que lhes são impostas para transitarem por outras políticas existentes. Então, uma nova política específica poderia agregar as demais em sua totalidade. Com isso, um documento apresentado ao CONANDA no final de 2014 mencionava que:

Do filho de escravas do ventre livre de 1871, passando pelas categorias de menor abandonado ou delinquente habitual do Código de Menores de 1927, e de menor em situação irregular, do Código de Menores de 1979, até a de ser humano em desenvolvimento do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, as crianças e os adolescentes em situação de rua ainda não foram contemplados com políticas, de forma a incluí-los enquanto sujeitos de direitos, garantidos na legislação vigente (Brasil, 2017, p. 22).

Em 2009, a Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua foi aprovada. Todavia, a elaboração dessa Política se deu com base na militância dos movimentos dos catadores de materiais recicláveis, o que não garantiu as especificidades com que deveria ser tratado o segmento de crianças e de adolescentes. Tendo como base uma política generalista e sendo conduzidos pelos mesmos atores, os equipamentos, os serviços e o comitê também geraram políticas públicas dirigidas a adultos, deixando o segmento de crianças e de adolescentes desprovido de ações e de serviços (Brasil, 2017, p. 22).

Nesse contexto, os movimentos de defesa dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes em situação de rua, para citar apenas o curto período entre 2007 a 2014, realizaram pelo menos 90 (noventa) atos públicos de sensibilização pelo país reivindicando uma política nacional, 60 (sessenta) fóruns de debate sobre o tema em todos os estados da Federação. Além de conquistar em 02 (dois) Conselhos Municipais (Rio de Janeiro e São Luís) a deliberação de uma política municipal de atenção às crianças e aos adolescentes em situação de rua³⁷ (Brasil, 2017, p. 22).

A ideia era de que o atendimento a crianças e adolescentes fosse incorporado aos serviços existentes, como o Sistema Único de Saúde, o Plano Operativo de Ações em Saúde para a População em Situação de Rua (Resolução no 2 de 27 de fevereiro de 2013), a

³⁷ Texto extraído de “Diretrizes Nacionais para o atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de rua. Publicação onde se encontram os subsídios para a elaboração de uma Política Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua, a qual pode ser acessado pelo site: <https://www.criancanaoederua.org.br/biblioteca-virtual> acesso em 03/07/2017

implantação das equipes de Consultório na Rua (definidas pela Portaria no 122 de janeiro de 2011) e a publicação do *Manual sobre o cuidado à saúde à População em Situação de Rua* (Brasil, 2017, p. 22).

Foi por intermédio da Portaria GM/MS 1130, de 05 de agosto de 2015, que se deu prioridade à atenção da saúde de crianças em situação de rua. Com isso, também resultou na criação do Grupo de Trabalho, para que fossem discutidas ações de saúde que incluíssem as crianças e adolescentes em situação de rua. Assim, abriu-se a discussão sobre a regulamentação atual, as políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes em situação de rua para menores de 18 anos, como uma política específica para um atendimento adequado. Houve falta de consenso por parte dos representantes governamentais para entrar em um acordo final. Mas o GT buscou novas estratégias e metodologias, a fim de “fortalecer o processo de saída de crianças e adolescentes da situação de rua.” (Brasil, 2017, p. 23)

O Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes³⁸ (Brasil, 2017, p. 27) tinha a proposta de impor uma meta de redução de até 85% do número de crianças e adolescentes em situação de rua até o ano de 2020. Mas, para que esse quantitativo seja atingido, é necessário o reconhecimento do número total desse contingente para que esse percentual seja aplicado.

O que não é o caso do Brasil, pois não há dados oficiais sobre a quantidade e o perfil de crianças e adolescentes em situação de rua. A ausência de informação contribui para manter e aprofundar essa temática na invisibilidade, além de dificultar a avaliação dos impactos das políticas públicas existentes sobre a população em situação de rua. Desta forma, isso interfere de forma negativa no planejamento das políticas específicas e suas estratégias que venham beneficiar e garantir direitos fundamentais para as crianças e adolescentes que estão em situação de rua, pois “essa ausência de informações contribui fortemente para a invisibilidade desta temática.” (Brasil, 2017, p. 27).

Ao olhar a realidade sobre as políticas sociais, é possível atestar que essa situação de precariedade também ocorre no estado, como se depreende das afirmações prestadas pelos assistentes sociais sobre o registro tanto de adultos quanto de crianças em situação de rua, ou seja:

³⁸ Em 2010 o CONANDA elaborou e aprovou o Plano Nacional dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente 2011-2020. Disponível: https://cmdca.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Oficial-Plano-DH_Diagn%C3%B3stico-da-Inf%C3%A2ncia-e-Adolesc%C3%A2ncia-de-Jundia%C3%AD_07_05.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2023.

Não houve caso de pessoas em situação de rua registradas, mas que, tem consciência da existência deles ocupando praças, calçadas, esquinas e que vivem em condição de vulnerabilidade (Lima; Santana, 2019, p. 06).

É desta forma que o GT encontra dificuldades para obter dados estatístico sobre esses grupos. Para sanar essa lacuna, o GT teve que contar com o apoio de especialistas, como os educadores, técnicos e militantes que atuam no dia a dia com este público e “[...] da vasta produção de conceitos existentes em contextos locais diversos” (BRASIL, 2016, p. 27).

Segundo o *Caderno de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento Institucional* (Brasil, 2017, p. 28), lançado pelo CONANDA/CNAS³⁹ em 2009, diversos princípios, orientações e parâmetros de funcionamento devem ser levados em conta para o acolhimento das crianças e adolescentes em situação de rua. Mas vale ressaltar o reconhecimento do esforço e os limites para a permanência desses sujeitos nas unidades de acolhimento institucional. O relato dos profissionais e técnicos do serviço reporta a desistência do atendimento, visto que acabam retornando para as ruas.

Existe, entretanto, uma Educação Social de Rua, a qual surgiu no Brasil entre 1960 e 1970, por meio de uma forte influência da pedagogia defendida por Paulo Freire⁴⁰, que, com sua coragem, pôs em prática um autêntico trabalho de educação, no qual identifica a alfabetização com um processo de conscientização.

A educação social de rua se caracterizou por um conjunto de práticas pedagógicas que surgiram em diversos lugares do País e extrapolaram o limite da educação formal, manifestando-se fora do ambiente escolar e dos livros didáticos. Ela parte da utilização do espaço público como sala de aula e os meninos e meninas que viviam nas ruas como sujeitos de sua práxis educadora⁴¹ (BRASIL, 2017, p. 29).

³⁹ 4 Resolução Conjunta n.º 01 CONANDA/CNAS, de 18 de junho de 2009.

⁴⁰ Paulo Reglus Neves Freire nasceu no dia 19 de setembro de 1921, em Recife, Pernambuco. É um autor que produziu obras, tais como: *Educação como prática da liberdade* (1967), *Pedagogia do oprimido* (1968), *Cartas à Guiné-Bissau* (1975), *Pedagogia da esperança* (1992) e *À sombra desta mangueira* (1995). Com isso, a sua filosofia educacional se expressou de início em 1958, por meio de sua tese de concurso para a universidade do Recife. Mais tarde, como professor de História e Filosofia da Educação pela mesma Universidade, suas primeiras experiências de alfabetização como a de Angicos, Rio Grande do Norte, em 1963. Disponível: www.paulofreire.org.

⁴¹ A Resolução N.º 187 de 2017, é um dos produtos do GT, na qual compõe essas Diretrizes Nacionais. Com isso, produziu uma definição da Educação Social de Rua, buscando resgatar o processo histórico de seu surgimento: trata-se de “uma proposta pedagógica educadora, política e promotora de direitos que objetiva construir e manter vínculo de cuidado com crianças e adolescentes na rua e seus familiares, utilizando ferramentas pedagógicas, sociais, institucionais e conexões estabelecidas no meio comunitário, que apoie e fortaleça a inclusão social deste público”.

Se, de um lado, não se sabe um valor estatístico em relação ao percentual de adultos ou de crianças e adolescentes em situação de rua, por outro lado, sabemos que existe uma ação de equipes das políticas públicas voltadas à saúde e à assistência social que, pelo senso comum, trabalham de forma presente em prol das crianças, adolescentes e adultos em situação de rua.

Porém, uma notícia recente do Jornal do Brasil⁴², publicado no dia 29 de julho de 2023, diz que o ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida, informou na data citada que o governo federal tem preparado um plano voltado a população em situação de rua. Em sua fala, diz ele que:

Estamos desenhando, sob a coordenação do presidente Lula, uma grande política nacional em defesa das pessoas em situação de rua. Vai mobilizar uma série de outros ministérios, como o do Trabalho, da Saúde, do Desenvolvimento Social e Regional (Jornal Do Brasil, 2023).

Isso se deu após o ministro participar de um evento chamado *Expo Favela Innovation 2023*, uma feira de empreendedorismo na qual se estabeleceram conexões entre favela e asfalto, na Cidade da Artes, na zona oeste da capital fluminense. Entre as ações está a regulamentação da Lei Padre Júlio Lancellotti, pois ela tem criado elementos que dificultam a presença das pessoas em situação de rua. O programa *Moradia Primeiro*, por exemplo, tem como objetivo pensar na moradia como elemento fundamental para a população em situação crônica na rua, além de programas de saúde e de emprego.

O ministro Silvio Almeida finaliza sua fala dizendo que:

Não é só dar a casa, é também organizar a vida das pessoas. Tem também as cotas do Minha Casa, Minha Vida para pessoas em situação de rua. Isso também já foi conversado com o ministro [das Cidades] Jader [Filho] e vamos produzir um decreto. O presidente Lula deve avaliar e vamos dar sentido e concretização para essa política (Jornal Do Brasil, 2023).

Entretanto, através das principais diretrizes discutidas pelo GT do CONANDA, surgiu a proposta de criação de centros de referência especializados para população em situação de rua voltada para crianças e adolescentes, com o objetivo de adaptar as ações governamentais para o público infantojuvenil. Apesar de não ter sido aprovada pelo CNAS e CONANDA, a proposta de criação desses órgãos foi deixada como apêndice de um documento, com o objetivo de que uma leitura possa ser brevemente realizada nesses colegiados. A Lei n.º 8.069, de 13 de julho

⁴² Publicação do Jornal do Brasil intitulado “Governo prepara plano para população em situação de rua” no ano de 2023. Disponível: <https://www.jb.com.br/brasil/2023/07/1045114-governo-prepara-plano-para-populacao-em-situacao-de-rua.html>.

de 1990, [...] dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”. Nela se destaca o Artigo 1º, que determina:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária (Brasil, 2017, p. 52).

As políticas públicas foram conquistadas com muita luta e somente com muita luta poderão ser aperfeiçoadas. Para que isso aconteça, é necessário que cada ator envolvido seja ciente de sua responsabilidade. É o que sustenta Erinélma de Almeida, quando diz que cada responsável da Rede de Proteção precisa estar envolvido no seu papel e cumprindo com suas responsabilidades, desde a prevenção até a responsabilização.

[...] a maioria dos atores da rede em Manaus estão cientes de seu papel no enfrentamento da violência sexual, porém, ainda há muitas falhas no que diz respeito à falta de comunicação e articulação entre os atores envolvidos, deixando a rede fragilizada (Almeida, 2020, p. 120).

É importante reconhecer que essas políticas são conquistas recentes e que elas são instáveis, estão sob constantes ataques e com o risco de serem reduzidas. Com isso, o estudo da Erinélma Almeida, *Rede de proteção a crianças e adolescentes em situação de violência sexual na cidade de Manaus*, é uma importante contribuição para os estudos das crianças em situação de rua na Amazônia. Portanto, deve ser levado em consideração que, apesar dessa conquista recente, ainda há uma desigualdade estrutural em que as crianças em situação de rua vivem, como a ausência de políticas públicas, discriminação e preconceito que enfrentam no seu cotidiano.

Pois a execução das políticas públicas depende de recurso financeiro, da presença de capacitação profissional e da articulação de outras políticas sociais para que a assistência social tenha o seu real papel, de prevenção a vulnerabilidade e risco social. Conforme diz Welen Vasconcelos, “[...] a assistência social é uma política mediadora de acesso das demais políticas, não pode assumir sozinha a responsabilidade de outras políticas sociais públicas” (Vasconcelos, 2018, p. 168).

Com isso, a autora, que estudou a temática no seu doutorado *Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI: As Ações Estratégicas Municipais no*

*Enfrentamento à Exploração do Trabalho Infantil em Manaus*⁴³, traz inquietações sobre a exploração do trabalho infantil desde a graduação e suas inquietações no seu enfrentamento.

Com isso, os sujeitos pesquisados foram os profissionais da Secretaria da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos – SEMMASDH, setor de Departamento de Proteção Social Especial – DPSE e Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS Zona Norte e Centro-Oeste da cidade de Manaus. A pesquisa prosseguiu por meio de uma entrevista semiestruturada e com perguntas abertas para que, no final, tivesse uma contribuição de melhoria e aperfeiçoamento das ações estratégicas de enfrentamento da exploração do trabalho infantil.

O que nos leva a entender que, segundo Vasconcelos (2018, p. 166), as campanhas e trabalhos de sensibilização não são suficientes e seus objetivos não são alcançados, pois as denúncias sobre a exploração do trabalho infantil são muito inibidas ao passo que deveria ser o contrário, sua função é sensibilizar as pessoas a denunciarem a exploração do trabalho infantil. Outra questão apontada foi a ausência do trabalho em rede entre os profissionais da SEMMASDH, que têm a obrigação de atuar em defesa e garantia dos direitos da infância e juventude da cidade de Manaus. Além disso, a autora observou a falta de participação da sociedade civil das reuniões do Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil (FEPETI).

Segundo Vasconcelos (2018, p. 99), apesar do avanço da legislação, as crianças ainda continuam com seus direitos violados, um compromisso primordial do Poder Público, da sociedade, da família e de todos os órgãos envolvidos em defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente. Ou seja, “Para que haja o enfrentamento da exploração do trabalho infantil, as políticas sociais públicas devem ser efetivas e permanentes às crianças e aos adolescentes” (Vasconcelos, 2018, p. 99).

É uma questão que precisa de uma atenção, pois ela é considerada uma violência contra crianças e adolescentes. Apesar de elas estarem nas ruas pela mendicância ou pela comercialização, elas não estão por vontade própria, mas porque precisam. Inclusive, a autora enfatiza que existem pessoas que aproveitam da ingenuidade das crianças para obterem lucro.

As notificações de 2009 a 2011 apontaram que mais de 800 crianças foram identificadas no Sistema Único de Saúde (SUS) como vítimas de algum tipo de violência relacionada ao trabalho infantil. O número corresponde a 2,8% do total de atendimentos de violência do período. Como nem todos os casos

⁴³ Welen Batalha Pereira Vasconcelos tem graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas, Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia e doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia, titulações pela mesma instituição.

chegam ao conhecimento do sistema de saúde, o índice de abuso contra as crianças trabalhadoras pode ser muito maior (Brito, 2017).

Segundo Pinto⁴⁴ (2023), houve um registro de 16.482 de violência contra crianças e adolescentes no estado do Amazonas, entre os anos de 2018 e 2022. Esses casos ocorreram entre ambos os sexos, com faixa etária entre 10 e 14 anos, isso corresponde a 35,4% do aumento das notificações. A autora continua:

Dos casos notificados no estado, o principal tipo de violência cometido contra crianças e adolescentes foi a sexual (37,9%), sendo o mais prevalente o estupro de vulnerável (59,6%), casos em que há conjunção carnal ou outro ato libidinoso praticado com menor de 14 anos.

Os locais mais comuns de violência é a própria residência da vítima (62,4%), onde amigos e conhecidos, em 18,9%, são os principais prováveis autores da violência, seguidos também pela mãe (14,6%) e pelo pai (10,9%). (Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas, 2023).

É importante a participação dos agentes profissionais na atuação da rede de proteção às crianças e adolescentes. Eles possuem um papel fundamental para a garantia dos direitos desses sujeitos, para que não sejam violados, e de forma que venham a romper esse ciclo de violência. O registro sobre as denúncias abre portas para o combate à violência, pois proporcionará o conhecimento dos fatos e a conscientização da sociedade para um trabalho em conjunto. Trazer essas discussões é relevante para que outros pesquisadores percebam que o esforço coletivo poderá suscitar projetos e campanhas para que sejam contornadas essas elevações de índices de violência contra criança e adolescentes.

Por outro lado, Vasconcelos (2018, p. 45) diz que o país contribui para a segregação de pessoas, o que resulta na ampliação da pobreza e dificulta na consolidação efetiva dos direitos dos cidadãos, pois as políticas sociais devem atender a população na sua totalidade e serem capazes de prover as necessidades específicas dos indivíduos.

As crianças não estão nas ruas por escolha, muitas delas estão ali por necessidade e pela sobrevivência do grupo familiar. O fato delas estarem cedo nas ruas traz uma regressão negativa no desenvolvimento educacional desses indivíduos, que estão em fase de desenvolvimento. Além dos obstáculos que vão se formando pelo caminho, o baixo rendimento de qualificação e ausência de oportunidades de um bom emprego no futuro. Mas são questionamentos que cabem

⁴⁴ Site da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas, por Rosemary Costa Pinto. Disponível: [https://www.fvs.am.gov.br/noticias_view/8009#:~:text=No%20Amazonas%2C%20foram%20notificados%2016.482,anos%20\(35%2C4%25\)](https://www.fvs.am.gov.br/noticias_view/8009#:~:text=No%20Amazonas%2C%20foram%20notificados%2016.482,anos%20(35%2C4%25).).

nas esferas da sociedade, administrativa, judicial e entre outros, para que a defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes se apliquem de forma efetiva e permanente.

CAPÍTULO 3

A RUA, A PINTURA E O FUTURO

Na sua definição como espaço público, a rua possui um papel de gerar capital para os trabalhadores informais e, apesar de ser comum a circulação de crianças por esses lugares, muitas das vezes acompanhadas de seus pais ou de pessoas responsáveis, fica claro que há problemas a serem questionados, como a exposição exacerbada desses sujeitos a situações de perigo, violência, abusos, exploração de trabalho infantil, abandono etc.

Uma criança que vive em situação de rua e não possui uma base de sustento financeiro, que vive em lugares provisórios, até mesmo com rompimento de laços familiares, não terá uma perspectiva de futuro, por motivo de que o seu pensamento estará voltado a ter um teto para dormir em segurança e com o que comer. Como diz Smith (2000, p. 135), ter um lugar para dormir é um problema e chega a ser um desafio devido aos perigos que a rua proporciona.

Entretanto, tais preocupações não apagam o interesse pela atividade artística, cuja experiência nos permite esboçar uma noção aproximada das percepções das crianças a propósito de sua realidade.

Para acessar a percepção das crianças, podemos utilizar de uma linguagem mais próxima deles, como o desenho. Segundo Silva e Avelar (2014, p. 71), o desenho é um instrumento projetivo que permite ao ser humano representar seus sentimentos, pensamentos e ações. Para a criança, a arte é uma atividade pela qual ela elabora o seu próprio vocabulário.

Consideramos as narrativas das crianças sobre seus desenhos como expressão de ideias que, ao lado do desenho, expandem nossa compreensão da arte das infâncias (Iavelberg, 2021, p. 137).

Nas ruas, os jogos entre as crianças em situação de rua vão além de brincadeiras ou entretenimento, pois, segundo Costa (2019, p. 271), “as jogadas requerem expertises, porque ganhar ou perder pode representar viver ou morrer”, o que leva à compreensão de que a vida na rua possui regras fundamentais para serem seguidas dentro de um grupo ou sistema estabelecido por esses sujeitos.

3.1 – CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO

Embora tenha, ordinariamente, o objetivo de assegurar os movimentos de ir e vir, da casa para o trabalho ou para a escola, feiras e supermercados, a rua também possui o aspecto do lazer. Ela serve de ambiente para as brincadeiras de criança, como as gincanas de corrida, esconde-esconde, a famosa barra-bandeira. Assim como em outros estados, as crianças fazem das ruas das cidades amazonenses os territórios de seus lazers, de suas amizades e de suas fantasias.

Viver nas ruas, para a criança, nem sempre se resume à mendicância. Nesses logradouros públicos, é possível observá-las em sua a recreação. Entretanto, passar da observação à compreensão das maneiras pelas quais elas percebem a realidade em que vivem não é uma tarefa fácil. A análise dessas atividades apenas pelo contato visual não seria suficiente para alcançarmos o significado de seus gestos, de suas linguagens, de seus silêncios nem para decifrarmos o sentido de suas manifestações, embora, como em seus desenhos e pinturas, todos esses itens constituem signos logicamente organizados em um universo simbólico que vive por suas experiências. Florestan Fernandes (1979, p. 154) já havia mencionado que, para entender o universo da criança, seria necessário adentrar ao mundo dela, tornar-se uma criança.

Novos ângulos da vida infantil e do processo de desenvolvimento vão sendo percebidos. O olhar da sociedade, do governo, dos profissionais das diferentes áreas vai alargando progressivamente o ângulo de visão enquanto a ciência vai aprofundando o conhecimento dos fatores que incidem construtiva ou restritivamente no desenvolvimento da criança (Didonet, 2023, p. 02).

A rua possui outras finalidades, como a dos encontros amigáveis e amorosos: a utilização do espaço aos finais da tarde e o pôr do sol. Isso traz um novo olhar que esquecemos devido à corrida rotineira das pessoas que ali circulam. Mas a indiferença face à beleza da paisagem nos leva a pensar que o que se deve levar em consideração é que existem os grupos estigmatizados que circulam pelos espaços públicos e que a sua interação com a rua possui outros fins. Já não é o lazer ou a recreação presente, ou a nostalgia entre pessoas, mas a relação com a sobrevivência. Como se trata da infância, mesmo em situação de extrema vulnerabilidade, a rua ainda se torna um espaço de vivência para elas.

A prática ostensiva da mendicância tende a velar outros movimentos, mas, apesar disso, é possível observar as crianças correrem nos intervalos dessa tarefa, quando aproveitam tempos livres. Trata-se de uma outra perspectiva a partir da qual elas se agarram ao lazer, quando a rua

vem a se tornar o seu espaço lúdico. Abre-se aí uma clareira que dá sentido ao entendimento de que a criança é agente de histórias, suas e do mundo, dentro de uma relação com a cidade, isso porque elas se apropriam desse espaço como ambiente vivido e percebido. Ou seja, suas experiências estão como base de suas interações.

Quando a criança pinta, o mundo se encolhe às dimensões de uma folha de papel, a folha de papel rebaixa suas margens e chega a ser o mundo. Já não é uma superfície branca, mas uma tela na qual se desenvolve toda a aventura (Stern, 1962, p. 55).

Souza (2021, p. 78) faz suas considerações descrevendo a rua como espaço de subjetivação. O que justifica a maneira como a rua foi denominada por muito tempo como um espaço de violência e miséria, no que se refere às pessoas que se encontram em situação de abandono ou criminalidade. O que traz como resultado de sua pesquisa a reafirmação da necessidade de superar essas perspectivas.

A rua, enquanto local de socialização, deve ser compreendida como um espaço de capacidade humana e de transformação, onde são construídas práticas de autoconhecimento, estabelecimento de vínculos, demonstração de afetividade e ressignificações de vivências – aspectos de sua subjetividade e humanidade. (Souza, 2021, p. 78).

É importante que o pesquisador penetre no mundo da criança, no sentido de apreender como esse universo é visto pelo sujeito. Florestan Fernandes (1979) diz que, para estudar a criança, é preciso se tornar criança, de forma que o pesquisador se envolva dentro do seu círculo. No período de observação, diz ele, é preciso registrar os efeitos dos atos observados sobre a imaginação do pesquisador que podem servir de informação para a análise daquela realidade em que a criança está inserida.

No período da observação, ele registra certos efeitos que servem de pista, na fase da análise, para a descoberta das regularidades que poderiam explicá-las. No entanto, quantas conjecturas acabam sendo projetadas na realidade, para que esta possa ser interpretada pelo investigador! (Fernandes, 1979, p. 14).

Ao confrontar uma criança para que ela demonstre sua percepção, é necessário reconhecer e compreender toda a sua bagagem social: sua cultura, suas crenças, seu passado, seus medos. Pois a forma como essa criança irá se expressar pela linguagem da arte dependerá das suas experiências positivas ou negativas.

O desenho como linguagem da criança é um virtual humano que pode se desenvolver ou não a depender das experiências de aprendizagem positivas ou negativas do desenhista (Iavelberg, 2021, p. 35).

Elias vai dizer que, quando a criança, nos seus primeiros dez anos de vida, não aprende a desenvolver o sistema de autodisciplina, de acordo com a instituição na qual está inserida, será difícil e talvez impossível essa criança desempenhar o papel de adulto.

Uma criança só se torna um ser humano ao se integrar num grupo – por exemplo, ao aprender uma língua já existente, ou ao assimilar as regras de controle das pulsões e dos afetos que são próprias de uma civilização. Isso é necessário não somente com vistas à coexistência com os outros, mas também em prol das necessidades da existência individual, do acesso à condição de indivíduo humano e da sobrevivência (Elias, 1998, p. 19).

Ao estudar sobre os espaços públicos amazônicos a partir da percepção da criança, precisamos consultar um estudo recente, muito relevante, de autoria de José Cavalcante Lacerda Junior, intitulado *A cidade percebida pelas crianças a partir de vivências artísticas*, de 2018. Se trata de uma tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, sob a orientação da professora Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi. Segundo o autor, o objetivo de sua pesquisa foi compreender o processo de percepção do ambiente da cidade entre as crianças a partir de suas vivências artísticas realizadas em uma escola de artes.

Sua metodologia consistiu numa abordagem qualitativa, a qual permitiu uma ação participativa, que favoreceu tanto o pesquisador quanto as crianças e proporcionou um acompanhamento colaborativo e compreensivo de como as crianças expressavam suas percepções sobre a cidade. Como referências, são citados autores de destaque nesse domínio, entre os quais se encontram N.K Denzin e Y. S. Lincoln (2006), pois será por eles, de forma metodológica, que ocorrerá o estudo da percepção das crianças sobre a cidade de Manaus, de seu cotidiano e de seu deslocamento pelas vias públicas. Os estudos de Henri Lefebvre foram igualmente importantes para o pesquisador dialogar sobre o direito à cidade e, por fim, Lacerda Junior se ancora no que C. Toren diz: “cada criança precisa dar significado por si mesma ao mundo habitado” (Toren, 2013, p. 175).

A pesquisa de campo foi desenvolvida na cidade de Manaus, sobre a qual o autor apresenta algumas reflexões. Uma delas é que compreender a cidade e seus parâmetros é entender que ela existe mediante relações convergentes.

[...] significa dizer que a cidade não é somente uma composição de marcadores físicos, como casas, prédios, ruas, bairros etc. Ela é isso, mas também, uma confluência de relações (Lacerda Junior, 2018, p. 157).

A outra questão são as vivências artísticas catalogadas pelas crianças, o que vai ao encontro das reflexões contemporâneas sobre a urgência dos esforços em prol de uma cidade sustentável. A *Agenda 2030* da ONU possui 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável com a finalidade de tornar as cidades e locais de assentamentos humanos ambientes inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Com isso, é necessário levar em consideração as estratégias metodológicas, pois o assunto a ser tratado é sobre as crianças.

Pois, para entender a percepção delas, várias abordagens e técnicas diferentes são necessárias para que seja possível a análise dessa realidade. Significa que “As crianças estão entrelaçadas numa realidade diversa e multidimensional” (Lacerda Junior, 2018, p. 158) e que “As crianças participam da diversidade e a realidade investigada se tece na medida em que os inúmeros aspectos se organizam e se articulam” (Idem, *ibidem*).

Em *A Cidade Percebida Pelas Crianças a partir de Vivências Artísticas*, o autor empreende a discussão da cidade de Manaus a partir da relação das crianças em seu meio vivido e o modo como convivem. Seu objetivo, então, foi “compreender o processo de percepção do ambiente da cidade entre as crianças a partir de suas vivências artísticas realizadas em uma escola de artes” (Lacerda Junior, 2018, p. 8). A natureza de sua metodologia foi qualitativa, na qual utilizou o termo “abordagem multimétodos⁴⁵” para assinalar que se trata de uma ação participativa entre o pesquisador e as crianças, o que proporcionou um acompanhamento colaborativo e compreensivo para que as crianças expressassem suas percepções sobre a cidade.

Com uma amostragem de setenta e sete (77) crianças, o pesquisador aplicou diferentes técnicas para reunir os dados de sua investigação: mapa mental, entrevistas semiestruturadas, observação participante e ateliê artístico. Essas crianças se encontravam na faixa de sete (7) a onze (11) anos, que frequentam os cursos infantis do Liceu⁴⁶ de Artes e Ofícios Cláudio Santoro: dança urbana para criança, Iniciação do Desenho e Pintura para Criança, Teatro para Criança e Coral Infantil. O período da pesquisa ocorreu entre dezembro de 2017 e setembro de

⁴⁵ Abordagem multimétodos (PINHEIRO; GÜNTHER, 2008; GÜNTHER; ELALI; PINHEIRO, 2011) abordada pelo Lacerda Junior, com o objetivo de adoção de métodos e técnicas variadas que podem evitar o enviesamento. Desta forma, assegurou-se a partir dos autores H. Gunther; G. A. Elali; J. de Q. Pinheiro, o método de análise, pois a mesma é construída sob o prisma de um único caminho na coleta dos dados.

⁴⁶ Liceu se caracteriza como escola livre de artes e ofícios, termo utilizado para reportar ao espaço.

2018. Desta forma, pôde demonstrar a percepção das crianças em relação à cidade. Com base nessas informações, ele chegou à seguinte conclusão:

Como resultado, pode-se indicar que a sociabilização das crianças com a cidade é um processo dialético, isto é, há uma confluência de interações que se formam mediante as interposições do adulto, no que diz respeito ao uso dos espaços citadinos, e às maneiras como as crianças reelaboram seu “estar” em cada espaço a partir de suas vivências (Lacerda Junior, 2018, p. 8).

É desta forma que o autor consegue entender a percepção das crianças e suas vivências nas ruas por meio da arte. É pela arte que elas se expressam de forma contínua. Por isso, é nesta dimensão que se torna mais fácil compreender a sua linguagem e a sua visão do mundo. Nela se destacam as suas vivências. Lacerda Junior (2018, p. 8) diz que “Elas circulam, visitam, percebem e constroem a cidade à medida que a vivenciam.” O autor diz utilizar as categorias cidade e crianças com a justificativa de que elas se inter cruzam mediante as vivências artísticas de uma escola de artes e que fazem parte de uma temática de interesse estético, ético e político, pois foi traçando esse caminho que o autor trouxe para a sua reflexão metodológica a percepção dos sujeitos.

O primeiro capítulo, denominado *Preparando a Paleta: o cotidiano das crianças na cidade de Manaus*, se refere, como uma metáfora, à construção teórica da pesquisa, uma discussão do cotidiano das crianças na cidade de Manaus:

A paleta é a base/contexto onde o pintor aglutina o material que irá ser utilizado na construção de sua pintura. Dessa maneira, a paleta é o cotidiano das crianças que se deslocam pela cidade (Lacerda Junior, 2018, p. 27).

Já o segundo capítulo, *Construindo a tela: as cores das vivências artísticas e os pincéis de apreensão da cidade*, traz a discussão sobre a relação da criança com a cidade a partir das atividades que estão envolvidas pelo Liceu e o seu modo de percepção da cidade. Por isso, o autor (Lacerda Junior, 2018, p.28) utiliza o termo ‘pincel’ como uma metáfora para destacar o protagonismo das crianças: “se os pincéis expressam as ideias e dão contornos ao processo criativo, as cores as visibilizam”.

Se cada pintura exige a escolha de pincéis, os contornos de apropriação pelas crianças também consideram a diversidade das expressões infantis, isto é, seus locais visitados, suas experiências, seus desejos etc. (Lacerda Junior, 2018, p. 28).

O terceiro capítulo, *Visualizando a obra: percepção da cidade pelas crianças*, discute a cidade percebida pela criança, o modo de percepção ambiental da criança em relação à cidade de Manaus e os principais desafios socioambientais. O termo “obra” é descrito como uma identificação daquilo que foi realizado. O quarto e último capítulo, *Contemplando a obra: a cidade para as crianças*, apresenta a cidade como figura que permite analisar os sentidos atribuídos pelas crianças a Manaus e, a partir daí, identificar suas perspectivas de futuro. Nesta etapa, o autor se vale da metáfora “Contemplando” para dizer que essa atividade é justamente o que a tese/obra significou durante toda a pesquisa: a contemplação. E o autor complementa com uma citação: “se alguém ama uma flor da qual só existe um exemplar em milhões e milhões de estrelas, isso basta para fazê-lo feliz quando a contempla” (Saint-Exupéry, 2005, p. 17).

Com isso, o autor quis dizer que, como compromisso com a pesquisa, ele destaca duas situações: a relevância sobre os estudos da infância na cidade e a inclusão nos debates do processo educativo da experiência da arte das crianças nos espaços. Ao trazer suas considerações, Lacerda Junior (2018) diz que as crianças se apropriam da cidade por meio da vivência. Elas circulam pela cidade, prestam atenção no que está em sua volta e correm pelos espaços.

As crianças estão entrelaçadas numa realidade diversa e multidimensional que, necessariamente, necessita de abordagens e técnicas distintas para buscar compreender as nuances que formam a completude dessa realidade investigada (Lacerda Junior, 2018, p. 158).

As expressões das crianças se favorecem por meio da arte, onde constroem o seu olhar, a sua visão e produzem suas representações sobre o entorno. Elas “se distinguem e diferem entre si, oportunizando a elaboração de percepções e outros conhecimentos a partir de uma visão heterogênea e diversa da realidade” (Lacerda Junior, 2018, p. 159).

Se o conhecimento dos espaços possibilita o reconhecimento das crianças do seu estar no mundo, a percepção ambiental construída por elas indica uma relação não estática, mas sempre aberta às variáveis que podem advir de um contexto “mergulhado” nas subjetividades infantis, o qual constrói e organiza o seu estar no mundo (Lacerda Junior, 2018, p. 159).

Lacerda Junior (2018), durante o processo de estudo sobre a percepção do ambiente da cidade com a criança, destacou três possíveis contribuições durante a sua pesquisa. A primeira diz que “A sociabilização das crianças com a cidade é um processo dialético.” Uma espécie de confluência, interação entre o universo infantil e o universo adulto nos espaços da cidade. A

voz da criança não é silenciada, é ecoada com força a sua maneira de se apropriar do espaço em que coloca o seu olhar e o seu perceber.

De fato, é pelos adultos e seus mais variados sistemas (familiar, escolar, por exemplo), que, muitas das vezes, ocorre a apropriação do espaço. Entretanto, a maneira como a criança se apropria e estrutura em tais mediações dá o “tom” de suas percepções (Lacerda Junior, 2018, p. 160).

A segunda diz que “A relação das crianças com a cidade ocorre por intermédio de contínuas reelaborações” (Lacerda Junior, 2018, p. 160). A verdade é que o segundo ponto tem ligação com o primeiro. À medida que ocorre, a percepção do espaço da cidade, pode se agregar ou não à vivência da criança.

Isso significa que a reelaboração dos sentidos empregada pelas crianças não é encapsulada em uma lógica linear. Elas transitam de acordo com suas vivências. Quanto mais elas circulam. Quanto mais elas se deslocam. Quanto mais elas visitam mais intensa é a maneira de como elas reorganizam suas percepções e, conseqüentemente, reelaboram o ambiente no qual estão inseridos (Lacerda Junior, 2018, p. 160).

A terceira diz que “A vivência da arte é um importante instrumento para exprimir a relação das crianças com a cidade” (Lacerda Junior, 2018, p. 160). A criança transmite uma linguagem de compreensão do mundo por meio da arte. Foi o que Lacerda Junior (2018, p. 161) pôde observar na escola de arte durante sua pesquisa, que “O conhecimento artístico transborda do ensino para um engajamento das interfaces que constituem o lugar da arte no mundo.”

As “trilhas” percorridas pelas vivências artísticas não se limitam à fruição individual das crianças. Elas constituem-se como ferramentas de percepção das crianças da cidade que agrega o aspecto da sensibilidade como elemento de construção e reconstrução das dinâmicas socioambientais. Vivenciar a arte é encontrar-se com um outro modo de expressão do mundo que movimenta, sensibiliza, dinamiza as maneiras das crianças perceberem a cidade (Lacerda Junior, 2018, p. 161).

O autor finaliza sua pesquisa destacando a importância de deixar de lado as nossas preconceções quando formos reconhecer a realidade das crianças, suas vozes e suas expressões. É um esforço que exige do pesquisador disposição para se agarrar na oportunidade de se reinventar.

Ao observarmos o trabalho de Lacerda Junior, é possível compreender o cuidado que tinha sobre o estudo da percepção da relação das crianças com as ruas em Manaus e a forma de

como elas interagem no espaço. Acreditamos que esse vocabulário, conforme ensina Rosa Iavelberg (2021), a criança aprende por ela mesma, sem interferência de outros, a despeito de fatores externos, como a escola e a influência dos padrões externos da sociedade.

Um bloqueio para desenhar pode ser fruto de orientação equivocada em casa ou nas escolas, que não observa a lógica das ações dos desenhistas e de cada desenhista singular, didática que traz problemas à aprendizagem e ao avanço no desenho da criança (Iavelberg, 2021, p. 35).

Nestas circunstâncias, não poderia deixar de citar Florestan Fernandes, sociólogo brasileiro, em seu estudo *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*⁴⁷, o qual traz uma junção de ensaios, em especial *As 'trocinhas' do Bom Retiro*, onde se trava uma discussão relevante sobre o estudo das crianças no Brasil e como elas se organizam de forma social e cultural através das brincadeiras.

Para poder estudar a criança, é preciso tornar-se criança. Quero com isso dizer que não basta observar a criança, de fora, como também não basta prestar-se a seus brinquedos; é preciso penetrar, além do círculo mágico que dela nos separa, em suas preocupações, suas paixões, é preciso viver o brinquedo (Fernandes, 1979, p. 154).

Com isso, quando estudamos a percepção das crianças em situação de rua, é importante adentrar em suas culturas, sem separar do grupo social, de forma que o pesquisador não faça juízo de valor e venha fazer suas próprias percepções. Ou seja, separando-se da sua própria subjetividade.

⁴⁷ Livro *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*, de Florestan Fernandes, ano de 1979.

3.2 – As Crianças em Situação de Rua no Contexto Amazônico

Meninos e meninas que transitam nas praças, calçadas, feiras, nos cruzamentos com semáforos e costumam dormir em lugares como pontos de ônibus, viadutos, pátios de estabelecimentos comerciais etc. podem ser identificados tecnicamente como crianças em situação de rua. Algumas delas, no entanto, possuem famílias que residem em locais perigosos e insalubres no centro ou nas periferias das cidades. Algumas possuem um lugar para dormir. Outras não o possuem. Muitas delas estão ali para pedir esmolas e ter o que comer. São crianças que ainda têm a presença materna e paterna, ou cujo vínculo familiar foi rompido e estão sob a tutela de outros parentes. As pesquisas compulsadas mostram que esse fenômeno ocorre em Manaus e em muitas cidades do interior do estado.

A dificuldade de qualificar o vínculo dessas crianças com o seu núcleo familiar de origem provoca, ainda hoje, a reafirmação da ausência de proteção familiar, como se nota na própria ambiguidade inscrita na definição de menor de rua e menor na rua (Gregori, 2000, p. 04).

Segundo Fernandes (1979, p. 171), na cidade, existem sinais de uma cultura infantil, a qual abrange alguns elementos, como: futebol, natação, atividades lúdicas e certos trabalhos caseiros (confeção de roupinhas para bonecas, preparação de doces de forma simples, fácil e rápida etc.). Ou seja, “[...] uma cultura constituída de elementos culturais quase exclusivos dos imaturos e caracterizados por sua natureza lúdica atual” (Fernandes, 1979, p. 171).

Ao comparar a cultura infantil relatada por Florestan Fernandes com a realidade social da criança em situação de rua em cidades amazonenses, percebe-se que alguns desses elementos são ausentes nas suas vidas do cotidiano. O que não impede que essas crianças possuam expressões simbólicas. Esse autor ressaltou alguns dos elementos do universo cultural dessas crianças. O ato de brincar é uma delas. Pelas ruas, é possível ver, para além da mendicância, as brincadeiras: brincadeira de manja-pega, esconde-esconde, pular entre os bancos, apostar corridas.

Segundo Souza (2021, p. 50), a maioria da população que vive em situação de rua se encontra no centro histórico, mas que é possível encontrarem em bairros mais afastados. A autora afirma também que o bairro do Educandos (Zona Sul) e a Praça da Saudade (Centro) são locais onde mais costumam ficar e que “são nessas áreas que trabalham em sua grande maioria

como flanelinhas ou carregando e descarregando os barcos de recreio que chegam à cidade” (Souza, 2021, p. 50).

Há outras localidades onde costumam ficar, como o Porto de Santo Agostinho (Zona Norte) e Compensa (Zona Oeste). A autora complementa sobre as crianças e adolescentes em situação de rua, sobre não haver dados registrados, mas que “[...] este perfil revela que a situação dos mesmos pode ser muito parecida” (Souza, 2021, p. 50).

Fernandes (1979, p. 172) diz que as crianças aprendem a brincar na rua, com o grupo. As crianças que residem em condomínios fechados ainda constituem uma parcela minoritária. Quando o autor se aproxima do grupo de crianças e pergunta como aprendeu aquele determinado brinquedo/brincadeira, a resposta vem pronta e firme: “aprendi na rua”. Em sua análise, quer dizer: “aprendi no grupo infantil”. Por isso, o próprio autor diz que é interessante examinar a formação desse processo da cultura infantil, visto que, para cada realidade da criança, existem seus grupos, os quais detêm sua percepção própria de enxergar o mundo. Considerando a realidade vivida pelas crianças, estudar a percepção desses sujeitos requer a consciência de que alguns medos e traumas serão expostos e revelados por elas: recordações que jamais deveriam ser lembradas, embora este seja um exercício indispensável para que se alcance a ajuda necessária e políticas sociais que tenham o objetivo de trazer debates e soluções para o problema.

Ao estudar as crianças em situação de rua no contexto amazônico, não posso deixar de discorrer sobre a pesquisa de Noélio Martins Costa, na qual é possível se surpreender com a forma como ele chegou aos estudos sobre a população em situação de rua. Inicialmente, o autor fez, na graduação, um estudo sobre as prostitutas, em especial as caboclas e tapuias; depois, ele entra ao PPGSCA estudando sobre cultura popular, voltado à música brega em Manaus, com o objetivo de:

[...] discutir questões de gênero; sensibilidade entre os sexos; as vivências na noite; agrupamentos emocionais e histórias de vida de uma gente que não se vê representada nos estudos acadêmicos (Costa, 2019, p.8).

As expressões que o autor utiliza, ao descrever sua pesquisa, convencem o leitor a fazer questionamentos sobre o universo da rua. Fica claro, quando ele destaca nos estudos de sua monografia, como “A temática referente às mulheres é fascinante” (Costa, 2019, p. 8). Embora sua pesquisa tenha sido uma abordagem bibliográfica, em sua maior parte, por conta da ausência de fontes primárias, foi possível conhecer um pouco de um assunto que é considerado polêmico. É traçando suas inquietações sobre invisibilidade da rua que ele segue para o doutorado, etapa

para a qual conduziu os seus estudos da população em situação de rua no Centro de Manaus. Com isso, definiu, para essa pesquisa, a temática *A RUA COMO LAR: Invisibilidade de pessoas em situação de rua no centro de Manaus*, quando se propôs a:

[...] sublinhar não apenas levantamentos de dados sociais e econômicos da população delimitada, mas, sobretudo, tentar perceber modos de vida desenvolvidos no ambiente urbano e nas narrativas de pessoas que vivem na rua; bem como foi intenção observar o tempo e o espaço na rua, a situação e o comportamento das PSR, tomando a contento tentar descobrir que gente é essa e como vive (Costa, 2019, p. 12).

Dar lugar de fala para a população em situação de rua é entender que são pessoas existentes na sociedade, ainda que sua existência constitua uma contradição em relação às normas e aos valores pelos quais a realidade social se estrutura. São pessoas invisibilizadas, mas que precisam ser colocadas como narradoras de suas próprias histórias. Compreender que “Estudar essa parcela da sociedade, fazendo parte de um passado/presente comum foi também uma ação de expor feridas, de reconhecer e tentar minimamente reparar erros, de admitir direitos negados, de não negligenciar embates, mesmo que simbólicos” (Costa, 2019, p. 11-12).

Nem sempre as PSR estão na rua por causa de um rompimento de laços familiares. Em verdade, elas procuram a rua como tática de escape para um mundo onde não se reconhecem, onde podem ser invisíveis (COSTA, 2019, p. 14).

Segundo Costa (2019), a população em situação de rua passa a inventar o próprio mundo enquanto transita, de forma a transgredir as normas estabelecidas na sociedade. O que para eles pode parecer o certo, para o Estado, as normativas e leis poderiam ser o errado. Desta forma, entende-se que “Os seres humanos não conseguem viver ou conviver sem uma norma” (ASSMANN, 2014, p. 87). Com isso:

Boa parte fica esporadicamente na rua por necessidades momentâneas; algumas pessoas que trabalham no centro dormem na rua por conta do difícil retorno à periferia onde moram (COSTA, 2019, p. 14).

O autor utiliza a hipótese de que a população em situação de rua, por meio da percepção de seus comportamentos, necessita construir outras formas de viver nos espaços urbanos a partir dos vínculos afetivos construídos na cidade. Ele supõe que, a partir dessas experiências, a população em situação de rua desenvolve meios e estratégias para coexistir no *habitat*.

Dessa forma, quisemos espriar em nossa hipótese não apenas o lado da compaixão estereotipada pelo “coitadismo”, mas salientar a existência concreta de um lugar de fala para as PSR, constituído mediante as expertises e vigarices necessárias aos lugares onde vivem. O intuito aqui consistiu em trazer elementos que nos ajudassem a compreender as impressões deixadas pela presença de vários agentes sociais em interação, estabelecendo contradições a partir de suas diferentes experiências sociais no centro de Manaus (Costa, 2019, p. 15).

Desta forma, Costa traz uma inquietação que diz respeito à forma de como a sociedade se anestesia perante a desigualdade social, principalmente no Centro de Manaus, mas partindo de uma ótica interdisciplinar, com o fim de perceber os confrontos entre as pessoas em situação de rua. O método utilizado foi a etnografia, por meio da qual faz uma descrição densa, utilizando o autor Clifford Geertz para:

[...] refletir acerca das múltiplas interpretações a respeito das relações entre a análise do discurso público sobre a marginalidade social e os modos específicos de vida desenvolvidos por estes chamados marginais (Costa, 2019, p. 17).

A pesquisa etnográfica vincularia o pesquisador ao trabalho de campo, o “estar lá” e a forma que ela representa, além do caderno de campo com anotações pertinentes para, assim, transcrever as conversas com as pessoas em situação de rua e reforçar o método etnográfico. Não poderia deixar de lembrar da proposta do meu projeto inicial, onde almejei a compreensão das crianças em situação de rua em Parintins, traçar a área de estudo e ter como acompanhamento o caderno de campo para registrar conversas e indagações coletadas.

O autor destaca a subjetividade que traz consigo, o medo do desconhecido, o preconceito, a curiosidade, um choque cultural tomado ao interagir com a rua, principalmente em áreas que não possuem garantia de segurança. Costa (2019, p. 20) diz que “O trabalho, apesar dos esforços para nos aproximar das pessoas, ainda nos deixa em campos opostos, em mundos separados”. Além do caderno de campo como ferramenta de coletar dados da pesquisa e registrar a vivência do campo, o autor também contou com um gravador e fotografias como forma de registrar falas e silêncios, por meio de interpretar o contexto vivido. Noélio Costa justifica, a partir de Le Goff (2003, p. 39) que a fotografia é um fato que “revolucionou a memória”. A sua abordagem, como observação participante, foi realizada por meio de entrevistas, com procedimento técnico de natureza qualitativa e que:

A análise foi projetada em razão do contexto de ações e reações desses indivíduos. Servimo-nos de uma multiplicidade de fontes históricas, pretendendo correlacioná-las com fontes orais, na tentativa de dialogar diretamente com os indivíduos do estudo (Costa, 2019, p. 23).

A sua busca de entrevistados que vivem em situação de rua ocorreu nas praças, becos e ruas do Centro de Manaus, nos horários da manhã e noite com o intuito de registrar o cotidiano. Algo que chama a atenção e que é necessário levar em consideração é que há uma hierarquia entre os grupos que estão nas ruas há mais tempo do que os outros e aqueles que chegaram há pouco tempo. Pois isso pode influenciar na ocupação dos espaços em que podem ou não repousar. O exemplo que Noélio Costa traz é o fato de que uns descansam em praças, largos e mercados enquanto outros em terrenos ou casas abandonadas. Costa (2019) vai dizer que a rua, para os recém-chegados, é como um início de uma carreira profissional, possui um tempo para aprender e com desafios que a torna complexo para quem não é acostumado.

A PSR⁴⁸ novata precisa inicialmente encontrar um ponto de esmola, um trabalho informal, um grupo minimamente confiável para se enturmar, bem como uma colaboração de protetores, ou ainda uma cooperação de feirantes, lojistas, voluntários e transeuntes do centro da cidade. Dessa forma, poderá ter uma longa carreira no mundo das ruas e ou das marginalidades que pressupõem sua condição. O sucesso nessa carreira significa simplesmente sobreviver (Costa, 2019, p. 25).

Mas é preciso levar em consideração a população mais antiga, a que está há mais tempo nas ruas, e a que conseguiu viver e sobreviver, apesar dos riscos e desafios que a rua oferece o que se torna relevante para a análise do cotidiano desses grupos. O autor finaliza a pesquisa falando das barreiras que ele teve que quebrar para que pudesse compreender, de tal forma a se colocar no lugar do outro, como a população em situação de rua lida com a vivência das ruas.

A palavra empatia é expressa de forma profunda, a ponto de olhar para o outro sem julgamento, respeitando seu espaço e tempo, entendendo suas particularidades que parecem lhe fazer sumir ou se tornar invisível por conta da desigualdade. Costa (2019, p. 291) diz que “A vida real nas ruas não se apresenta integralmente em uma primeira aproximação, é preciso descobri-la”. Significa que um único contato com os sujeitos em situação de rua não permitirá que o pesquisador venha agregar todo o contexto histórico, seu passado, seus traumas, medos, sonhos.

⁴⁸ Noélio Costa denomina a sigla PSR de Pessoas em Situação de Rua.

Segundo Gregori (2000), para que esse resultado seja alcançado, o pesquisador precisa adentrar a realidade dessas crianças em situação de rua e, quando isso acontece, percebe-se que essas crianças passam por diversas realidades diferentes: as que vivem com a família e que procuram na rua atividades para o sustento, as que estão nas ruas junto com seus familiares e aquelas que estão rompendo laços com a família. Outra conclusão é que, ao se referir aos direitos de cidadania, Costa constata que a população em situação de rua é excluída por conta da sua classe e que essa consciência de inferioridade e submissão é muito real, ou seja, nada que se desconheça. A sua vivência nas ruas é marcada por grandes desafios, mas que, por outro lado, reconstrói sua trajetória de vida ao ponto de estabelecer o espaço público como casa/lar.

A vida das PSR, de algum modo, é o triunfo de um estilo de vida que desafia o sistema vigente, deslocando-se entre ele, na luta diária contra as adversidades e a pobreza. Na rua, a adaptação ao meio requer esperteza e malandragem (Costa, 2019, p. 293).

As pessoas que vivem em situação de rua sabem de ondem vêm, mas elas não conseguem explicar o que são, como se transformaram ou sequer sabem qual o seu destino. De alguma forma, vivem desorientadas quanto à sua condição marginalizada e invisibilizada. Embora seja esse o caminho trilhado, a realidade é que a rua jamais será um lar, não há comparação da rua com a plenitude de uma casa. Contudo, segundo Silva e Avelar (2014), a noção de casa consiste na maneira de vida a qual é chamada de convivência familiar. Ou seja, “[...] a casa está, portanto, contida na família” (Silva; Avelar, 2014. p. 70).

3.3 – Para Além da Percepção

O que a sociedade espera, segundo Florestan Fernandes (1979, p.21), é que a criança aprenda com o seu grupo as formas de interação social e seus comportamentos. Mas essa agregação de valores pode levar a consequências agradáveis ou desagradáveis. Ou seja, o autor vai dizer que “[...] a aprendizagem dos padrões de comportamento ou das normas sociais se envolve em consonância com a aprendizagem das sanções correspondentes” (Fernandes, 1979, p. 21)⁴⁹.

Em sua pesquisa, no primeiro capítulo de *O Folclore de uma cidade em Mudança*, o autor traz a importância da brincadeira entre as crianças, que diz: “[...] a criança, em tais grupos, não aprende exclusivamente a brincar. Ela ‘cresce socialmente’” (Fernandes, 1979, p. 21).

Entre as brincadeiras, as crianças estão menos empenhadas em reproduzir o mundo dos adultos. Desta forma, é durante as brincadeiras que elas irão criar relações novas e incoerentes. Walter Benjamin⁵⁰ (2009, p. 104) diz que “[...] as crianças formam o seu próprio mundo de coisas, um pequeno mundo inserido no grande”.

Quando pensamos em criação artística e em direitos das infâncias, em nossa pesquisa do desenho cultivado não consideramos a criança, mas cada criança, cujo plural guarda suas singularidades e a da sua comunidade de pertencimento (Iavelberg, 2021, p. 136-137).

Uma criança que vive em situação de rua adquire e desenvolve aptidões sociais suficientes e fundamentais para o convívio e o seu ajustamento ao seu grupo social. Isso acontece porque o grupo ao qual ela pertence influenciará no seu nível de comportamento social. Ou seja, “Sabemos, assim, que toda cultura e que cada sociedade instituem uma moral, ou seja, estabelecem valores, definem o que é bom e o que é mau, e esta moral é válida para todos os seus membros” (Assmann, 2014, p. 93).

Podemos ter morais diferentes, dependendo da situação histórica e cultural, mas sempre serão válidas para um grupo social, uma comunidade humana, e

⁴⁹ FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo* de Florestan Fernandes, 2 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1979.

⁵⁰ Walter Benjamin (1892-1940) foi um filósofo, ensaísta, crítico literário e tradutor alemão. Em sua obra *Reflexões sobre o a criança, o brinquedo e a educação*, o autor narra alguns escritos sobre o brinquedo e o ato de brincar, nos quais traz uma discussão sobre o relacionamento entre o adulto e a criança. O brinquedo como uma representação na proposta pedagógica do educador e para a criança o brinquedo representa a resposta.

para todos os indivíduos que compõem tal grupo. Também é preciso lembrar que as morais se distinguem dependendo do valor ao qual é dada a primazia (Assmann, 2014, p. 93).

O exemplo claro do fato de que a moral se assenta sobre as relações sociais são os espaços públicos, onde as crianças, ao verem os seus tutores vender pacotes com doces e balas, acabam reproduzindo o comportamento dos adultos e, muitas das vezes, por necessidade. Nas ruas, é possível ver a interação das crianças por meio das brincadeiras. O que constitui uma parte fundamental de sua formação moral. Elas não só praticam a mendicância, mas também fazem o seu momento da brincadeira. Mas, segundo Fernandes (1979), o ato de brincar não tem a finalidade apenas para passar o tempo, mas também é a forma que elas têm para se prepararem e se educarem para a vida, pois é por meio da brincadeira que esses sujeitos irão projetar experiências sociais de acordo com a sua capacidade de percepção.

Florestan Fernandes (1979) traz alguns exemplos de brincadeiras entre as crianças como atividades sociais, como o ato de emprestar bolinhas, porque o colega procedeu da mesma forma e considerou um dever de agir. Ou seja, a criança colocou em prática o princípio da reciprocidade. Outro exemplo é o princípio de autoridade, em determinados jogos, onde se necessita da presença de um líder. Para ser um líder, é requerido certo domínio, ambição, algumas habilidades e técnicas de manipulação do grupo, além do consentimento dos demais componentes daquele grupo. A criança aprende a ter disciplina e interesse de domínio. O resultado é a criação da força social com enorme poder coercitivo.

Nas relações de poder sempre é possível a resistência, e, assim, ao obedecermos, também nos tornamos responsáveis pelo que acontece, pois poderíamos não obedecer. Isso nos levará a perceber que também nós podemos nos tornar mais livres, contanto que tenhamos a coragem de ser mais responsáveis pelo que nos acontece (Assmann, 2014, p. 126).

Essas expressões da vida social da criança se manifestarão de forma gradual e mais ou menos rápida. Ao observar as crianças pelas ruas, é possível ver essa reciprocidade quando estão nos espaços públicos pedindo esmolas. Não se trata, entretanto, somente da reciprocidade entre a criança e seu responsável, mas das relações entre elas mesmas.

Apesar de os desenhos falarem por si, a leitura dos adultos pode incorrer em distanciamentos das intenções poéticas das crianças. Para uma leitura próxima das intenções poéticas das crianças, a interação dos adultos perpassa o saber sobre a arte das infâncias, que, hoje sabemos, sofre influência das diversas propostas educacionais e culturais, que marcam diferentes contextos de criação. Desse modo, escutar as narrativas das crianças sobre seus desenhos

pode nos ensinar a realizar uma leitura que envolve as vozes de seus criadores (Iavelberg, 2021, p. 139).

Para os estudos sobre a representação da percepção das crianças, exponho como exemplo o trabalho de Rosária Jordão Dutra, com o título *Vozes infantis na escola: experiências e saberes sobre ciência a partir das culturas infantis*, onde ela inicia sua pesquisa trazendo algumas inquietações sobre o processo de formação da sociedade. Nesse caso, a autora chama a atenção para a forma como as crianças eram chamadas durante o processo histórico de formação da sociedade. Entre os termos utilizados nessas formas de denominação, se destacam: "seres incompletos" e "adultos em miniatura".

Segundo a autora, a pesquisa ocorreu no ano de 2017, na cidade de Manaus, por meio da autorização da Secretaria Municipal de Educação/SEMED para realizar a pesquisa na Escola Municipal Francisca Mendes e foram pesquisadas 33 crianças com idade entre dez e onze anos de ambos os sexos e mais uma professora, elas eram do 4º ano do Ensino Fundamental. Essas crianças tinham atividades em espaços não formais, como o Bosque da Ciência, “[...] através do projeto Agenda Ambiental que tem como objetivo principal, promover por meio de ações de Educação Ambiental.” (Dutra, 2019, p. 15).

Não são crianças que vivem em situação de rua, mas que possuem uma realidade de quem vive na periferia, pois a maioria são filhos de trabalhadores de indústria, de comércio e de empregadas domésticas. O que torna difícil a participação e o envolvimento desses pais nas atividades escolares.

Mas o que deve ser levado em consideração, segundo a pesquisadora, é que as crianças são competentes o suficiente para tomar decisões de acordo com o contexto em que estão inseridas, como produtoras de cultura e autônomas no processo de socialização.

As crianças expressam em seu modo de viver, pensar e agir, atitudes distintas dos adultos, isso não significa dizer que são incapazes ou imaturas, mas que, fundamentalmente seu modo de conceber o mundo, de resignificá-lo e de se expressar, é simbolizado por meio de culturas infantis que são imbuídas de significados próprios (Dutra, 2019, p. 14).

Embora as culturas infantis sejam construídas por meio da referência a culturas adultas, segundo os estudos de Mubarak (2009, p. 176), a produção cultural da criança não é apenas imitação, mas também são marcas infantis que fazem parte do seu meio cultural e social.

Já o interesse de Rosária Dutra (2019) em estudar sobre infância surgiu durante o processo formativo, através da Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA, no Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP. Foi ao longo de sua

trajetória acadêmica que surgiu a oportunidade de interagir com as crianças nos espaços educativos. A temática acompanhou a pesquisadora durante o processo formativo através da convivência com as crianças nos espaços institucionais e não institucionais, na qual ensejou artigos científicos⁵¹ até na finalização de seu curso, quando sustentou um TCC intitulado *O espaço não formal como potencializador da construção de conhecimentos científicos: um estudo com crianças da comunidade Santa Terezinha do Aninga no município de Parintins/Amazonas*, até ingressar no mestrado.

Com base nesses dados, Dutra (2019) chegou à seguinte conclusão: “O estudo sobre as culturas infantis são importantes, pois, se queremos saber mais sobre as crianças, temos que ouvi-las.”

O que nos permite entender a razão pela qual sua pesquisa recebeu o título de *Vozes infantis na escola: Experiências e saberes sobre a ciência a partir das culturas infantis*, tendo como objetivo “[...]compreender como se dá a produção de conhecimento por parte das crianças por meio de suas vivências com a escola” (Dutra, 2019, p. 16). É uma pesquisa que segue uma abordagem fenomenológica e com um suporte teórico a partir da Sociologia da Infância, como forma de compreender que a criança é portadora de culturas. Com a solicitação e autorização dos pais, 30 crianças e uma professora foram selecionadas para compor a amostragem da pesquisa cuja coleta de dados ocorreu na escola pública Municipal da cidade de Manaus/AM, no período entre março e agosto de 2016. Além da observação participante e do registro gráfico das crianças, as ferramentas metodológicas para a realização da coleta de dados prosseguiram por meio do gravador de voz, câmera fotográfica e o diário de campo para anotar os registros.

Foi possível verificar que a produção de conhecimento das crianças, por meio de suas vivências com a escola, acontece quando se constrói um espaço de escuta em sala de aula com elas. Conclui-se que o reconhecimento das crianças no interior dessas instituições ainda se mostra como um objetivo a ser alcançado pelo contexto educacional e acadêmico (Dutra, 2019, p. 09).

A autora observa que tem crescido o número de pesquisas sobre a temática durante esses anos. Para finalizar seu trabalho, ela aponta os desafios que existem ao estudar sobre o quão complexo é o universo e os seus elementos culturais e a forma de como se transformam a partir de suas necessidades.

⁵¹ Disponível: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/25560>. Acesso <20 de outubro de 2023>

Acredita-se que não é possível uma educação integral sem a participação, a interação nos espaços educacionais, ou sem que as crianças vivenciem experiências diretas com o mundo, pois o mundo que se vive é vivo, e as crianças são capazes de criar, de atribuir e de compreender significados (Dutra, 2019, p. 84).

Significa que o processo educacional se encontra em constante construção, portanto, deve-se pensar nas crianças com uma perspectiva de que elas trazem saberes que possuem relevância para o processo de ensino e aprendizagem o que foi defendido na pesquisa a partir da Sociologia da Infância:

[...]o processo educacional com as crianças deve estar centrado nelas, a partir do desenvolvimento das Culturas Infantis, que caracterizam seus jeitos de ser criança e de viver a infância.”, o que é pouco compreendido pelos professores da escola (Dutra, 2019, p. 84).

Portanto, proporcionar o estímulo das crianças para se expressar vai além de escutá-las: é considerar suas falas, afetividades e anseios; é entender que elas são atores sociais que participam ativamente no seu meio social. Essa compreensão garante o desenvolvimento da autoestima, autonomia e habilidades sociais. Por isso, a importância de um espaço para as crianças nas escolas, onde elas possam ser escutadas e ter uma participação do meio, para que ocorra proximidade de sua realidade. Por fim, espera-se que a pesquisa das crianças nas escolas públicas se torne uma porta para outros estudos, sobre relações pedagógicas que contribuam para garantir os direitos das crianças, sua valorização e sua visibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas dedicadas às formas de percepção e manifestações artísticas das crianças aqui analisadas ensejaram o estudo do processo de individualização, onde compreendemos que, na constituição de sua subjetividade, o que se deve levar em consideração é a forma como a criança em situação de rua enfrentará conflitos na sua relação com as pessoas durante o seu cotidiano. Sabe-se que o indivíduo, independentemente do grau de autonomia das suas atividades pessoais, não pode romper impunemente o elo de dependência com os demais seres humanos. Ao falar ou expressar suas emoções, é necessário a presença de outra pessoa para que ocorra esse afeto coletivo.

Nos estudos das crianças em situação de rua, em que a discussão é voltada ao contexto amazônico, não faço uma abordagem exploratória aos adolescentes e a temas considerados sensíveis, como é o caso de abuso e exploração sexual. Mas reconheço a relevância do tema e a sua presença implícita na estrutura da investigação. Afinal, são crianças que estão nas ruas, vulneráveis a perigos e riscos do cotidiano.

Ao fazer a comparação com a pesquisa que iniciei no PPGSCA, vem a recordação dos primeiros traços e rabiscos que foram se juntando ao longo da construção do projeto de mestrado. O ano era 2020 e jamais poderia imaginar que algo fosse causar um enorme impacto ao ponto de desestruturar todo um sistema. Foi exatamente o que aconteceu. Era uma nova realidade, enquanto isso, as análises bibliográficas formavam e se consolidavam para o estudo das crianças em situação de rua em Parintins, município do estado do Amazonas.

Devido aos contratempos causados pela epidemia de COVID19, não foi possível a execução das atividades de observação e coleta de dados na cidade de Parintins previstas no projeto de pesquisa.

Para contornar esse obstáculo, seguindo as sugestões da banca do Exame de Qualificação e, em comum acordo com o meu Orientador Acadêmico, decidi proceder ao levantamento bibliográfico das teses e dissertações que, nos últimos cinco anos, foram produzidas em programas de pós-graduação da cidade de Manaus sobre o tema “crianças em situação de rua”. Esse não é um levantamento exaustivo porque não se trata de averiguar a quantidade de pesquisas desenvolvidas com essa temática. Já observamos que é grande o interesse dos pesquisadores por essa questão no Brasil.

O que nos interessa é identificar as maneiras pelas quais a questão tem sido formulada para analisar a possibilidade de estudá-la em uma perspectiva interdisciplinar, reunindo abordagens sociológicas, pedagógicas e artísticas, tal como nos propusemos a fazer no início do projeto. Além disso, essa busca nos proporciona, naturalmente, a identificação das referências teóricas e metodológicas utilizadas nas pesquisas recenseadas. No presente levantamento, estudamos duas teses e três dissertações produzidas entre os anos 2018 e 2021.

Portanto, a pesquisa antes intitulada *A criança e a cidade: o olhar de perto e de dentro da criança em situação de rua em Itacoatiara, Manacapuru e Parintins – Amazonas*, proposta inicialmente para a seleção de mestrado, passou a ser *A infância e a cidade: senso moral e consciência ética na percepção social de crianças em situação de rua em cidades amazonenses no período de 2017 a 2023*. A mudança seguiu as recomendações sugeridas pela Banca de Qualificação, devido ao curto tempo que restava para a defesa, incluindo as questões burocráticas relacionadas ao trabalho de campo e os desafios para a aprovação de imediata ao Comitê de Ética.

Alguns relatos do cotidiano da cidade de Manaus e algumas cidades sobre a criança em situação de rua foram levados em consideração ao longo dos capítulos da dissertação.

Ao discorrer, no primeiro capítulo, sobre o que os especialistas dizem e sobre os marcos legais, percebemos o estreitamento paulatino das relações entre as crianças em situação de rua e a sociedade. Esta percepção foi reforçada pela própria experiência da autora e os relatos dos pesquisadores compulsados a propósito de casos em que uma criança vem ao nosso encontro e, muitas das vezes, nos abordam com uma fala rápida, para que não venha a ser interrompida ou ignorada.

Para a sociedade, sempre haverá juízo de valor. Entretanto, a mendicância, para as crianças que estão em situação de rua, tem sido um desafio perigoso, mas indispensável para a sua sobrevivência. O que se torna evidente quando observamos o impedimento delas de adentrar em determinados locais devido às suas condições de higiene e de vestimenta. Com isso, elas acabam ficando sem opção a não ser circularem pelos espaços públicos, enfrentando, muitas das vezes, o calor e a chuva.

A partir dos testemunhos fornecidos pelos trabalhos compulsados, verificamos que, ao observar pelas principais vias de trânsito da cidade de Manaus, principalmente entre o meio fio da calçada, elas estarão ali, sentadas, esperando a oportunidade de pedir esmolas. Sem saber se estão alimentadas ou hidratadas, lidam com a sorte de alguma pessoa atender o seu esmolar.

É possível encontrá-las não só pedindo, mas também comercializando balas, chocolates, bombons medicinais, com baixo custo, para facilitar a venda e a clientela. Geralmente elas estarão sozinhas, com algum familiar ou responsável.

Um acontecimento que ocorreu em Manaus, numa determinada noite, testemunhado pela pesquisadora, pode ilustrar esse aspecto da vulnerabilidade emocional: uma criança entrou em uma lanchonete e, ao ser abordada, ela justificou a sua fome ao dizer a seguinte frase: “*eu queria uma coca-cola desse tamanho*⁵² *e um x-salada*”. O que fazer diante dessa situação? Por razões subjetivas, atendi o apelo. O menino, então, aguardou sentado, enquanto a funcionária do estabelecimento anotava o comando. Ao final, ela entregou o pedido para a criança que, lisonjeada, pegou os alimentos e, em questão de segundos, sumiu das nossas vistas. Imagino que tenha ido dividir a oferta com os parceiros de sua jornada diária. A criança por si mesma, como afirma Benjamin, é um ser fiel. Ela “reina como fiel soberano sobre um mundo que lhe pertence” (Benjamin, 2009, p. 106).

Nesse contexto, podemos inferir que essas crianças não possuem uma base de sustento financeiro, o que torna ainda mais desafiador sobreviver com o mínimo: comida, água, moradia. É uma questão a se pensar, pois, apesar de seus gestos e manifestações lúdicas e artísticas, não sabemos o que passa na mente de uma criança que vive com inúmeras limitações. Outra questão são os desafios e perigos que enfrentam, como as doenças, agressões e abusos, pois existem crianças que ainda possuem a família para protegê-las e outras com o vínculo interrompido.

O que sabemos dela? Sabemos o que nos vem da experiência familiar e doméstica com filhos, irmãos e netos, tão diferentes entre si; o que adquirimos na prática profissional, limitada a algumas centenas de crianças sem grande diversidade entre si e em situações semelhantes de vida; o que nos chega pela leitura de pesquisas e estudos da sociologia da infância, da pedagogia, da biologia, da antropologia, da psicologia e psicanálise, da neurociência, das manifestações artísticas e culturais, da filosofia e da religião. Mas tudo isso é apenas o começo do conhecimento, que nos autoriza a continuar a aprender, nunca a ajustar a ele todas as próximas crianças com quem viermos a interagir (Didonet, 2023, p. 03).

Segundo Gondim (2006), quando estudamos grupos estigmatizados, é necessário termos o contato primeiramente com grupos que já estão acostumados ou que lidam com eles no cotidiano. Esse procedimento deve ser seguido por esse caminho pelo fácil acesso ao contato, tanto pela interação, quanto ao conhecimento e proximidade desses sujeitos, além do contato direto das lideranças sociais e instituições.

⁵² A criança se referia a uma Coca-Cola de 1 litro.

Esses “personagens” são especialmente relevantes quando se estuda grupos estigmatizados, como viciados em drogas, prostitutas, travestis, mendigos e outros, que vivem em clima de permanente desconfiança em relação a estranhos. Um contato anterior com pessoas familiarizadas com o meio, além de abrir portas, pode significar melhores condições de segurança para o trabalho de campo (Gondim, 2006, p. 65).

Um dos temas abordados por Gondim é a questão do rompimento ou a fragilidade desses laços familiares. É uma questão cuja solução requer um esforço de órgãos⁵³ do Sistema de Garantia de Direitos para propiciar a convivência tanto familiar quanto comunitária. Segundo a Resolução Conjunta n.º 1, de 15 de dezembro de 2016, crianças e adolescentes em situação de rua são:

Sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente situação de pobreza e/ou pobreza extrema, dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros (BRASIL, 2016, p. 27).

Desta forma, o termo “situação” é utilizado para descrever o que é transitório e passageiro no que diz respeito ao perfil desta população. Esse perfil pode mudar, repentina ou gradativamente. Alguns fatores estão relacionados ao estado de situação de rua da criança e do adolescente. Ainda de acordo com a resolução, tais são:

...trabalho infantil; mendicância; violência sexual; consumo de álcool e outras drogas; violência intrafamiliar, institucional ou urbana; ameaça de morte sofrimento ou transtorno mental; LGBTfobia, racismo e misoginia; cumprimento de medidas socioeducativas ou medidas de proteção de acolhimento; encarceramento dos pais (BRASIL, 2016, p. 28).

e

Pode ainda ocorrer a incidência de outras circunstâncias que levem crianças e adolescentes à situação de rua, acompanhadas ou não de suas famílias, existentes em contextos regionais diversos, como as de populações itinerantes, trecheiros, migrantes, desabrigados em razão de desastres, alojados em

⁵³ Serviram de subsídios os conceitos lançados pela Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua de 2008, pela Campanha Nacional Criança Não é de Rua de 2010, pelo Comitê Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente em Situação de rua em 2014. Disponível: <https://criancanaoederua.org.br/>

ocupações ou desalojados de ocupações por realização de grandes obras e/ou eventos (BRASIL, 2016, p. 28).

Mas não podemos deixar de mencionar as Organizações Não Governamentais que têm desenvolvido um papel muito importante na sociedade, principalmente para as crianças que vivem em situação de rua no contexto amazônico, atuando de forma que venha atender a esse público de forma favorável.

Sabemos que as políticas públicas foram uma grande conquista para a sociedade. Por isso, o segundo capítulo foi muito necessário para entendermos como foi a trajetória de conquista para que hoje ela pudesse existir e ser eficaz. No território amazonense, temos as campanhas sociais que atualmente são bem ativas, como as campanhas de prevenção para as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade.

Por ser uma política muito recente no Brasil, ainda possui suas limitações. Apesar dos desafios, a Assistência Social é uma política social muito importante para as crianças e adolescentes que vivem em situação de rua e vulnerabilidade. Inclusive, ela também atua em outras áreas, como a saúde, educação e moradia. Ou seja, a criança “[...] é cidadã de pleno direito” (Didonet, 2023, p. 04).

Apesar de sua eficácia, é preciso compreender que o pesquisador que se encontra envolvido com a pesquisa pode e deve trazer questões reflexivas e críticas para a sociedade, de forma que essas políticas sociais venham alcançar essas crianças que estão em situação de rua. Pois “carecem de estratégias e de programas que fortaleçam vínculos relacionais e produzam redes de inclusão e proteção” (Gregori, 2000, p. 120).

Por isso, incentivar na conscientização da coletividade poderá resultar em outros projetos e campanhas para que venham atender a esse público e contribuir para que outros trabalhos sejam desenvolvidos.

Dentre todas as tarefas, porém, a mais difícil de realizar é aplicar na vida pessoal, no meio social e na gestão pública a ordem dada pela Constituição Federal de que os direitos da criança e do adolescente sejam garantidos com prioridade absoluta (Didonet, 2023, p. 23).

Uma vez, estava assistindo um episódio de uma série chamada “*Private Practice*” (Private, 2007), criada por Shonda Rhimes; em um dos episódios, o médico chamado Cooper Freedman tratou de um caso de intoxicação de três crianças, cada uma teve uma reação de forma gradativa. Na hora de interrogar as três crianças, elas mantiveram segredo. Com inúmeras

tentativas de descobrir como ocorreu a intoxicação, o médico resolveu se fantasiar com roupa de fada. O resultado foi surpreendente!

As crianças foram conquistadas pela confiança do médico que resolveu entrar na brincadeira. Com isso, o médico foi convidado a participar da brincadeira, que se tratava atravessar algumas trilhas pelo mato até chegar em uma pequena casa abandonada localizada no quintal de um vizinho. Ao chegarem ao local, as crianças faziam uma pausa e se deitavam no chão para admirar as estrelas (tratava-se de pequenos buracos espalhados pelo telhado e a luz do sol refletia para dentro da casa). Entretanto, as crianças começavam a dizer que as estrelas estavam ficando esquisitas (elas estavam ficando desorientadas).

O médico descobriu que dentro da casa havia vários pacotes abertos com nitrato de amônio (fertilizante utilizado em lavoura), como elas aspiraram e estavam sendo expostas ao produto, resultou na intoxicação. Por fim, o médico conseguiu resolver o problema.

Ao tentar compreender a percepção da criança que vive em situação de rua, é necessário que o pesquisador venha conquistar a criança por meio de técnicas que venham proporcionar estímulo de acordo com a realidade daquele grupo. O local influenciará muito para que ocorra essa aproximação. Segundo Didonet (2023, p. 03), “abordar o tema dos direitos da criança implica olhar para ela como pessoa humana íntegra, completa enquanto criança e incompleta enquanto pessoa em crescimento e desenvolvimento”.

O papel das campanhas sociais, juntamente com as escolas, são portas de entrada para que essas crianças possam ser ouvidas, compreendidas e assistidas. Pois é nesse meio educacional que elas irão desenvolver suas habilidades sociais e ter seus direitos valorizados. Por fim, as crianças que se encontram nas ruas ainda estão em desenvolvimento, mas, por se encontrarem nessa situação, acabam sendo expostas e têm seus direitos violados.

Apesar de ser um estudo persistente e que por muitos anos vem se desenvolvendo, não se deve cair no esquecimento de que ainda é possível encontrar crianças em situação de rua pelos espaços públicos. Como diz Didonet (2023, p. 02),

[...] muito se tem escrito e ainda se escreverá sobre direitos da criança. O tema é inesgotável porque inesgotáveis são a extensão e a profundidade do ser-criança e porque, sujeito social, vive na dinâmica da sociedade e da cultura, que se transforma ao longo do tempo.

Os direitos das crianças e dos adolescentes são “[...] uma conquista histórica coletiva e universal” (Didonet, 2023, p. 22). É desta forma que devemos olhar a trajetória dos direitos das crianças, como conquista e desafio. Pois se faz necessário levar para as políticas públicas que a

dinâmica dos direitos para os adultos é diferente para as crianças, por conta da “condição peculiar de desenvolvimento” (Didonet, 2023, p. 03).

Mesmo com os obstáculos para o acesso dos direitos das crianças e adolescentes, vale lembrar que elas são cidadãs em pleno direito e que “A legislação internacional e nacional a esse respeito é precisa e vigorosa” (Didonet, 2023, p. 04).

Os progressos, no entanto, são tantos, que dão solidez à esperança de que há uma determinação na sociedade brasileira e no poder público de colocar a criança no patamar da dignidade que tem como pessoa e cidadã (Didonet, 2023, p. 04).

Outra questão que é de relevância mencionar é sobre o Projeto de Lei 6.998/2013, que foi aprovado e se tornou a Lei n.º 13.257/2016, conhecida como Marco Legal da Primeira Infância, que tinha como objetivo atender os direitos das crianças brasileiras com a faixa etária de até seis anos. Inclusive estabelecer princípios e diretrizes para as políticas públicas voltadas à Primeira Infância. Esse Projeto de Lei “[...]revela a importância que ele tem para o governo e para as organizações sociais que atuam na área da criança” (Didonet, 2023, p. 19).

O seu objetivo e conteúdo ganharam o interesse do Poder Legislativo, do Poder Executivo, de redes e organizações da sociedade civil e de profissionais e especialistas das diferentes áreas – jurídica, técnica, acadêmica e gestores públicos (Didonet, 2023, p. 19).

Desta forma, os direitos das crianças, no que tange ao seu aspecto formal, estão reconhecidos e legalmente estabelecidos. Mas ainda existe uma tarefa difícil, que é a aplicação desses direitos que, mesmo assim, precisam ser garantidos de forma absoluta.

O período da pandemia foi um momento desafiador para a pesquisa. Com a universidade fechada devido à política de isolamento social, foi preciso passar pelo processo de adaptação às aulas remotas. As aulas prosseguiram, mas algumas questões cruciais levaram o projeto a alguns impasses com o setor administrativo para prosseguir com a documentação para o Comitê de Ética, o que tornou inviável a aplicação das ferramentas metodológicas da pesquisa de campo. Além do Coronavírus (pois qualquer contato com outras pessoas correria o risco de contaminação, principalmente para os grupos de riscos. Eu mesma acabei entrando para o grupo de risco), sofri a restrição de minhas atividades acadêmicas por conta da gestação.

O tema sobre a ética tem se tornado muito recorrente na sociedade, seja de forma individual ou coletiva. Nosso mundo é composto de normas que, geralmente são éticas

profissionais ou grupais que “[...] sentindo-nos tantas vezes confusos sobre como agir” (Assmann⁵⁴, 2014, p. 81).

Mas, para que a discussão se torne clara e compreensiva, é necessário saber distinguir a diferença entre a ética e a moral. Pois embora sejam sinônimos, é importante entender as suas distinções. Assmann diz em seu texto que a ética é entendida como “[...] a teoria da moral, como filosofia da moral, ou seja, como o estudo racional sobre a experiência moral dos seres humanos” (Assmann, 2014, p. 82). Ou seja, a ética é o estudo do comportamento humano, entre o bem e o mal e como se estabelecem.

De toda forma, constatamos também que bem e mal são reconhecidos como tais porque há cumprimento ou descumprimento dessas regras, desses costumes. Portanto, se não houvesse regras ou hábitos estabelecidos, não haveria bem e mal (Assmann, 2014, p. 83).

Mas o que torna evidente é que a moral está relacionada ao comportamento humano. Se há sociedade, há moral, com regras que gerem os indivíduos ou grupos. É a partir de então que a ética entra, com “conjunto de atitudes concretas, vinculadas a regras” (Assmann, 2014, p. 83-84). Enquanto a moral vem de costumes e hábitos.

Mesmo que essas regras ou hábitos ou atitudes consideradas corretas mudem, há regras. De saída podemos afirmar que moral não significa só um conjunto de regras, mas sim um conjunto de atitudes conforme regras (Assmann, 2014, p. 83).

Torna-se claro, segundo a afirmação de Assmann (2014), que é por meio da educação que os indivíduos se tornarão seres morais, independente de quem seja ou como seja. Pois é por meio da educação que ocorrerá a convivência com outras pessoas, indispensável para nos tornarmos seres morais. Com isso, “[...] a moralidade é um fato constatável em todos os tempos e em todas as comunidades humanas. Até hoje não foi encontrada nenhuma sociedade sem moral, sem norma moral” (Assmann, 2014, p. 87).

É necessário, entretanto, entender a ética em cada época da história.

Na Idade Moderna, “a lei moral é estabelecida pelos próprios seres humanos, tanto através de hábitos estabelecidos nas coletividades, através de convenções ou consensos, quanto

⁵⁴ Foi filósofo, mestre e doutor. Atuou como professor no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina, no Programa de PG Interdisciplinar em Ciências Humanas (Doutorado) e no Programa de PG em Filosofia (Mestrado e Doutorado). Disponível: <https://fil.cfh.ufsc.br/selvino-jose-assmann/> Acesso em 17 de novembro de 2023.

aparecendo escrita” (Assmann, 2014, p. 89). Com isso, as leis morais são estabelecidas a partir de uma origem humana.

Se na Antiguidade e na Idade Média a ética dá primazia à existência do ser humano como parte de uma comunidade, na vida moderna há uma primazia do indivíduo sobre a coletividade. A coletividade moderna é uma soma de indivíduos. A moral é, então, o que a soma dos indivíduos humanos estabelece como lei para si a fim de se protegerem mutuamente, e de não se prejudicarem reciprocamente, ou até para se beneficiarem. Mesmo que na modernidade também se recorra a certa presença de uma norma moral na própria natureza humana, prevalece nas teorias morais do período a ideia de que é a razão humana que estabelece a norma moral. Isso significa negar que nós nascemos morais, mas que nos tornamos seres morais (Assmann, 2014, p. 89-90).

Segundo Assmann (2014), a existência da lei moral só é possível com a existência de outro ser humano ao nosso redor. Caso não houvesse essa coletividade e se esses indivíduos fossem sozinhos, essa moral não existiria. Entretanto, a ética é um conjunto de princípios pelos quais as pessoas estão ligadas umas às outras por meio de suas ações, sendo corretas ou incorretas e que “[...] só pode ser compreendida como afirmação e exigência de nossa sociabilidade humana, ou seja, do fato de não vivermos sozinhos no mundo” (Assmann, 2014, p. 103). Com isso:

É possível constituir uma ética sobre o respeito pelas atividades do corpo: comer, beber, urinar, defecar, dormir, fazer amor, falar, ouvir, etc. Impedir alguém de se deitar à noite ou obrigá-lo a viver com a cabeça abaixada é uma forma intolerável de tortura. Impedir outras pessoas de se movimentarem ou de falarem é igualmente intolerável. O estupro não respeita o corpo do outro. Todas as formas de racismo e de exclusão constituem, em última análise, maneiras de se negar o corpo do outro. Poderíamos fazer uma releitura de toda a história da ética sob o ângulo dos direitos dos corpos, e das relações de nosso corpo com o mundo. (ECO, 1994, p. 7)

Com isso, podemos observar que a consciência ética vai se desenvolver porque há uma convicção de que é a coisa certa a se fazer. Ou seja, a ética “[...] repousa na condição individual e social do ser humano” (Assmann, 2014, p. 103).

Quando observamos uma criança pela rua, descalça e roupas deterioradas, no primeiro momento a reação é de descontentamento por estar naquela situação. É importante que, diante da situação, a criança seja ouvida e com a sua cultura de comunicação valorizada, para que ela venha se expressar e produzir interpretações sobre a sua realidade.

Outra questão é sobre o senso moral, onde consiste em situação de confronto com situações difíceis, como é o caso da fome, que vem afetando a condição de vida das pessoas, ao

ponto de elas morrerem, notícias devastadoras de violência, abusos, morte e sequestros etc. situações que tornam difícil de resolver num contexto prático da moral.

São circunstâncias que tornam a proximidade com esses sujeitos desafiadoras, desta forma, ter uma rede social de apoio torna fundamental para criar uma relação segura e com sigilo preservado. Sobre essa consciência moral, Marilena Chauí diz que:

[...] o senso e a consciência moral dizem respeito a valores, sentimentos, intenções, decisões e ações referidos ao bem e ao mal e ao desejo de felicidade. Dizem respeito às relações que mantemos com os outros e, portanto, nascem e existem como parte de nossa vida intersubjetiva (Chauí, 1995, p. 431).

Ao nascermos, não temos a consciência sobre a moral. Durante o seu processo de desenvolvimento, esse indivíduo vai se tornando autônomo e responsável por suas próprias decisões. Do mesmo modo, é sua relação com as regras, até uma certa idade.

É com a educação, ou seja, de forma bem geral, com a convivência com os adultos, que as crianças são introduzidas na convivência humana, e com isso adquirem um senso moral, um senso de limite, um senso de responsabilidade. É pela convivência que percebemos que há normas para o comportamento, há o certo e o errado na relação com os outros (Assmann, 2014, p. 86).

Embora a criança construa sua moral por meio das relações sociais entre os adultos, existe uma questão que não deve ser ignorada, que é a violência estrutural contra crianças e adolescentes.

Em suas expressões, a violência estrutural tem várias formas-limite de manifestação. Três maiores expressões de vulnerabilidade são comentadas a seguir: os chamados "meninos e meninas de rua"; os "meninos e meninas trabalhadores" e as "crianças e adolescentes institucionalizados" (Minayo, 2001, p. 94).

Sobre as crianças que vivem em situação de rua, a autora destaca o motivo delas irem para as ruas é justamente a falta de condição financeira da família e os conflitos gerados dentro desse meio familiar. Outra questão são os perigos aos quais são expostos ao estarem nas ruas. Pois é na rua que eles terão que lidar com ameaças e indução ao crime, maus tratos e serão expostos a todo o tipo de risco.

Além das relações sociais como arena de conflitos, onde o preconceito da sociedade acaba gerando uma disputa de poder pelo espaço. Pois, embora essas crianças estejam

utilizando a mendicância como meio econômico para seus interesses de sobrevivência, ainda assim, existem pessoas que tentam retirar esses sujeitos dos espaços públicos. O que se torna preocupante com a alteridade das crianças; com os conflitos presentes, o respeito por elas pode ser anulado.

No caso desses grupos que vivem em situação de rua, é explícita essa prática por meio do trabalho infantil. Existe um monitoramento pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) para desestimular essa prática, juntamente com o próprio governo, por meio do Ministério da Justiça. Ambos vêm “[...] monitorando o problema e criando políticas compensatórias que incentivem os pais a colocarem seus filhos e os manterem na escola” (Minayo, 2001, p. 95).

Por último, a ineficácia de instituições e asilos que levam esses grupos a abandonarem o local: “Nessas instituições, o sistema disciplinar rigoroso e punitivo castra qualquer expressão de liberdade e autonomia” (Minayo, 2001, p. 96).

Desta maneira, ao analisar uma criança por meio da sua exposição artística, é importante compreender que não é apenas o ato de desenhar, mas é a forma que ela irá se expressar, é torná-las livres para construir suas culturas por meio da arte.

Portanto, essas manifestações estão presentes quando elas desenham e que são compreendidas no meu modo de ver. Com isso, é importante o incentivo artístico, visto que tolhê-los enfraquece a autoestima da criança.

Um dia já fomos crianças e, com isso, percebemos que essa lembrança cai no esquecimento até nos depararmos com uma e convivermos com ela constantemente. Elas começam com pequenos rabiscos, a curiosidade toma de conta e, quando percebemos, já existem várias expressões registradas pelos livros, paredes e móveis.

É importante a empatia e o amor para guiar esses pequenos que estão em fase de formação, um papel que não cabe apenas ao pai ou à mãe, mas a toda a sociedade. Pois todos nós expressamos a responsabilidade e a consciência de exercer a cidadania.

Apesar de suas condições precárias e de seus direitos violados, Souza (2021, p. 78) diz que essas crianças parecem ser capazes de visualizar uma perspectiva de futuro para além das ruas. Mesmo com os fatores de riscos que a rua oferece, como a ausência de segurança, abandono familiar, alimentação inapropriada, entre outros, essas crianças utilizam inúmeras estratégias para lidar com essas adversidades.

A violação de seus direitos é uma constante, o que nos remete a refletir sobre a relevância de buscar uma forma de superação desse quadro. Segundo Minayo, para tanto, é indispensável envolver as famílias e a comunidade onde essas crianças se originam na

participação da construção e na execução das propostas de projetos que se referem às suas realidades.

Por fim, superar as barreiras que impedem o acesso a esses espaços de socialização requer uma consciência ética para ajudar as crianças em situação de rua. Ao mesmo tempo, possuir essa consciência é entender que a rua possui aspectos de subjetividade e humanidade. Isso implica em não ignorar o fato de que há desigualdade estrutural entre essas crianças que estão nas ruas e, também, compreender que o preconceito e a discriminação são obstáculos que, todos os dias, elas enfrentam e tentam vencer enquanto estão nas ruas.

MEMORIAL RESUMIDO

O marco da jornada acadêmica se iniciou no ano de 2014, ao adentrar no curso de bacharelado de Ciências Sociais. Como qualquer vida de calouro, a academia era um universo totalmente desconhecido.

O primeiro ano de graduação foi um momento difícil e confuso, estava finalizando um curso nível técnico de Sistemas a Gás pela Escola Senai Antônio Simões e eu precisava decidir o que eu realmente queria para o meu futuro, pois, ao final, o curso técnico ficou como experiência e agregou para conhecimento pessoal.

No ano de 2015, marcado pela greve das universidades federais, não sabia ao certo onde estava me aprofundando. Foi na greve que aprendi a importância de lutar pela universidade pública. As tardes de café entre os departamentos do antigo ICHL⁵⁵ (Instituto de Ciências Humanas e Letras), a troca de conversa entre os professores só me fez ter a certeza da escolha que fiz.

Em 2016, submeti meu primeiro projeto de Iniciação Científica, com o tema “População em situação de rua em Coari e Tefé” (bolsista CNPq), orientada pela professora do Departamento de Geografia, Dra. Paola Verri de Santana, que tinha como pressuposto realizar um mapeamento da população em situação de rua nos municípios citados. Desde então, venho estudando os municípios de Coari e Tefé. Passei a fazer parte do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira – NEPECAB.

Houve a possibilidade de realização do trabalho de campo, com a disponibilização de recursos do PIBIC para ajuda de custo e diárias, o que permitiu a observação das praças e das pessoas que circulavam, as noites mal dormidas, e o prazer de ser pesquisador é um marco na vida de qualquer acadêmico. Além disso, o ano foi marcado pela experiência de apresentar o projeto, ainda em fase de construção, na Universidade Federal de Roraima – UFRR.

No ano de 2017, submeti o segundo projeto “Análise comparativa da assistência social em Coari e Tefé” (bolsista CNPq), que se constituiu como um desdobramento da pesquisa anterior e tinha como objetivo compreender e analisar a presença do Estado, representada pela ação das casas de acolhimento de pessoas em situação de rua. Foi um ano de muitas contribuições, quando pude apresentar o resultado da pesquisa em eventos acadêmicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ, Congresso de Iniciação Científica – CONIC e eventos acadêmicos da UFAM.

⁵⁵Atual IFCHS (Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais).

Outras atividades serviram de experiência, como fazer parte do Centro Acadêmico de Ciências Sociais – CACS, como representante discente e atuando como uma das organizadoras da Semana Acadêmica de Ciências Sociais.

O ano de 2018 não poderia ter sido diferente. Com menos disciplinas a cumprir, pude ter a experiência em sala de aula como monitora na disciplina de Sociologia I. Foram trocas, diálogos e experiências acadêmicas com a turma do primeiro período de ciências sociais.

Já havia decidido sobre o tema da monografia. Graças à Iniciação Científica, tive aproveitamento total para a defesa do trabalho sob a orientação do saudoso professor Dr. Luiz Fernando de Souza Santo (LUIZ FERNANDO PRESENTE) e da professora Dra. Paola Verri de Santana.

Tive a oportunidade de participar como uma das organizadoras de um seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia, dirigido pela Professora Dra. Marilene Correa da Silva Freitas e, após obter o grau acadêmico, pude participar como organizadora do Encontro Regional dos Estudantes de Ciências Sociais – ERECS 2018, que ocorreu no campus Manaus.

Marcando o fim dessa primeira parte da trajetória acadêmica, neste caso, a graduação, tive meu primeiro artigo aprovado na revista *Geonorte*, com o tema “Análise do espaço urbano: população em situação de rua em Coari e Tefé”, publicado em coautoria com a Professora Dra. Paola Santana e a Professora Msc. Nagila Situba; nesse período, apresentei meu último CONIC, não deixando de ressaltar a minha alegria de ter a pesquisa elogiada pela grande pioneira da ciência, Professora Dra. Rosa Ester Rossini, Professora Emérita da Universidade de São Paulo, a qual foi uma das avaliadoras da banca.

Ainda no final de 2018, depois das provas de seleção de mestrado, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas, quando não obtive aprovação, uma surpresa inesperada surgiu na lista dos aprovados para ingressar novamente a UFAM, por meio do Processo Seletivo Extramacro, como acadêmica de Pedagogia e, com isso, retornei à universidade para fazer uma segunda graduação e somar o curso com as Ciências Sociais.

Em 2019, no início da segunda graduação, surgiu uma oportunidade de estágio na Casa de Apoio Escolar – CAE, que é um projeto das Voluntárias Cisne Branco (VCB), Seccional Manaus, Abrigo do Marinheiro. O estágio tinha como objetivo auxiliar os professores nas atividades pedagógicas, nos projetos educacionais e nas atividades didáticas. O que permitiu viver um pouco da experiência como professora no ensino infantil.

Embora o contrato fosse apenas para auxiliar o professor em sala de aula, a realidade foi que a turma necessitava de um professor presente para acompanhar a turma com as

atividades de casa. Acompanhei, por um semestre, duas turmas do 3º e 4º ano, onde havia uma criança autista. Mesmo sabendo que o trabalho seria dobrado, aceitei o desafio e me fiz presente.

Houve dias em que foi preciso substituir o professor e precisei estar presente com a turma do 1º e 2º ano, que foi outra tarefa desafiadora, pois foi o primeiro contato com a alfabetização e o letramento.

Dois meses antes de encerrar o contrato, apliquei um projeto com a turma do 3º e 4º anos, que fazia parte de um trabalho de uma disciplina da graduação em Pedagogia. Um projeto voltado às Tendências Pedagógicas Progressistas. Os resultados obtidos foram favoráveis, o que possibilitou fazer algumas análises sobre o desempenho deles como alunos.

Em 2020, surgiu a ideia de adaptar o que já vinha pesquisando sobre a população em situação de rua e trazer um estudo voltado para a categoria infância e foi a partir de janeiro do mesmo ano que começou o processo de preparo e releituras para a seleção de mestrado. Devido ao grande marco mundial em que passamos a viver, a pandemia, o calendário acadêmico foi suspenso, o que comprometeu os editais previstos. Então continuei trabalhando no projeto durante essa suspensão.

No segundo semestre do mesmo ano, saiu o edital do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia e foi o primeiro para o qual fiz a inscrição para a seleção. Cada etapa que foi passando era um desafio, pois, durante o processo, eu havia contraído Covid e foi algo para me preocupar durante esse momento, mas, no final, deu tudo certo.

Passei pelo processo de seleção de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação pela UFAM, meu projeto havia sido aprovado, mas acabei desistindo do processo. As aulas do PPGSCA já haviam começado e não tinha a intenção de trocar de PPG, pois a familiaridade com as leituras e a estrutura curricular do PPGSCA com a minha formação acadêmica seriam de grande ajuda para o desenvolvimento da dissertação e do processo pessoal como pesquisadora.

Narrei brevemente neste memorial a minha trajetória acadêmica, são nove anos vivendo e respirando a universidade pública, pela qual luto e defendo.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sérgio Luís. *Espaço público: do urbano ao público*. / Sérgio Luís Abrahão. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008. P. 15-32; 58-59

ALMEIDA, Erinelma de Azevedo. Rede de proteção a crianças e adolescentes em situação de violência sexual na cidade de Manaus / Erinelma de Azevedo Almeida. 2020. Disponível: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/8166/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o_ErinelmaAlmeida_PPGSS.pdf. Acesso <22 de junho de 2023>

AQUELE que Addison encontra mágica (temporada 1, ep. 3). Private practice [Seriado]. Direção: Shonda Rhimes. Produção: Shonda Rhimes, Betsy Beers, Mark Gordon, Mark Tinker, Jon Cowan e Robert Rovner. Estados Unidos: American Broadcasting Company. b2007. 1 DVD (44 min.), son., color.

ASSMANN, Selvino José. *Filosofia e Ética* / Selvino José Assmann. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014. 162p. : il.

BENJAMIN, Walter (2007) *O flâneur*. In: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Trad. Irene Aron e Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa oficial do estado de São Paulo, p. 461-498.

_____. 1892-1994. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação* / Walter Benjamin; tradução, apresentação e notas de Marcus Vinicius Mazzari; posfácio de Flávio Di Giorgi. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2009 (2º Edição). 176 p. (Coleção Espírito Crítico).

BOEHM, Camila. Jovens em situação de rua ficam mais vulneráveis durante a pandemia. Agência Brasil, 2020. Disponível: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/fragilidade-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-rua-cresce-na>. Acesso <23 de junho de 2022>

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL; Conselho Nacional De Assistência Social Resolução Conjunta Nº 1, De 15 De Dezembro De 2016.

_____, Diretrizes Nacionais Para o Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua. Brasil, 2017. Disponível em <https://www.saopaulo.sp.leg.br/novo/wp-content/uploads/2016/04/DIRETRIZES-NACIONAIS-situacao-de-rua.pdf>.

_____, Lei n. 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. **O Presidente da República**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei: Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília, 7 de dezembro de 1993, 172º da Independência e 105º da República.

_____, Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos. Censo SUAS MDS 2016. Disponível: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops>. Acesso <25 de julho de 2023>

_____, Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos. Censo SUAS MDS 2017. Disponível: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/servicos.php?codigo=130260> . Acesso <25 de julho de 2023>

_____, Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos. Censo SUAS MDS 2017. Disponível: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/servicos.php?codigo=130356>

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Governo Federal. Brasília/DF, maio de 2008. Acesso <25 de julho de 2023>

_____, Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos. Censo SUAS MDS 2017. Disponível: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/servicos.php?codigo=130430>. Acesso <25 de julho de 2023>

_____, Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos. Censo SUAS MDS 2017. Disponível: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/servicos.php?codigo=130185#>. Acesso <25 de julho de 2023>

BRITO, Débora. Brasil registra aumento de trabalho infantil entre crianças de 5 a 9 anos. Agência Brasil, 12 de junho de 2017. Disponível: [Brasil registra aumento de trabalho infantil entre crianças de 5 a 9 anos | Agência Brasil \(ebc.com.br\)](https://agenciabrasil.ebc.com.br/brasil/12-junho-2017-brasil-registra-aumento-de-trabalho-infantil-entre-criancas-de-5-a-9-anos)

Acesso <26 de fevereiro de 2024>

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Noélio Martins. *A rua como lar: Invisibilidade de pessoas em situação de rua no centro de Manaus* / Noélio Martins Costa. 2019. Disponível: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7352>. Acesso <08 de junho de 2023>

COSTA, T.V. et. al. Aspectos do consumo e comércio de pescado em Parintins. In: BOLETIM DO INSTITUTO DE PESCA, [S.l.], v. 39, n. 1, p. 63-75, nov. 2018. Disponível: <https://www.pesca.sp.gov.br/boletim/index.php/bip/article/view/979/959> Acesso <11 de dezembro de 2021>.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIDONET, Vital. Direitos da criança, Marco Legal da Primeira Infância, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), 2023.

_____, Trajetória dos direitos da criança no Brasil – de menor e desvalido a criança cidadã, sujeito de direitos. Marco Legal da Primeira Infância, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), 2023.

DURKHEIM, Émile. 1858-1917. *Da Divisão do Trabalho Social; As Regras do Método Sociológico; As Formas Elementares da Vida Religiosa/ Émile Durkheim*; seleção de textos de José Arthur Giannotti; tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura... [et. Al.]. – 2. Ed. – São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. 1858-1917. *As regras do método sociológico* / Émile Durkheim; tradução Paulo Neves ; revisão da tradução Eduardo Brandão. 3º ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007. – (Coleção tópicos).

_____. *Educação e Sociologia*. SP; Melhoramentos, 1952.

DUTRA, Rosária Jordão. *Vozes infantis na escola: Experiências e saberes sobre a ciência a partir das culturas infantis* / Rosária Jordão Dutra. Manaus: [s.n], 2019. Disponível: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/1816>. Acesso <28 de junho de 2023>

ECO, Umberto. Entrevista concedida a Roger Pol Droit. Folha de São Paulo, São Paulo, 3 de abril de 1994, Caderno MAIS, p. 7.

ELIAS, Norbert. 1897-1990. *A sociedade dos indivíduos* / Norbert Elias; organizado por Michael Schöter; tradução, Vera Ribeiro; revisão técnica e notas, Renato Janine Ribeiro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____, 1897-1990. Norbert Elias por ele mesmo / Norbert Elias; tradução, André Telles. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____, 1897-1990. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade/Norbert Elias e John L. Scotson; tradução, Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind; apresentação e revisão técnica, Federico Neiburg – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2000.

_____. *Sobre o tempo* / Norbert Elias; editado por Michael Schôter; tradução, Vera Ribeiro; revisão técnica, Andrea Daher. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FERNANDES, F. As trocinhas do Bom Retiro: contribuição ao estudo folclórico e sociológico dos grupos infantis. In: FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 2 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1979.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

G1 AMAZONAS. Rede Amazônica. Conselho tutelar: Resultado da eleição na cidade de Manaus em 2019. Redação de 07 de outubro de 2019.

Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/10/07/apuracao-de-votos-para-escolha-deconselheiros-tutelares-em-manaus-encerra-veja-eleitos.ght>

GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. 3º ed – Rio de Janeiro: Bertrand, 2010. 306p.

GONDIM, Linda M. P. *A pesquisa como artesanato intelectual: considerações sobre método e bom senso* / Linda M. P. Gondim, Jacob Carlos Lima. – São Carlos: EdUFSCar, 2006. 88p.

GRAEFF, Lucas. Viver na rua em Paris: do desprezo ao reconhecimento. Repositório Digital Institucional UFPR. Paraná, v. 12, n. 1, p 55-70, 2011. Disponível: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/download/25392/18781>. Acesso <21 de setembro de 2021>

GREGORI, Maria Filomena. *Desenhos familiares: pesquisa sobre família de crianças e adolescentes em situação de rua*. São Paulo. Editora Allegro. 2000

_____. Prefácio, In: JORGE WERTHEIN. *Desenhos familiares: pesquisa sobre família de crianças e adolescentes em situação de rua*. São Paulo. Editora Allegro. 2000

GÜNTHER, H.; ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. DE Q. Multimétodos. In: *Temas Básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis: RJ: Vozes, 2011.

HUTZ, Claudio Simon; KOLLER, Sílvia Helena. Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Estudos de Psicologia* 1996, 2(1), 175-197. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a11v2n1> Acesso <25 de novembro de 2020>.

IABELBERG, Rosa. *O desenho cultivado das crianças: prática e formação de educadores* / Rosa Iavelberg. 3. ed. rev. e atual. – Porto Alegre: Zouk, 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/parintins/panorama> Acesso <01 de novembro de 2021>

JORNAL DO BRASIL. GOVERNO PREPARA PLANO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. *Jornal do Brasil*. 2023. Disponível: <https://www.jb.com.br/brasil/2023/07/1045114-governo-prepara-plano-para-populacao-em-situacao-de-rua.html>. Acesso <02 de agosto de 2023>

LACERDA JUNIOR, José Cavalcante. *A Cidade Percebida Pelas Crianças a partir de Vivências Artísticas* / José Cavalcante Lacerda Junior. 2018.

Disponível: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6815>. Acesso <19 de junho de 2023>

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão et al. 5. Ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Tradução Cristina C. Oliveira Itapevi:SP: Nebli, 2016.

LEAL, W. D. et al. Caminhos do cuidado às Pessoas em Situação de Rua no contexto da pandemia de Covid-19: relato sobre o trabalho da atenção primária em Manaus, Amazonas. In: NUNES, R. A. N. et al. *População em situação de rua: abordagens interdisciplinares e perspectivas intersetoriais*. Porto Alegre, RS: Editora Rede UNIDA, 2022. p. 168

LIMA, D. F. P.; SANTANA, P. V. ; SITUBA, N. S. . *Análise do espaço urbano: população em situação de rua em Coari e Tefé? Amazonas*. In: REVISTA GEONORTE, V.9, N.33, p.195-206, 2018. (ISSN 2237 - 1419) DOI: 10.21170/geonorte.2018.V.9.N.31.195.206.

LIMA, D. F. P.; SANTANA, P. V.; *Análise comparativa da assistência social em Coari e Tefé – Amazonas*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ANTROPOLOGIA DO DIREITO, VI., 2019, São Paulo. *Anais* [...] São Paulo: Editora Nadir, 2019.

MARTINS, Mario de Souza; MAZUR, Silvane Marcela. *O CRAS e a política de assistência social*. Revista de Políticas Públicas, 2009. Disponível em www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/3_desigualdade-pobreza/o-cras-e-a-politica-de-assistencia-social.pdf.

MEIRELLES, Giselle Ávila Leal de. O serviço social brasileiro frente à desigualdade social e à pauperização. *Ser Social*. Brasília, v. 24, n. 50, p. 71-95, janeiro, 2022. Disponível: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/38502/71-95 Acesso <23 de outubro de 2023>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, v. 1, n 2, p. 91-102, maio, 2001. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/mQqmmSTBf77s6Jcx8Wntkkg/abstract/?lang=pt#> Acesso <23 de novembro de 2023>

MUBARAC, Roberto Sanches. *Vozes infantis: as culturas das crianças Sateré-Mawé como elementos de (des)encontros com as culturas da escola* / Roberto Sanches Mubarac. 2009

ONU, O. D. N. U. Fatos sobre a Cidade, 2012. Disponível em: [Page not found | As Nações Unidas no Brasil](#). Acesso <18 de julho de 2023>

ONU, O. DAS N. U. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em: https://www.gbcbrasil.org.br/como-as-construcoes-sustentaveis-contribuem-para-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/?gclid=Cj0KCQjw8NilBhDOARIsAHzpbLBOqBgSZVdYmOrgG1k2-QkhvIARhwTjhmCqEgPtqanR93h_ouamUzgaAi6zEALw_wcB. Acesso em <18 de julho de 2023.

PINTO, Rosemary Costa. Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas. 2023. Disponível: [https://www.fvs.am.gov.br/noticias_view/8009#:~:text=No%20Amazonas%2C%20foram%20notificados%2016.482,anos%20\(35%2C4%25\)](https://www.fvs.am.gov.br/noticias_view/8009#:~:text=No%20Amazonas%2C%20foram%20notificados%2016.482,anos%20(35%2C4%25)). Acesso <27 de fevereiro de 2024>

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. “Deixados na esquina da morte” População em situação de rua, bio (geo) política e COVID-19. *Revista Ensaios de Geografia*. Niterói, maio de 2020.

SAINT-EXUPÉRY, A. *O Pequeno Príncipe*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

ROSEMBERG, André. A questão social é um caso de polícia”: da tragédia à farsa, uma ponte entre a Primeira República e o século XXI. *Revista Hydra*. USP, vol. 1, n. 2, p.05-19, agosto,

2016. Disponível: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/9128/6661>. Acesso <23 de outubro de 2023>

SANTOS, Milton. *A Urbanização desigual: A Especificidade do Fenômeno Urbano em Países Subdesenvolvidos*. – Petrópolis: Vozes, 1980. 128p

SANTOS, Souza Boaventura. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Edições Almedina S.A. Coimbra, abril 2020. p. 17

_____, 1940 – *O futuro começa agora: da pandemia à utopia* / Boaventura de Sousa Santos. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.

SEJUSC/AM. CAMPANHA ‘NÃO TROQUE A INFÂNCIA POR MOEDAS’ ENCERRA SEGUNDA EDIÇÃO COM AÇÃO EM PONTOS ESTRATÉGICOS DE MANAUS. Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc), 2021. Disponível: <http://www.sejusc.am.gov.br/campanha-nao-troque-a-infancia-por-moedas-encerra-segunda-edicao-com-acao-em-pontos-estrategicos-de-manau/> . Acesso <13 de junho de 2022>

SILVA, Josianne Maria Mattos da.; AVELAR, Telma Costa de. Crianças em situação de rua e suas representações sobre lar e família por meio do desenho. *Psicologia Argumento, Curitiba*, v. 32, n. 76, p. 69-77, jan./mar. 2014. Disponível: <http://www.ciespi.org.br/media/Analises%20bibliograficas/Artigos/Criancas%20em%20sit%20d%20r%20e%20suas%20representacoes%20sobre%20lar%20e%20fam.pdf>. Acesso < 29 de julho de 2021>

SMITH, Neil. *Contornos de uma política especializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica*. ARANTES, Antônio A. (org.) *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 132-159.

SOUZA, Larissa Cristina Nascimento de. *Entre vulnerabilidade e resiliência: risco, proteção e subjetividade em adolescentes que vivem em situação de rua em Manaus* / Larissa Cristina Nascimento de Souza. 2021. Disponível: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8164>, Acesso <14 de junho de 2023>

STERN, Arno. *Compreensão de la arte infantil*. Buenos Aires: Kapeluz, 1962.

TOREN, Christina. Uma antropologia além da cultura e da sociedade: entrevista com Christina Toren. *Revista Habitus*, Universidade Federal do rio de Janeiro, Vol. 11 - N.1, p. 165-177, 2013. Disponível: <https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus/article/view/11406/8356>

Acesso < 31 de outubro de 2023>

VASCONCELOS, Welen Batalha Pereira. Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI: As Ações Estratégicas Municipais no Enfrentamento à Exploração do Trabalho Infantil em Manaus / Welen Batalha Pereira Vasconcelos. 2018. Disponível: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6421/5/Tese_Welen%20Vasconcelos.pdf

Acesso <26 de fevereiro de 2024>

WEBER, Max, 1864-1920. *A ética protestante e o espírito do capitalismo do capitalismo* / Max Weber; tradução Mário Moraes. São Paulo: Martin Claret, 2013. (Coleção a obra-prima de cada autor; 49).

WELL, A. G. *A realidade fora da arena: a dinâmica (in)sustentável do trabalho informal no Festival Folclórico de Parintins – Amazonas*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, p. 179. 2014.

WRIGHT, C. Mills. (Charles Wright), 1916-1962. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios* / C. Wright Mills; seleção e introdução Celso Castro; tradução Maria Luiza X. de A. Borges; revisão técnica Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

APÊNDICE

APÊNDICE A – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, VOZ E SOM**

Eu, _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na **Dissertação de Mestrado**, intitulado “A infância e a cidade: senso moral e consciência ética na percepção social de crianças em situação de rua em cidades amazonenses no período de 2017 a 2023” e também nas peças de comunicação que será veiculada nos canais da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFAM. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional, das seguintes formas: (I) home page; (II) mídia eletrônica (vídeo-tapes, televisão, cinema, entre outros).

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

_____, dia ____ de _____ de _____.

(Assinatura)

Nome:

Telefone p/ contato:

ANEXO

ANEXO A – DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, VOZ E SOM

Eu, Jadison Soares Sampaio, inscrito no CPF/MF sob nº 970.368.202-25. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na **Dissertação de Mestrado**, intitulado “A infância e a cidade: senso moral e consciência ética na percepção social de crianças em situação de rua em cidades amazonenses no período de 2017 a 2023” e também nas peças de comunicação que será veiculada nos canais da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFAM. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional, das seguintes formas: (I) home page; (II) mídia eletrônica (vídeo-tapes, televisão, cinema, entre outros).

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Manaus, 6 de dezembro de 2023

Documento assinado digitalmente
 JADISON SOARES SAMPPIO
Data: 06/12/2023 17:07:09-0300
Verifique em <https://validar.m.gov.br>

Jadison Soares Sampaio

Nome: Debora de Freitas Pinto de Lima
Telefone p/ contato: (92) 98496-8613